

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ANJOS Funcionário
0040	CN PLEG	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		MPV	02198 -3	2001	29	06	2001		

Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
0041	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		MPV	02198 -3	2001	06	07	2001		

A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.152-2, sem alterações convalidando os atos da referida Medida conforme folhas nºs 02 a 04, anexadas ao processo.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
0042	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		MPV	02198 -3	2001	06	07	2001		

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.152-2/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
0043	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		MPV	02198 -3	2001	06	07	2001		

Foram anexados os originais das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 2.152-2, confor folhas nºs 05 a 154.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SONIALIM Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0044	CN SSCLCN	MPV	02198 -3	2001	06	07	2001	CN SACM	

Ao Serviço de Comissões Mistas.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARIAMAYA Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0047	CN SACM	MPV	02198 -3	2001	01	08	2001	CN SACM	

Convalidadas as emendas n.ºs. 001 a 141 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARIAMAYA Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0048	CN SACM	MPV	02198 -3	2001	01	08	2001	CN ATA-PLEN	

No prazo regimental foram adicionadas 08 (oito) emendas à Medida Provisória de autorias dos Senhores Parlamentares: José Antonio Almeida 142, 144, 147, 148, 149; e Waldeck Ornelas 143, 145 e 146. Encaminhada uma cópia à SSATA para confecção dos avulsos e publicação.
(às fls. 155 a 163)

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	BETNUNES Funcionário
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
0049	CN ATA-PLEN	MPV	02198 -3	2001	02	08	2001	CN SACM	

Nesta data foram encaminhadas à SEEP, às Emendas n.ºs 142 à 149, para confecção dos respectivos avulsos.

Publicadas no DSF, de 03/08/2001

N.Bal 0051	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MCASTRO ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -3	Ano 2001	Dia 02	Mês 08	Ano 2001			

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

N.Bal 0052	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		POLLA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -3	Ano 2001	Dia 03	Mês 08	Ano 2001			

Anexadas fls. n°s 164 a 181, referentes à Mensagem n° 440/2001-CN.

N.Bal 0053	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		POLLA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -3	Ano 2001	Dia 03	Mês 08	Ano 2001			

A presente Medida Provisória foi reeditada com um (1) dia de antecedência pela de n° 2.198-4, de 27 de julho de 2001, publicada no DOU do dia 28.7.2001 (Seção I - Ed. Extra), com as seguintes alterações: cria o § 3° ao art. 7° da MP, cria um artigo numerando-o como art. 24 e renumera os seguintes, suprime o art. 24 da MP anterior, altera a redação do art. 26 da MP, conforme fls. n°s 182 a 184, anexadas ao processo.

N.Bal 0054	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		POLLA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -4	Ano 2001	Dia 03	Mês 08	Ano 2001			

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP n° 2.198-3/2001, nos termos do Ofício CN n° 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		POLLA ----- Funcionário
0055	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SACM	
		MPV	02198 -4	2001	03	08	2001			

Ao Serviço de Comissões Mistas.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES ----- Funcionário
0056	CN SACM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SACM	
		MPV	02198 -4	2001	06	08	2001			

Convalidadas as emendas de n°s 001 a 149 constantes da reedição anterior nos termos do Ofício CN n° 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES ----- Funcionário
0057	CN SACM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SACM	
		MPV	02198 -4	2001	06	08	2001			

No prazo regimental nenhuma emenda foi adicionada à Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CLEUDES ----- Funcionário
0058	CN SACM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN	
		MPV	02198 -4	2001	14	08	2001			

Esgotado o prazo regimental sem a instalação da Comissão Mista. À SSCLCN.

N.Bal 0061	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -4	Ano 2001	Dia 28	Mês 08	Ano 2001		

Anexadas fls. nºs 185 a 202, referentes à Mensagem nº 496/2001-CN.

N.Bal 0062	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -4	Ano 2001	Dia 28	Mês 08	Ano 2001		

A presente Medida Provisória foi reeditada pela de nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, conforme publicação no DOU do dia 27.8.2001 (Seção I), com as seguintes alterações; -Cria o § 3º do art. 7º da Medida Provisória; -Cria o § 2º do art. 13 e transforma o parágrafo único em § 1º do art. 13 da Medida Provisória; -Altera o art. 24 da Medida Provisória; -Altera o art. 26 da Medida Provisória; conforme fls. nºs 203 a 205, anexadas ao processo.

N.Bal 0063	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 28	Mês 08	Ano 2001		

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.198-4/2001, nos termos do Ofício C nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

N.Bal 0064	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 28	Mês 08	Ano 2001		

Ao Serviço de Comissões Mistas.

N.Bal 0065	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 29	Mês 08	Ano 2001			

Convalidadas as emendas n.ºs. 001 a 149 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

N.Bal 0066	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 03	Mês 09	Ano 2001			

No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

N.Bal 0067	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		RILVANA ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 10	Mês 09	Ano 2001			

Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

N.Bal 0068	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SONIALIM ----- Funcionário
			Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 11	Mês 09	Ano 2001			

Anexadas fls. n.ºs 206 a 222, referentes à Mensagem n.º 570/2001-CN.

N.Bal 0070	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 07	Mês 11	Ano 2001		

Anexada folha nº 223, referente ao Ofício do Líder do PT da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal 0071	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	SONIALIM Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 28	Mês 11	Ano 2001		

Anexada folha nº 224, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal 0028	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN	JOSESOA Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 11	Mês 11	Ano 2002		

Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

N.Bal 0029	Cs/Órg CN SSCLCN	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	POLLA Funcionário
		Tipo MPV	Número 02198 -5	Ano 2001	Dia 05	Mês 12	Ano 2002		

Ao Plenário.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0029	CN	SSCLCN	MPV	02198 -5	2001	26	03	2003	CN	SSCLCN	Funcionário

Anexada folha nº 225, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0030	CN	SSCLCN	MPV	02198 -5	2001	22	05	2003	CN	SSCLCN	Funcionário

Anexada folha nº 226, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0031	CN	SSCLCN	MPV	02198 -5	2001	01	07	2003	CN	SSCLCN	Funcionário

Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		JOSESOA
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
0032	CN	SSCLCN	MPV	02198 -5	2001	27	08	2003	CN	SSCLCN	Funcionário

Anexadas folhas de nºs 227 e 228, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

N.Bal		Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SONIALIM Funcionário			
0033	CN	SSCLCN	MPV	Número	02198 -5	Ano	2001	Dia	Mês	Ano	01		07	2004	CN

Anexado cópia do Ofício SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 229 a 231.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL Secretaria Geral da Mesa SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO <i>MPV Nº 2198-3, de 2001</i> <i>Em 29.06.2001</i> <i>[Assinatura]</i>

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2001, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, *Caput*, da Resolução Nº 1, de 1989-CN, autuei a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2198-3**, de 28 de junho de 2001, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 29 de junho de 2001, páginas 90 a 92. Eu, Adhemar Cavalcante Mendes, Chefe do Serviço de Protocolo Legislativo do Senado Federal, lavrei o presente.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
M.P.V. Nº 2198-3/2001
Fls. 01 *Viana*



§ 2º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais se subordina à manutenção da proporção a que se refere o § 3º e independe do adimplemento, pelos mutuários, das obrigações contratadas pelas instituições financeiras com tais recursos.

§ 3º O retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais, em decorrência de redução do patrimônio líquido das instituições financeiras, será regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Nas operações realizadas nos termos deste artigo:

I - observar-se-ão os encargos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001; e

II - o do credore das instituições financeiras:

a) fica limitado a seis por cento ao ano;

b) está contido nos encargos a que se refere o inciso I; e

c) será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 5º Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos nos termos do caput serão remunerados pelas instituições financeiras com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 6º Os recursos transferidos e utilizados em operações de crédito serão remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o do credore a que se refere o § 4º, inciso II;

§ 7º Os bancos administradores deverão manter sistema que permita consolidar as disponibilidades e aplicações dos recursos, independentemente de estarem em nome do Fundo Constitucional ou da instituição financeira.

§ 8º As instituições financeiras, nas operações de financiamento realizadas nos termos deste artigo, gozam da isenção tributária a que se refere o art. 8º desta Lei.

§ 9º Poderão ser considerados, para os efeitos deste artigo, os valores que já tenham sido repassados às instituições financeiras e às operações de crédito respectivas.

§ 10. Na hipótese do § 9º:

I - não haverá risco de crédito para as instituições financeiras nas operações contratadas até 30 de novembro de 1998;

II - nas operações contratadas de 1º de dezembro de 1998 a 30 de junho de 2001, o risco de crédito das instituições financeiras fica limitado a cinquenta por cento; e

III - o do credore das instituições financeiras, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários:

a) fica reduzido a zero para as operações a que se refere o inciso I; e

b) fica limitado a três por cento para as operações a que se refere o inciso II.

§ 11. Para efeito do cálculo da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores, serão deduzidos do patrimônio líquido dos Fundos Constitucionais os valores repassados às instituições financeiras, nos termos deste artigo." (NR)

Art. 15. Nas operações a que se refere esta Medida Provisória, poderão ser utilizados títulos de emissão do Tesouro Nacional, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 16. Fica a União autorizada a contratar diretamente as instituições financeiras federais para administrar os créditos por ela adquiridos ou recebidos em pagamento em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, com poderes para representá-la em eventuais instrumentos contratuais concernentes a tais créditos, previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Art. 17. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001.

Art. 18. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revoga-se a Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-41; DE 28 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Será admitida, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, a celebração de contratos de financiamento com planos de reajustamento do encargo mensal diferentes daqueles previstos na Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Parágrafo único. Nas operações de financiamento habitacional realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o Conselho Curador do FGTS poderá definir os planos de reajustamento do encargo mensal a serem nelas aplicados.

Art. 2º Os agentes financeiros do SFH poderão contratar financiamentos onde a cobertura securitária dar-se-á em apólice diferente do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, desde que a operação preveja, obrigatoriamente, no mínimo, a cobertura relativa aos riscos de morte e invalidez permanente.

Art. 3º O art. 25 da Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Nos financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano." (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação quanto a garantias, juros, prazos, limites de risco e valores máximos de financiamento e de aquisição dos imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação." (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS.

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão destacados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria." (NR)

"Art. 20.

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde reside, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH.

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim." (NR)

"Art. 23.

§ 1º

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

" (NR).

"Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador." (NR)

"Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS." (NR)

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.075-40, de 13 de junho de 2001.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o § 1º do art. 9º e o art. 14 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o art. 23 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e a Medida Provisória nº 2.075-40, de 13 de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-3. DE 28 DE JUNHO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as consequências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;

XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;

XIII - propor, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento dos limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

M.P.V. Nº 2198-3/2001

Fls. 02

Viana



XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, visando a adequação divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela assinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado;

a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;

b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;

c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

d) da Fazenda;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) do Meio Ambiente;

g) da Ciência e Tecnologia;

h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e

i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Agência Nacional de Águas - ANA;

c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e

d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

V - outros membros designados pelo Presidente da República.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", e III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.

§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º **ad referendum** da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o **caput**, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;

IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o **caput**.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazo que deverão:

I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;

VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no **caput**.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no **caput** compreendem, dentre outros:

I - linhas de transmissão de energia;

II - gasodutos e oleodutos;

III - usinas termoeletricas;

IV - usinas hidroelétricas;

V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e

VI - importação de energia.

§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;

II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e V do § 1º; e

III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no **caput**, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no **caput** poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o **caput** deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

Parágrafo único. Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do **caput**;

III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:

a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e

b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subsequentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo

M.P.V. Nº 2198-3/2001
Fls. 03

Maná



§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, $Bn = 2(Tn - Tc)$, onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) $CR = S/S$, onde S é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do caput não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.

§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.

Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do caput, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do caput, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e oitenta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do caput do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;

II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no caput assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A União, na qualidade de poder concedente, e a ANEEL, na qualidade de agência reguladora do setor de energia elétrica, serão citadas como litisconsortes passivos em todas as ações judiciais em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE.

Art. 25. As relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se às disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitam com esta Medida Provisória e com as decisões da GCE.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.152-2, de 1º de junho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Fica revogada a Medida Provisória nº 2.152-2, de 1º de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.199-12, DE 28 DE JUNHO DE 2001

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no caput dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da fruição.

§ 2º Na hipótese de expedição de laudo constitutivo após a data referida no § 1º, a fruição do benefício dar-se-á a partir do ano-calendário da expedição do laudo.

§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal é igual ao período compreendido entre o ano de início de fruição e 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a dez anos.

§ 4º Para os fins deste artigo, a diversificação e a modernização total de empreendimento existente serão consideradas implantação de nova unidade produtora, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 5º Nas hipóteses de ampliação e de modernização parcial do empreendimento, o benefício previsto neste artigo fica condicionado ao aumento da capacidade real instalada na linha de produção ampliada ou modernizada em, no mínimo:

I - vinte por cento, nos casos de empreendimentos de infra-estrutura (Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) ou estruturadores, nos termos e nas condições estabelecidos pelo Poder Executivo; e

II - cinquenta por cento, nos casos dos demais empreendimentos prioritários.

§ 6º O disposto no caput não se aplica aos pleitos aprovados ou protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior, até 24 de agosto de 2000, para os quais continuará a prevalecer a disciplina introduzida pelo caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
M.P.V. Nº 2198-3/2001
Fls. 04

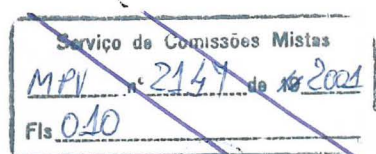
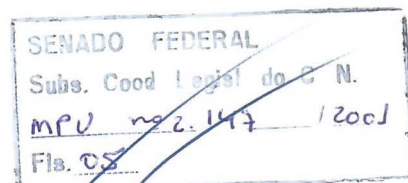
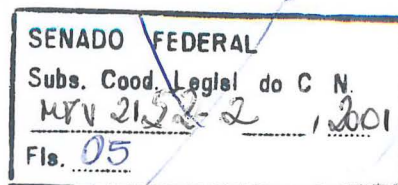
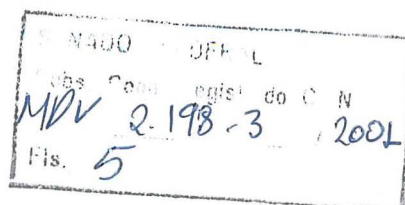
CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147**, DE 15 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 16 DO MESMO MÊS E ANO QUE "CRIA E INSTALA A CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA, DO CONSELHO DE GOVERNO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado BABÁ e Deputado JOSÉ GENOINO	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009
Deputado RICARDO FERRAÇO	010, 011, 012, 013, 014
Deputado DR. HÉLIO	015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030
Deputada JANDIRA FEGHALI E OUTROS	031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045

SACM

Apresentadas: 045
TOTAL DE EMENDAS – 045





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP- 2147

000001

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os art. 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

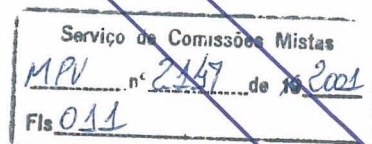
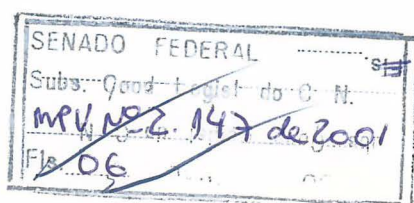
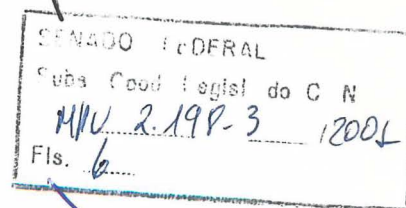
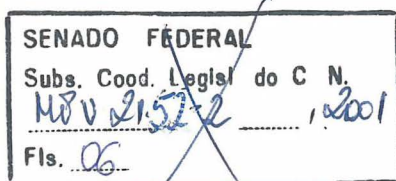
Esta emenda visa compatibilização com a nossa emenda já apresentada que dispõe que o CNPE, em conjunto com os órgãos planejadores da Eletrobrás, elaborará o Plano Estratégico Nacional de Energia.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/5/01

Bohamp.
DEPUTADO BABA

(PT-PA)

*DER. JOSÉ GENÍLIO
PT/SP*





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 12 A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República em 1º de dezembro de 2001.”

JUSTIFICAÇÃO

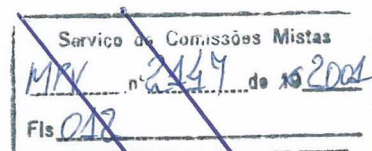
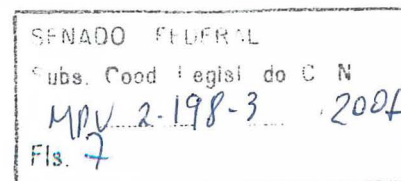
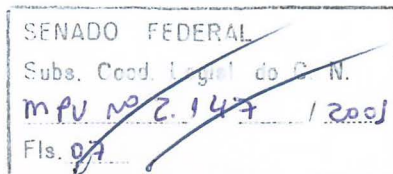
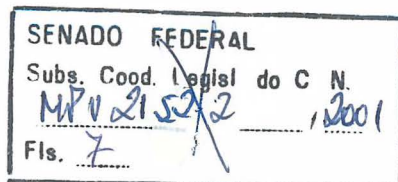
Esta emenda visa estabelecer prazo para o funcionamento da GCE .

SALA DAS SESSÕES, EM 23/05/01

DEPUTADO BABÁ

(PT-PA)

DEP. JOSÉ GENÍO
PT/SP





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

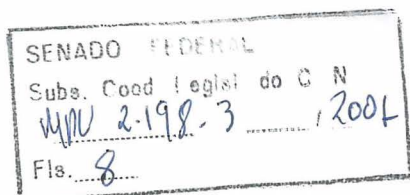
Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória nº 2147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto prazo que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.”

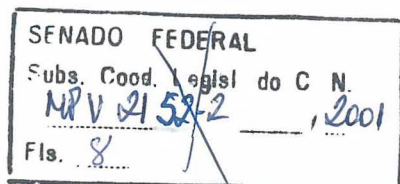
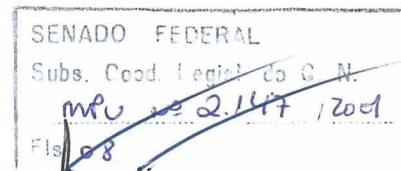
JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que cabe ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, órgão colegiado vinculado à Presidência da República, conforme o disposto no art. 2º da lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, formular as políticas e diretrizes para o setor energético. Não se pode pois permitir que o planejamento a médio e longo prazo seja elaborado por uma Câmara que tem o objetivo específico de gerenciar uma crise.

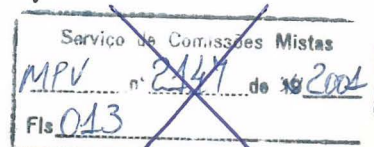
SALA DAS SESSÕES, EM 22/05/01



150 Mayo
DEPUTADO BABÁ
(PT-PA)



Joe Cecerim
DER. JOSE GERVILDO
PT/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP- 2147

000004

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 5º do art. 3º da Medida Provisória nº 2147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

“.....
Art. 3º. ...

.....
§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos no art. 2º **ad referendum** da Câmara.”

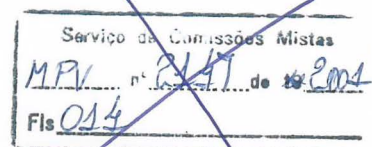
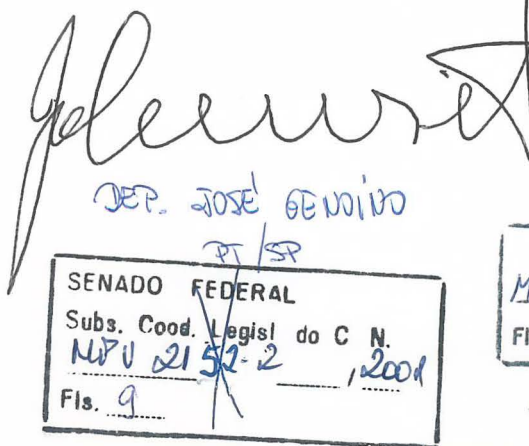
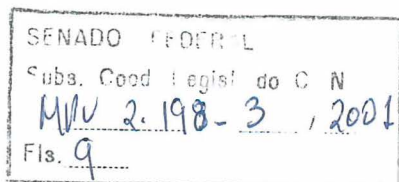
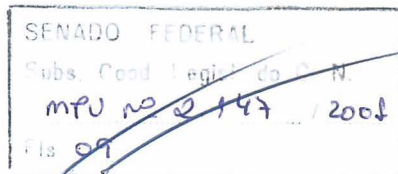
JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem consonância com a emenda que estabelece que caberá ao Plenário da GCE dispor sobre o seu funcionamento.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/05/01

Deputado
DEPUTADO BABA

(PT-PA)





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 4º do art. 3º da Medida Provisória nº 2147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

“.....
Art. 3º. ...

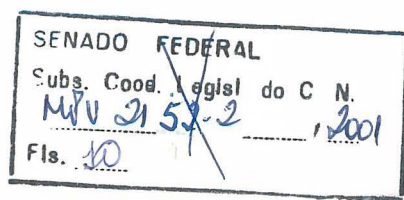
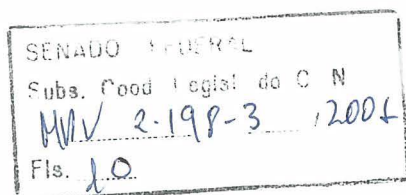
.....
§ 4º O Plenário da GCE estabelecerá sua forma de organização.”

JUSTIFICAÇÃO

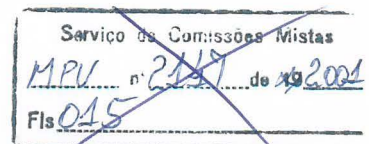
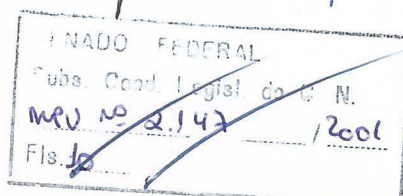
Esta emenda tem o objetivo de dispor sobre a forma de funcionamento da GCE, a qual deverá ser estabelecida pelo seu Plenário.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/05/01

180/Brasão
DEPUTADO BABÁ
(PT-PA)



GER 3.17.23.004-2 (JUN/99)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP- 2147

000006

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º da Medida provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar, ouvido o Congresso Nacional, medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe que o Congresso Nacional seja incluído nas decisões referentes à crise energética por que passa a população brasileira.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/01

W. Augusto
DEPUTADO BABÁ
(PT-PA)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2, 2001
Fls. 11

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV nº 2147, 2001
Fls. 11

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3, 2001
Fls. 11

DEP. JOSÉ GENOIO
PT/SP

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2147 de 2001
Fls. 046



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP - 2147

000007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147, DE 15 DE MAIO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao artigo 3º, da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, a seguinte redação:

"Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Congresso Nacional

- a) Presidente do Senado Federal;
- b) Presidente da Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal;
- c) Presidente da Câmara dos Deputados e
- d) Presidente da Comissão Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

II - Poder Judiciário

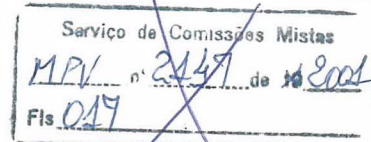
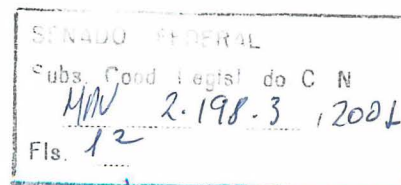
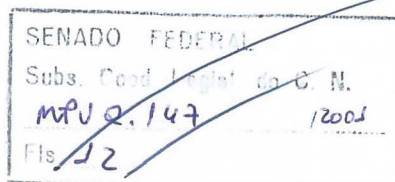
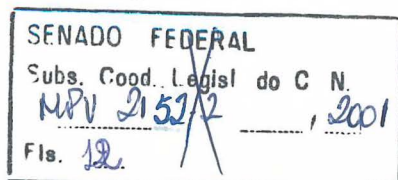
- a) Presidente do STF;
- b) Presidente do STJ.

III - Ministros de Estado:

- a) de Minas e Energia, que será o seu presidente;
- b) do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) da Fazenda;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- e) do Meio Ambiente;
- f) Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

IV - Dirigentes máximos das seguintes entidades:

- a) Centrais Elétricas do Brasil S.A
- b) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- b) Agência Nacional de Águas - ANA
- c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e
- c) Agência Nacional do Petróleo - ANP;
- d) Forum de Secretários de Energia;
- e) Um representante de cada Unidade da Federação;
- f) Um representante por classe de consumidores;
- g) Conselho Nacional de Recursos Hídricos;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- h) Comitês de Bacias Hidrográficas e
- i) OAB Nacional.

V - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

VI - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional;

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

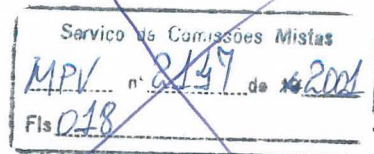
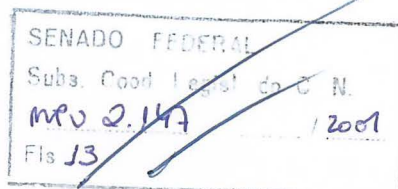
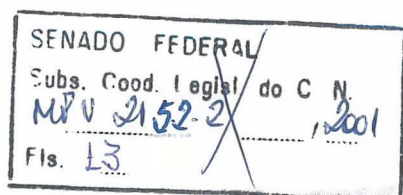
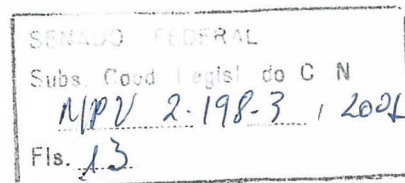
§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", e III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos".

JUSTIFICAÇÃO

Dada a excepcionalidade da situação, mister se faz garantir a devida representação de todos os poderes constitucionais e dos setores organizados da sociedade, visto que as medidas de caráter emergencial causarão profundo impacto na vida nacional.

Moacyr
DEPUTADO BABÁ
(PT-PA)

Plenário
DEP. JOSE GENIVAL
PT/SP



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147, DE 15 DE MAIO DE 2001.**

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001:

"Art. O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, na forma do art. 2º da Lei 9. 478, de 06 de agosto de 1997, regulamentado pelo Decreto 3 520 de 21 de junho de 2000, em conjunto com os órgãos de planejamento da ELETROBRÁS e da PETROBRÁS, submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 dias (cento e oitenta dias), o Plano Estratégico Nacional de Energia que definirá as diretrizes de médio e longo prazos do Modelo Energético Brasileiro."

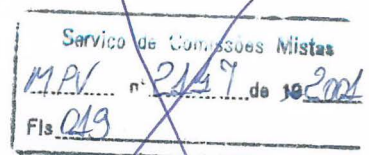
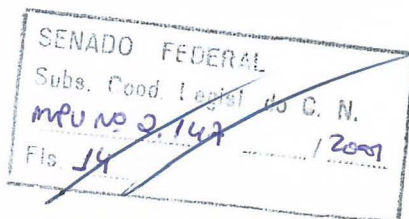
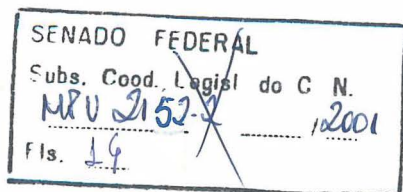
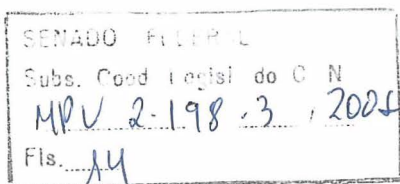
JUSTIFICATIVA

O Plano Estratégico Nacional de Energia não poderá ser substituído por programas emergenciais, nem elaborado por instâncias provisórias como é o caso da GCE. Sua confecção deverá ser fruto de um trabalho sistemático e criterioso dos órgãos competentes.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/05/01

POAraugo.
DEPUTADO BABÁ
(PT-PA)

DEP. JOSÉ GEBOLVO
PT/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP - 2147

000009

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2147, DE 15 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida provisória nº 2147, de 15 de maio de 2001, o seguinte artigo como 1º, renumerando-se os demais:

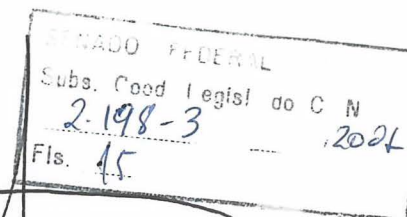
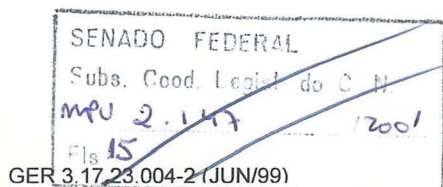
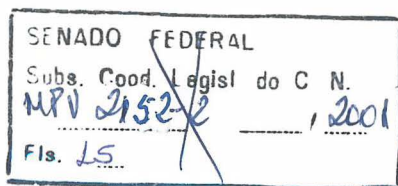
Art. 1º O art3º da lei nº 9.491, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta lei ao Banco do Brasil S.A.;, à Caixa Econômica Federal, à FURNAS Centrais Elétricas S.A., à Companhia Energética do São Francisco – CHESF, à Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do artigo 21 e a alínea “c” do inciso I do artigo 159 e o artigo 177 da CF, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por estas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.”

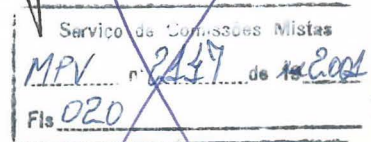
JUSTIFICAÇÃO

No momento de crise e redefinição do setor energético brasileiro, não cabe desestatizar o patrimônio brasileiro e seus órgãos financiadores.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/05/01 *POA Hugo*
DEPUTADO BABA
(PT-PA)



JOSE GENOIVO
PT/SP





CONGRESSO NACIONAL

MP - 2147

000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 / 05 / 2001	Proposição Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001
Autor Deputado RICARDO FERRAÇO	Nº Prontuário 282

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 1ª 1	Artigo 3.º	Parágrafo § 6.º	Inciso	Alínea
----------------	---------------	--------------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o § 6.º ao art. 3.º, com a seguinte redação:

“Art. 3.º

§ 6.º O Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE ficará responsável pela elaboração de diagnóstico das causas que levaram o País à atual crise de energia elétrica, indicando, inclusive, os órgãos e/ou agentes responsáveis.”

JUSTIFICAÇÃO

A política energética do País vem sendo definida pelos planos de ação governamental.

A Lei n.º 9.427, de 26.12.96, institui o contrato de gestão e o regime econômico e financeiro da concessão de serviço público de energia elétrica. Este compreende a contraprestação pela execução do serviço, a responsabilidade da concessionária em realizar investimentos em obras e instalações, a participação do consumidor no capital da concessionária e a apropriação de ganhos de eficiência empresarial e da competitividade, dentre outras condições.

O País está diante de uma crise sem precedentes. No momento, a legislação fixou as diretrizes para o setor de energia com os instrumentos de gestão e de concessão por parte da União. Nesse aspecto, entendemos que a população brasileira deva conhecer as razões e as causas que provocaram esse desassossego a todos nós. Assim, nossa emenda possibilitará que esse diagnóstico seja elaborado, inclusive, com a indicação dos órgãos e/ou agentes responsáveis pela gestão do setor de energia elétrica.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2.147-3, 2001

Fls. 16.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2147-2, 2001

Fls. 16.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2147/2001

Fls. 16.

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2147 de 15/05/2001

Fls. 021



CONGRESSO NACIONAL

MP - 2147

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 / 05 / 2001	Proposição Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001
------------------------	---

Autor Deputado RICARDO FERRAÇO	Nº Prontuário 282
-----------------------------------	----------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 3.º	Parágrafo	Inciso VI	Alínea
--------	---------------	-----------	--------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o inciso VI ao art. 3.º, com a seguinte redação:

“Art. 3.º

VI – Representante do Senado Federal, indicado por sua Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.”

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE está sendo composta por Ministros de Estado, dirigentes de órgãos e outros membros designados pelo Presidente da República.

A crise de energia elétrica atinge a todos os setores da sociedade, independente de poderes e de ações individuais.

Nesse contexto, um representante do Senado Federal contribuirá com o debate das questões e intermediará as ações requeridas junto ao Poder Legislativo.

A nossa emenda sugere que a GCE tenha um representante do Senado Federal, incluindo o inciso VI ao art. 3.º da Medida Provisória.

ASSINATURA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.147-3 / 2001
Fls. 17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2152/2 / 2001
Fls. 17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV nº 2147 / 2001
Fls. 17

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2147 de 15/05/2001
Fls. 022



CONGRESSO NACIONAL

MP- 2147

000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 / 05 / 2001	Proposição Medida Provisória nº2.147, de 15 de maio de 2001			
Autor Deputado RICARDO FERRAÇO	Nº Prontuário 282			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 01 de 01	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

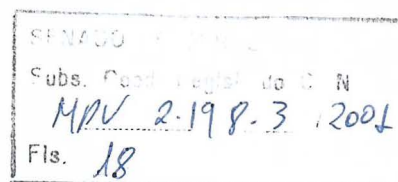
“Art. . Para garantia do fiel cumprimento dos objetivos e diretrizes que derivam do enfrentamento da crise de energia elétrica, com a efetiva participação da população, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE fica autorizada a instituir um serviço de coleta de denúncias acerca do uso abusivo ou inadequado de energia elétrica.”

JUSTIFICAÇÃO

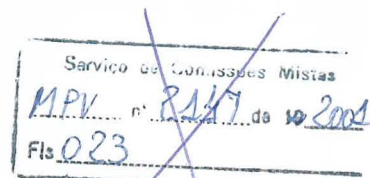
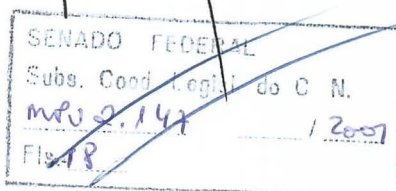
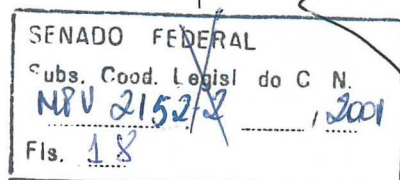
A crise de energia elétrica é uma realidade envolvendo toda a sociedade brasileira. Sua superação exige a participação de todas as pessoas, independentemente de forma e/ou responsabilidade.

O Poder Público deve estar alerta para aquelas pessoas – físicas e/ou jurídicas, que não estejam engajadas no processo de superação da crise de energia e que descumprirem as ações recomendadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

A presente emenda propõe a instituição de um serviço de coleta de denúncias acerca do uso abusivo ou inadequado de energia elétrica com a inclusão de um artigo onde couber na referida Medida Provisória.



ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MP - 2147

000013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 / 05 / 2001	Proposição Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001			
Autor Deputado RICARDO FERRAÇO		Nº Prontuário 282		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página 01 de 01	Artigo 2.º	Parágrafo	Inciso XVIII	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se ao art. 2.º o inciso XVIII, como se segue:

“Art. 2.º

XVIII – baixar normas e praticar atos administrativos atinentes à execução das competências previstas pelos incisos I a XVII deste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, por definição, é um órgão de natureza colegiada e constituída para a atuação em áreas de atribuição envolvendo diversas partes com interesses conflitantes, onde o encaminhamento das questões surge a partir de um processo de discussão dos problemas identificados, requerendo cooperação e negociação dos agentes atuantes na fixação das soluções desejadas.

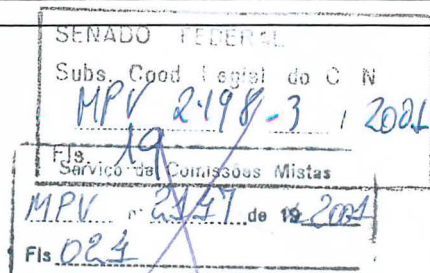
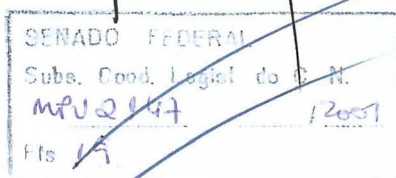
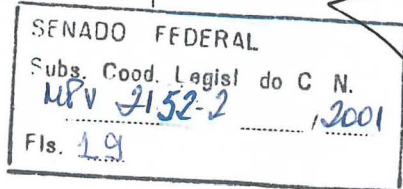
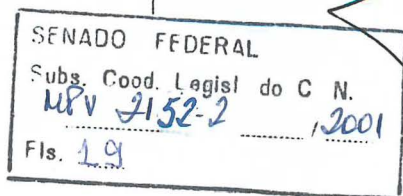
Nesse aspecto, o Presidente da GCE deverá estar imbuído de todos os poderes relativos à consecução das diretrizes e das formas de equacionamento jurídico que as distribuições do cargo estão a requerer.

A presente emenda que inclui o inciso XVIII ao art. 2.º, dando plena competência ao Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, como se segue:

“XVIII – baixar normas e praticar atos administrativos atinentes à execução das competências previstas pelos incisos I a XVII deste artigo.”

Acreditamos que esse inciso assegurará ao responsável pelo processo de tomada de decisão a cobertura necessária à validação dos atos normativos e administrativos sem quaisquer contestações e/ou questionamento por parte dos agentes envolvidos.

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MP - 2147

000014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18 / 05 / 2001	Proposição Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001			
Autor Deputado RICARDO FERRAÇO	Nº Prontuário 282			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página	Artigo 3.º	Parágrafo	Inciso VI	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o inciso VI ao art. 3.º, com a seguinte redação:

“Art. 3.º

VI – Representante da Câmara dos Deputados indicado por sua Comissão de Minas e Energia.”

JUSTIFICAÇÃO

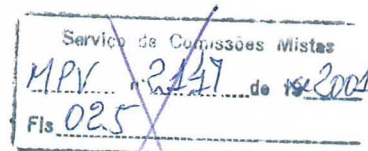
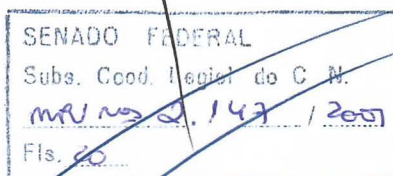
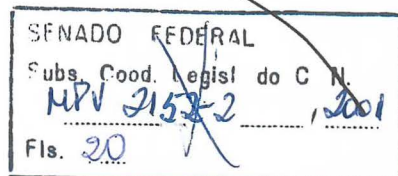
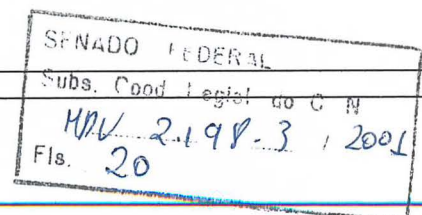
A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE está sendo composta por Ministros de Estado, dirigentes de órgãos e outros membros designados pelo Presidente da República.

A crise de energia elétrica atinge a todos os setores da sociedade, independente de poderes e de ações individuais.

Nesse contexto, um representante da Câmara dos Deputados contribuirá com o debate das questões e intermediará as ações requeridas junto ao Poder Legislativo.

A nossa emenda sugere que a GCE tenha um representante da Câmara dos Deputados, incluindo o inciso VI ao art. 3.º da Medida Provisória.

ASSINATURA



EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

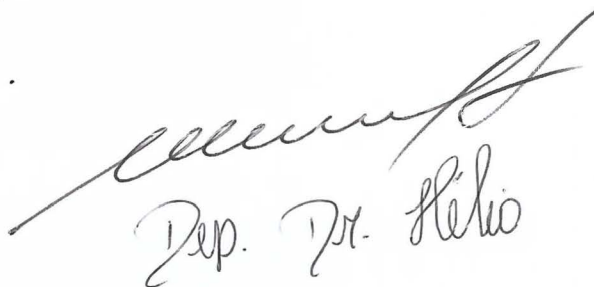
Suprima-se o inciso VII do art. 2º da mencionada MP a seguinte redação:

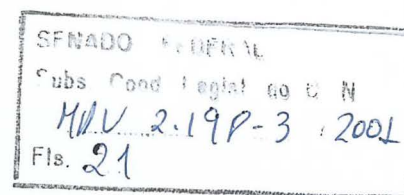
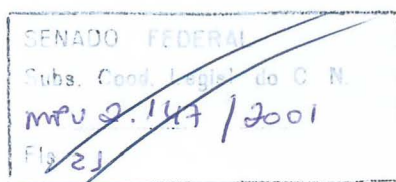
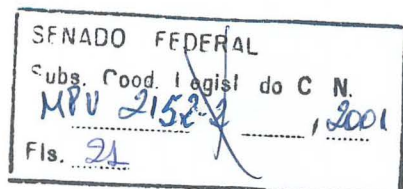
Justificativa

Os limites de uso de energia têm que ser pactuados entre os agentes envolvidos e não decididos unilateralmente e compulsoriamente pela Câmara de Gestão.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.


Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000016

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

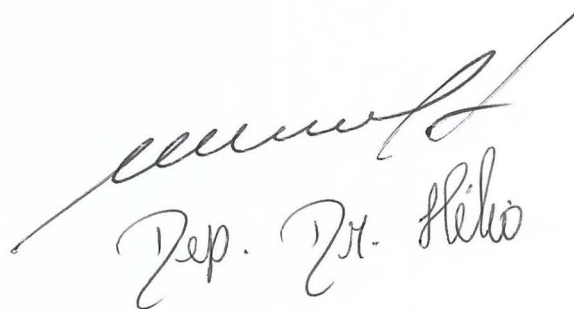
Suprima-se o inciso VII do art. 2º da mencionada MP:

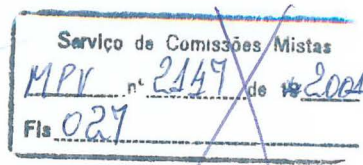
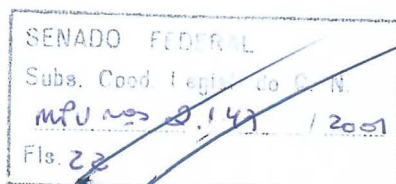
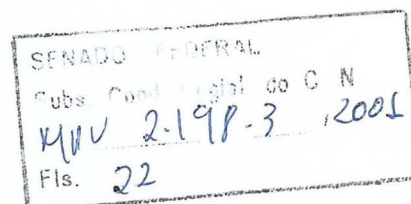
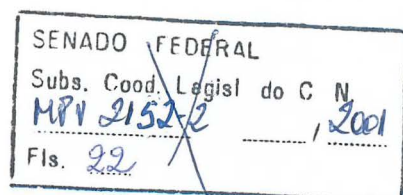
Justificativa

Os limites de uso de energia têm que ser pactuados entre os agentes envolvidos e não decididos unilateralmente e compulsoriamente pela Câmara de Gestão.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.


Dep. Dr. Hélio



EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

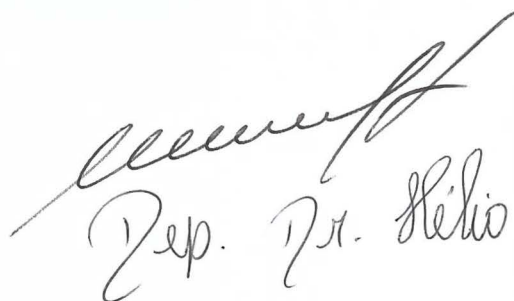
Suprima-se o inciso XII do art. 2º da mencionada MP :

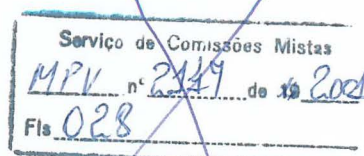
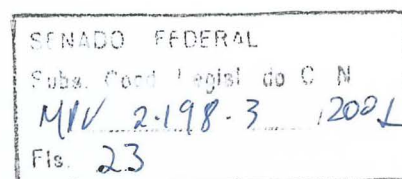
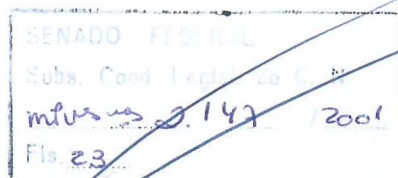
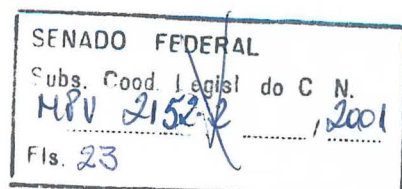
Justificativa

Não há como sacrificar , de forma desarrazoada, a utilização da água para outros fins que também são da maior relevância, como a irrigação para a produção de alimentos.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.


Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000018

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

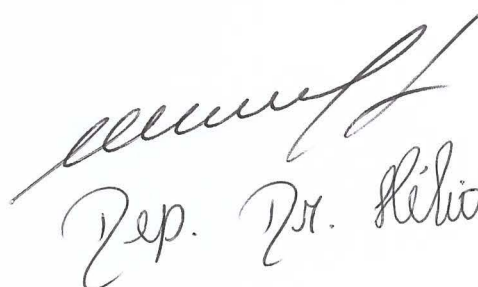
Suprima-se o inciso XIV do art. 2º da mencionada MP :

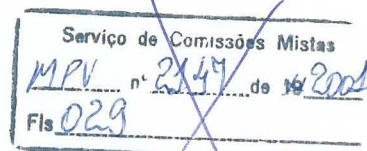
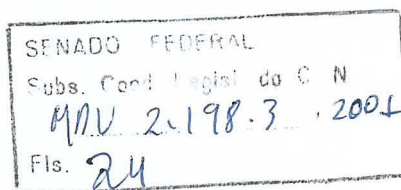
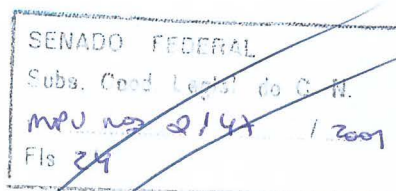
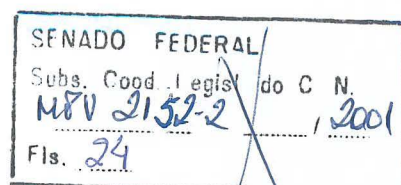
Justificativa

Não há decidir, unilateralmente, sobre a redução do consumo de energia elétrica.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.


Dep. Dr. Rêlio



MP- 2147

000019

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se o § 4º do art. 3º da mencionada MP :

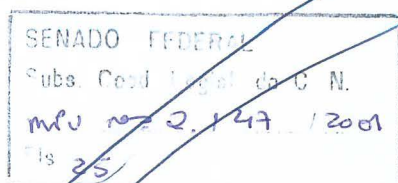
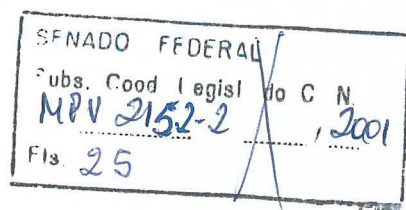
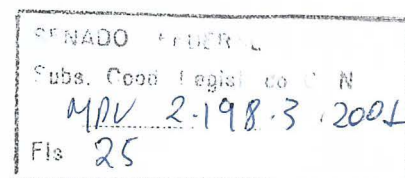
Justificativa

Nada justifica a redução da instância de deliberação no âmbito da Câmara de Gestão.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Handwritten signature]
Dep. Dr. Hélio



MP - 2147

000020

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se a expressão "médio e longo" contida no art. 4º da mencionada MP :

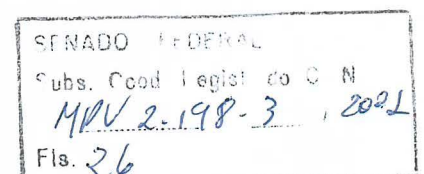
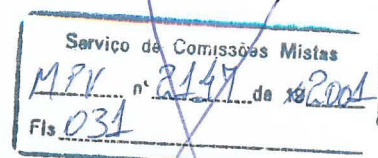
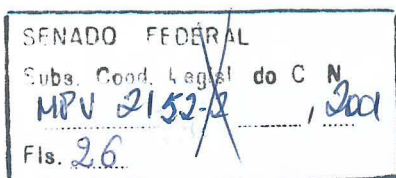
Justificativa

A presente medida provisória deve tratar, excepcionalmente, fruto da incúria do Poder Executivo, de questões emergenciais de curtíssimo prazo, unicamente.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Assinatura]
Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000021

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se a expressão "intempestivas ou imprevistas" contida no caput do art. 5º da mencionada MP :

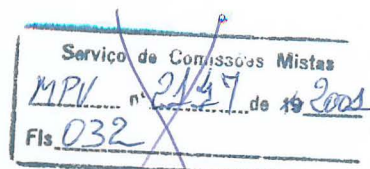
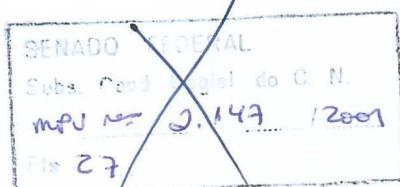
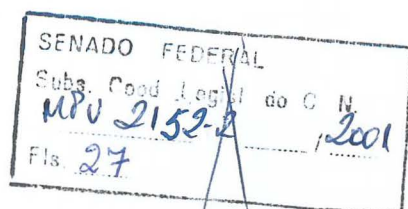
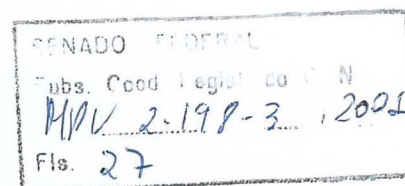
Justificativa

Qualquer forma de interrupção do suprimento de energia deve ser impedida e não apenas as intempestivas ou imprevistas, já que serviços públicos essenciais pautam-se pelo princípio da continuidade.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Handwritten signature]
Dep. Zé. Hélio



EMENDA SUPRESSIVA

Data 21/05/2001

Autor: Dr. Hélio Prontuário:

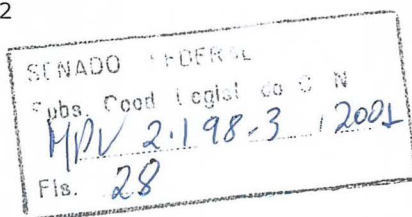
Proposição: MP 2147/2001

Texto: Suprima-se o art. 6º da MP 2147, de 2001.

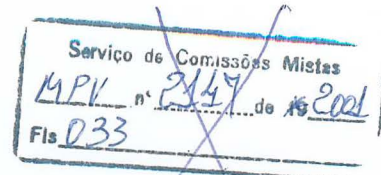
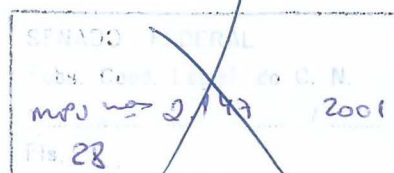
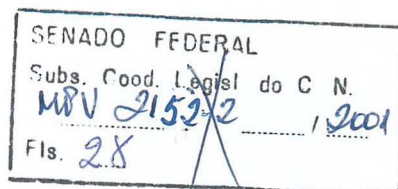
JUSTIFICATIVA

As ações de médio e longo prazo relativas ao suprimento de energia elétrica devem ser delineadas pelo Conselho Nacional de Política Energética e pelo Ministério das Minas e Energia.

mp2147-2



Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000023

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se o art. 7º da mencionada MP :

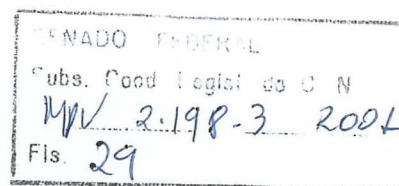
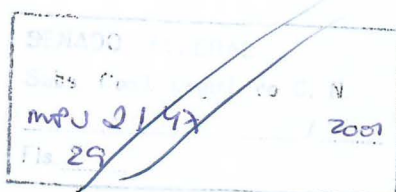
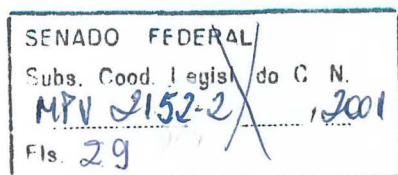
Justificativa

As hipóteses de emergência e de calamidade pública são definidos em decreto presidencial e não pode ser definido pela GCE.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Handwritten signature]
Dep. Dr. Hélio



MP - 2147

000024

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se o art. 8º da mencionada MP :

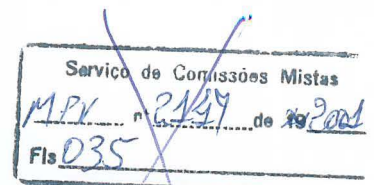
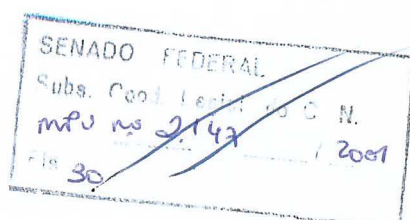
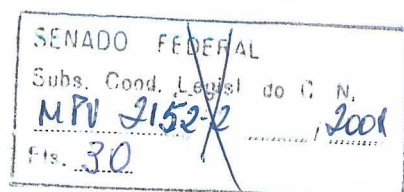
Justificativa

Não há como sacrificar o impacto ambiental de obras destinadas à geração de energia elétrica, já que o meio-ambiente também possui status constitucional, e não pode ser sacrificado em face da falta de planejamento do Governo Federal. Logo, o princípio da celeridade não pode ser o norteador da avaliação de obras que impactam o meio-ambiente.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Assinatura]
Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000025

EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Suprima-se o § 5º do art. 3º da mencionada MP :

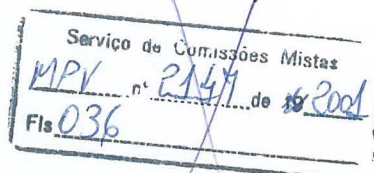
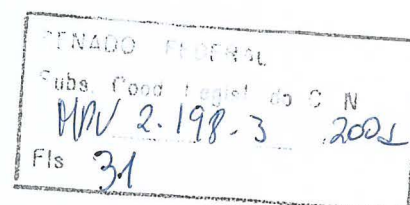
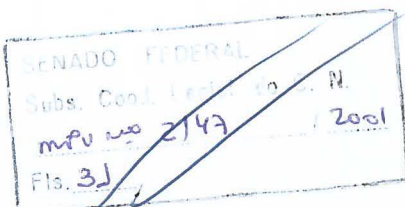
Justificativa

Nada justifica a decisão monocrática do Presidente da GCE em questão da maior relevância.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Handwritten signature]
Dep. Dr. Hélio



EMENDA SUPRESSIVA

Data 21/05/2001

Autor: Dr. Hélio

Prontuário:

Proposição: MP 2147/2001

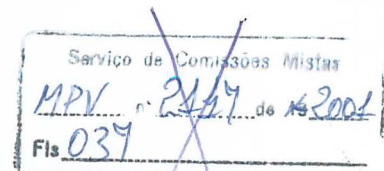
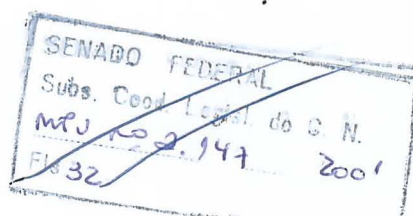
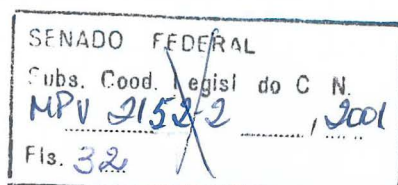
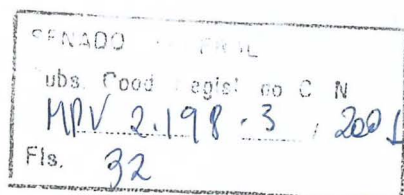
Texto: Suprimam-se os incisos V e VI do art. 5º da MP 2147, de 2001.

JUSTIFICATIVA

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica afetará toda a sociedade brasileira, portanto, o seu sucesso depende de uma negociação ampla com os segmentos representativos da sociedade civil.

mp2147-5

[Handwritten signature]
Dep. Dr. Hélio



EMENDA MODIFICATIVA

Data 21/05/2001

Autor: Dr. Hélio

Prontuário:

Proposição: MP 2147/2001

Texto: O art. 9º da MP 2147, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que trata o art. 5º desta Medida Provisória."

JUSTIFICATIVA

O art. 6º da referida Medida Provisória está sendo objeto de supressão, por emenda.

[Assinatura]
Dep. Dr. Hélio

mp2147-3

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.147-3 / 2001
Fls. 33

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 33

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV nº 2.147 / 2001
Fls. 33

Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2147 de 19/05/2001
Fls. 038

EMENDA MODIFICATIVA

000028

Data 21/05/2001

Autor: Dr. Hélio

Prontuário:

Proposição: MP 2147/2001

Texto: O inciso I do art. 5º da MP 2147, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º -

.....

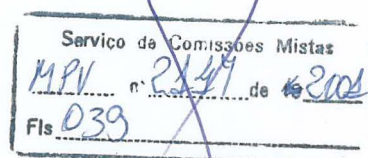
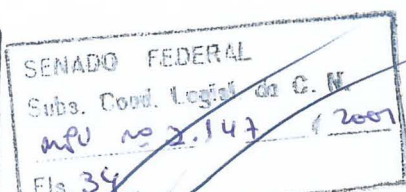
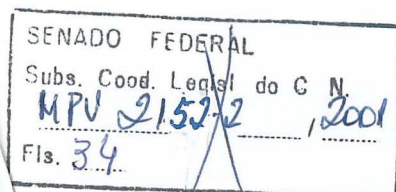
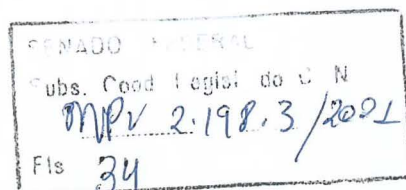
I – estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas neccessárias para redução pactuada da demanda de energia elétrica;

....."

JUSTIFICATIVA

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica afetará toda a sociedade brasileira, portanto, o seu sucesso depende de uma negociação ampla com os segmentos representativos da sociedade civil.

mp2147-4



Dep. Dr. Hélio

EMENDA MODIFICATIVA

Data 21/05/2001

Autor: Dr. Hélio

Prontuário:

Proposição: MP 2147/2001

Texto: Inclua-se, no art. 3º da MP nº 2147, de 2001, o inciso VI, com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

VI - Representantes de entidades civis:

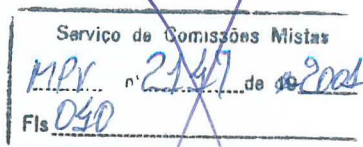
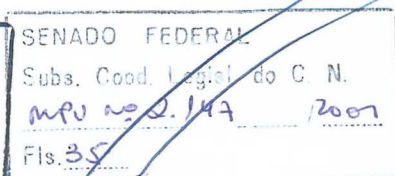
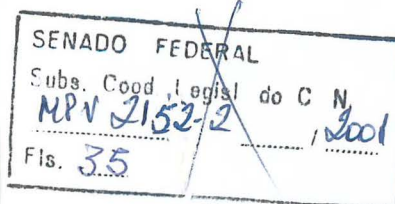
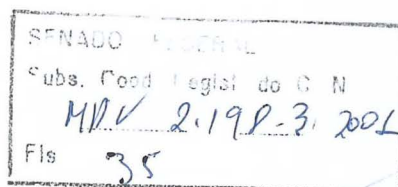
- a) representantes de cada uma das classes de consumidores;
- b) representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) representante do Conselho do Mercado Atacadista de Energia Elétrica;
- d) representante das universidades;
- e) representante dos institutos de pesquisa.

JUSTIFICATIVA

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica afetará toda a sociedade brasileira, portanto, o seu sucesso depende de uma negociação ampla com os segmentos representativos da sociedade civil.

[Assinatura]
Dep. Dr. Hélio

mp2147-1



EMENDA À MP Nº 2147, DE 15.05.2001

Dê-se ao inciso IX do art. 2º da mencionada MP a seguinte redação:

"art. 2º...

IX - decidir, de forma pactuada e negociada, quanto à implantação de racionamento de energia elétrica."

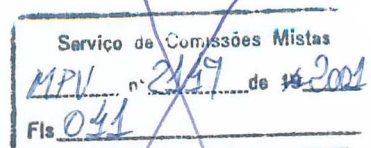
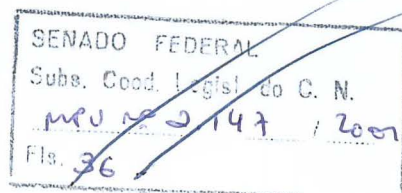
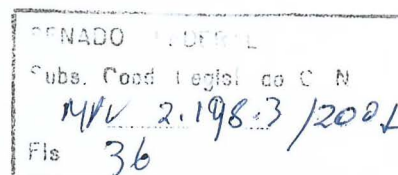
Justificativa

Os limites de uso de energia têm que ser pactuados entre os agentes envolvidos e não decididos unilateralmente e compulsoriamente pela Câmara de Gestão. Não há como se admitir a suspensão da prestação de serviço essencial.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2001

Dep.

[Assinatura]
Dep. Dr. Hélio



MP- 2147

000031



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

EMENDA Nº

CLASSIFICAÇÃO

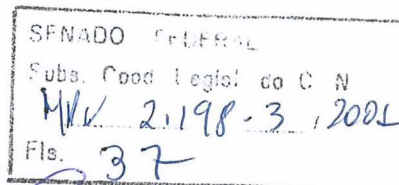
☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

Suprima-se do inciso IX do art. 2º a seguinte expressão:

“e suspensão individual e coletiva”

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que intentamos suprimir tratam da suspensão de fornecimento de energia elétrica para o consumidor individual, residencial, o que não se justifica, ainda mais de forma aleatória e discriminatória que o governo vem adotando – o não cumprimento de metas que o estudo caso a caso poderá até a demonstrar impossível a redução, como o aumento do número de membros da família, por exemplo, ou o caso de mudança de moradores de uma mesma habitação, com número maior de membros.



PARLAMENTAR

DATA

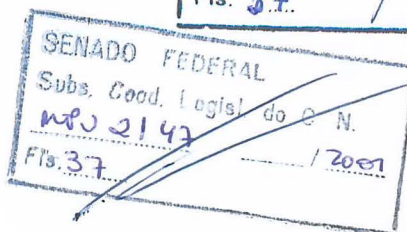
ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2152-2, 2001

Fls. 37



Dep. Inácio Arruda

Dep. Vanerle Góes

Dep. Sérgio

MP - 2147

000032



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

EMENDA Nº

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

UF
RJ

PÁGINA
01/01

No inciso VII do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

MPV 2.147-2, 2001

Fls. 38

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

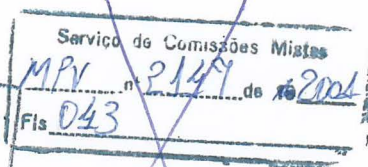
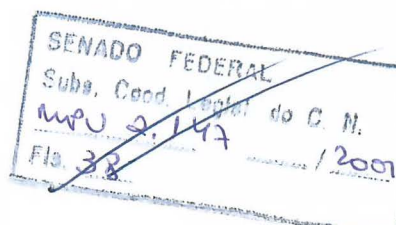
MPV 2.147-3, 2001

Fls. 38

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dop. Vanerica Grazziotin
Dop. Inácio ARRUDA

MP- 2147

000033



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

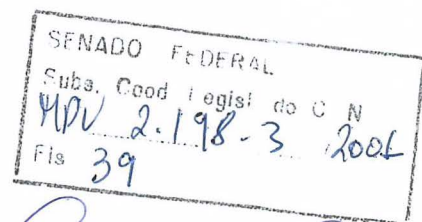
☐ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

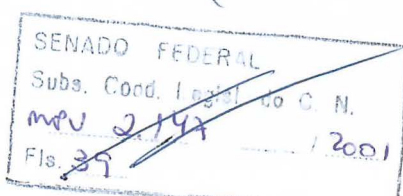
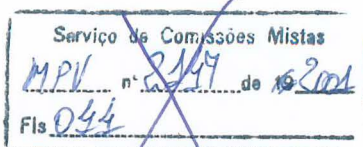
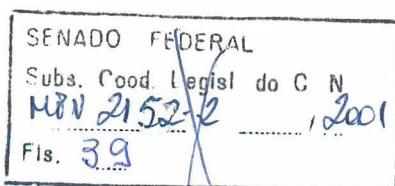
Suprima-se do inciso VII do art. 2º a expressão “compulsórias”.

JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de medidas compulsórias de redução de energia deve ser precedido de estudos concretos prévios e em setores específicos, sob pena de inviabilizar a devida assistência à saúde, o abastecimento de alimentos, entre outros setores de importância crucial não pode comprometer a sobrevivência da população.



PARLAMENTAR	ASSINATURA
DATA	



[Assinatura]
Inocencio - Dep. Vanez
gazzio
Principal
DEP. INACIO ARR

MP- 2147

000034



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

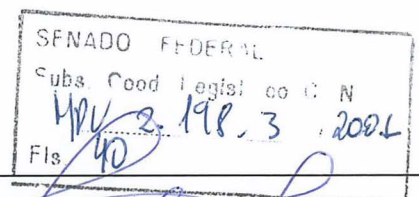
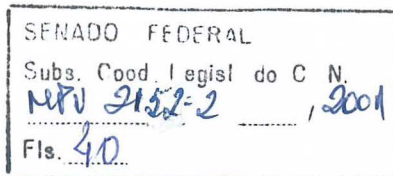
☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

Suprima-se do inciso II do art. 2º a seguinte expressão:

Estabelecer e"

JUSTIFICAÇÃO

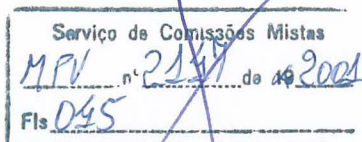
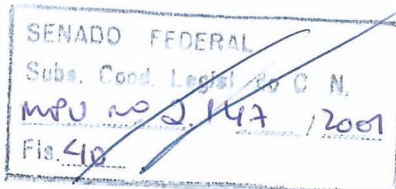
A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

Assinatura: Inácio Arruda
DEP. INACIO ARRUDA

MP- 2147

000035



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

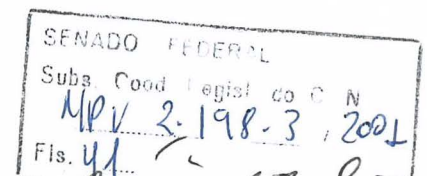
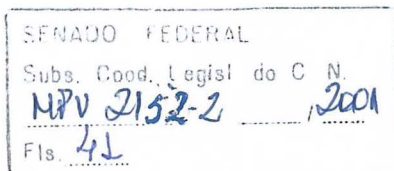
☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

Suprima-se do inciso I do art. 2º a seguinte expressão:

“Estabelecer e”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.

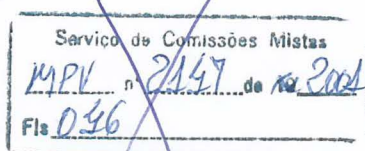
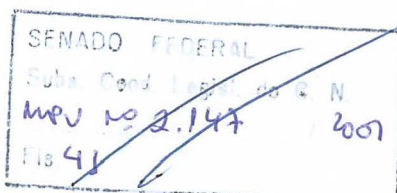


Dep. INACIO ARR

PARLAMENTAR

/ /
DATA

ASSINATURA



DEP. VANGESSA GRAZIO

MP - 2147

000036



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

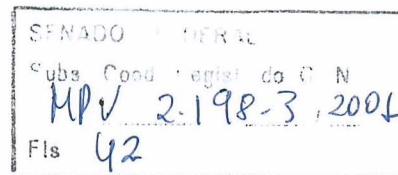
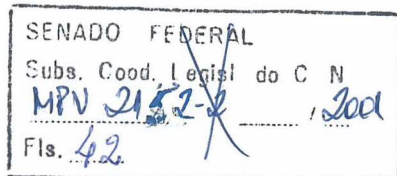
UF
RJ

PÁGINA
01/01

Suprimam-se os parágrafos 2º e 3º do art. 8º.

JUSTIFICAÇÃO

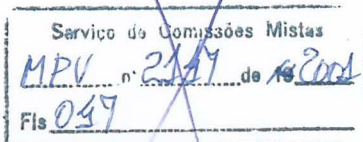
A supressão de procedimentos ou a redução aleatória de prazos para os estudos técnicos sobre os riscos ambientais advindos de instalação de hidrelétricas ou de usinas com fontes alternativas de energia poderão vir a causar prejuízos incalculáveis que inclusive poderão até anular os prováveis benefícios. Há que se buscar outras soluções que preservem todos os procedimentos de estudos de impacto ambiental, principalmente – como por exemplo a contratação de mais especialistas nessa área.



PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dep. Inácio Arruda
Dep. Vanerle Gurgel

MP- 2147

000037



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO

PCdoB

UF
RJ

PÁGINA

01/01

Suprima-se o parágrafo 5º do art. 3º.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode admitir que uma única pessoa decida em questões tão importantes para a o povo e a nação.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.147-2, 2001
Fls. 43SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3, 2001
Fls. 43

PARLAMENTAR

/ /
DATA

ASSINATURA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV nº 2.147, 2001
Fls. 43Serviço de Comissões Mistas
MPV nº 2147 de 19/2001
Fls. 048

Dep. Vanerle Góes

MP- 2147

000038



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO

PCdoB

UF
RJ

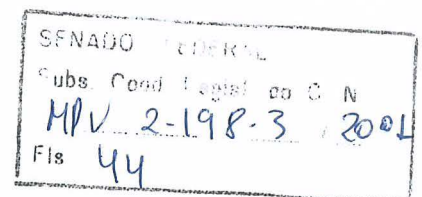
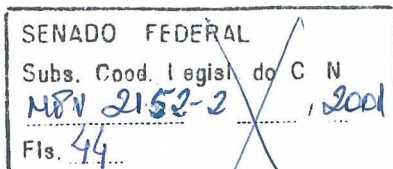
PÁGINA

01/01

Suprima-se o inciso XIII do art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

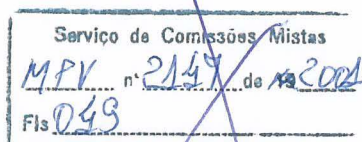
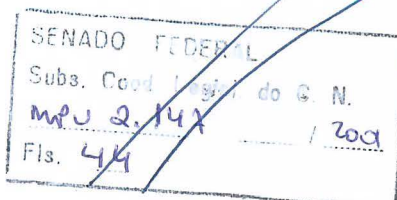
A gravidade de crise energética em nosso país evidenciou o rumo totalmente errado da política econômica do atual governo, que só apostou na questão do equilíbrio financeiro, de fazer caixa, para principalmente pagar juros de dívidas e se manteve refém dos interesses voláteis dos investimentos privados no setor. Nesse sentido, o investimento estatal no setor não pode ficar submetido aos limites de uma lei de responsabilidade fiscal que tem uma única verdade e uma única meta – o controle de gastos a qualquer preço, mesmo que seja o de aniquilar a população e o país. Isso deve ser invertido imediatamente.



ARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dep. Vanerice
Grazziotin
Dep. Inácio Arruda
Aparecida

MP - 2147

000039



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☒ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

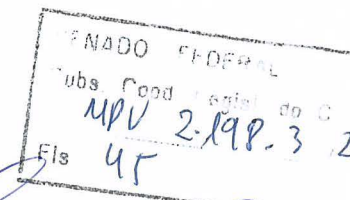
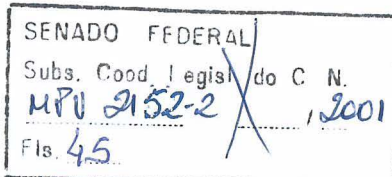
UF
RJ

PÁGINA
01/01

No inciso VI do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se ”propor” .

JUSTIFICAÇÃO

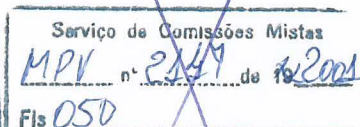
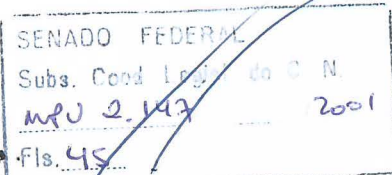
A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dep. VANESSA GRACIA

Dep. INACIO ARRUDA

MP- 2147

000040



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVA

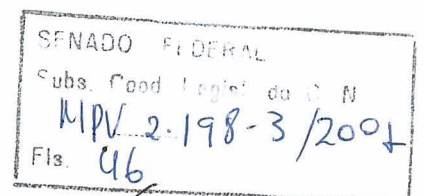
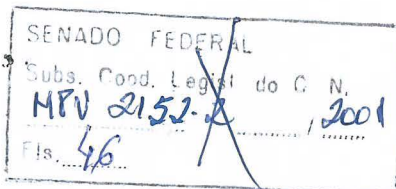
--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

No inciso V do art. 5º, onde se lê “fixar”, leia-se “propor a fixação de”.

JUSTIFICAÇÃO

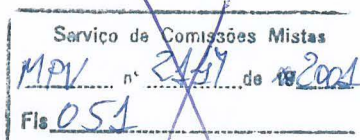
A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, já que apresentamos também emenda obrigando o envio de projetos de lei para a definição desses Programas.



PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dep. Inácio Arruda
Dep. Vanessa Grazzi

MP- 2147

000041



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Dê-se ao art. 13 a seguinte redação:

“Art. 13. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Presidente da República enviar ao Congresso, no prazo de dez dias a contar do dia 15 de maio de 2001 projeto de lei instituindo o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica de que tratam os artigos 2º e 5º.”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Esta emenda visa que seja ouvido o Congresso na definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica.

/ / DATA	PARLAMENTAR	SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2.147-2 Fls. 47
-------------	-------------	---

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2.147-2 Fls. 47

SENADO FEDERAL Subs. Coord. Legisl. do C. N. MPV 2.147 Fls. 47

Serviço de Comissões Mistas MPV nº 2.147 de 2001 Fls. 052

Dep. Jandira Feghali

 Dep. Jandira Feghali

MP- 2147

000042



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

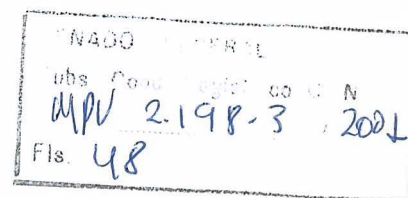
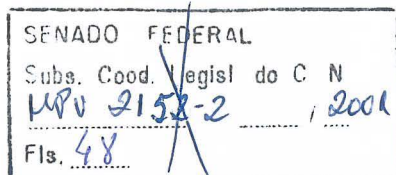
CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

No inciso XIV do art. 2º, onde se lê “adotar”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

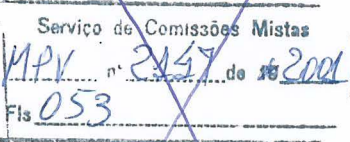
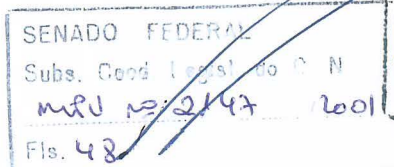
A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



PARLAMENTAR

/ /
DATA

ASSINATURA



Dep. Vanden Luiz Gagliardi Montenegro
Jandira Feghali
Dep. Inácio Arruda

MP - 2147

000043



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

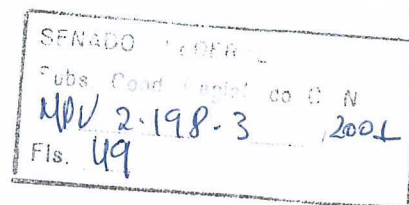
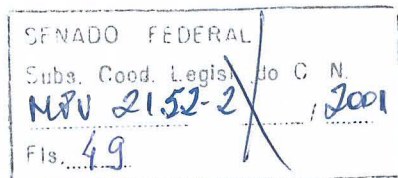
CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☒ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

No inciso XII do art. 2º, onde se lê “impor”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

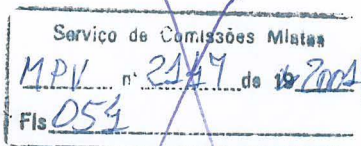
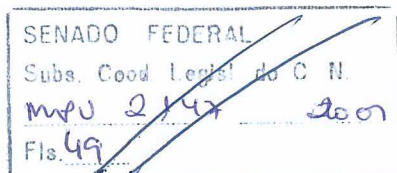
A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



Dep. Vamécio Gregório
Dep. Inácio D. M.

MP - 2147

000044



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☒ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

UF
RJ

PÁGINA
01/01

Acrescente-se à Medida Provisória, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. O art.3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, aos **serviços de produção e distribuição de energia elétrica e abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, abrangendo as atividades e respectivas infra-estruturas e instalações operacionais de captação, adução e tratamento de água bruta, reservação e distribuição de água tratada, coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários**, bem como a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21, a alínea "c" do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.

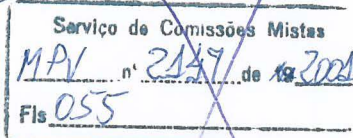
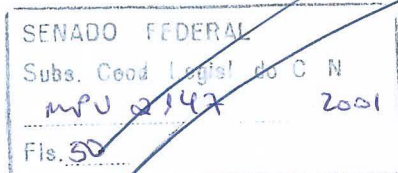
JUSTIFICAÇÃO

Não se pode conceber que seja dada continuidade ao Programa de Desestatização no setor de águas e energia elétrica, pois a crise que ora se abate sobre o nosso país é consequência direta do modelo econômico adotado pelo atual governo e de sua política de privatizações irresponsáveis realizadas açodadamente e em setores essenciais para a população e o país. Daí a emenda proposta, que retira do PND esses setores estratégicos de nossa economia.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



ASSINATURA

Dep. J. Inácio Arruda
Dep. Vanerlei Gago
Apulo Cruz

MP - 2147

000045



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☒ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVA

--

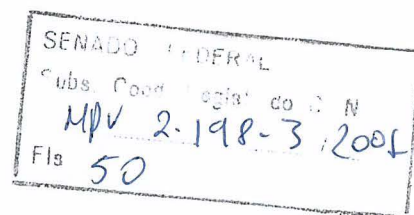
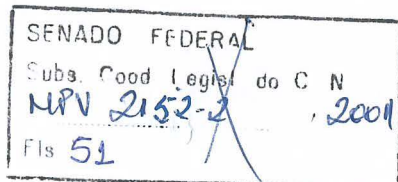
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. Enquanto durarem os efeitos do programa excepcional de contenção de consumo de energia elétrica, a jornada semanal de trabalho no comércio, indústria, serviços e administração pública será reduzida em 10% (dez por cento), sem redução salarial e sem redução de postos de trabalho.”

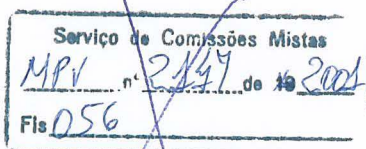
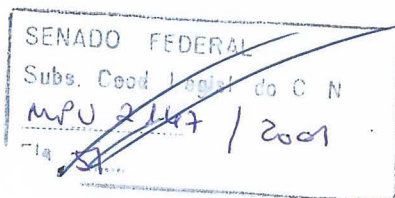
JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de resguardar os interesses dos trabalhadores, evitando que sejam os mais prejudicados pela crise energética.



DEP. INACIO ARRUDA

DATA	PARLAMENTAR	ASSINATURA
------	-------------	------------



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 23 DO MESMO MÊ E ANO QUE "CRIA E INSTALA A CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA, DO CONSELHO DE GOVERNO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NÚMEROS

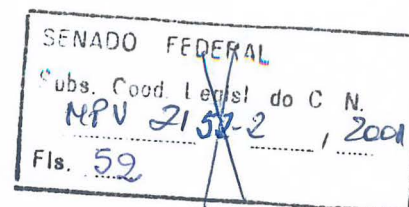
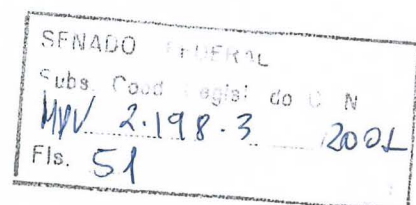
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	088.
DEPUTADO BABÁ	047, 048, 063, 065, 066, 068, 073, 075, 097, 100, 102, 105, 108.
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	046, 053, 055, 071, 078, 079, 080, 081, 084, 090, 091, 092, 093, 095, 098, 101, 103.
DEPUTADA JANDIRA FEGHALI	049, 050, 051, 052, 054, 056, 057, 058, 060, 061, 062, 067, 069, 070, 072, 074, 076, 077, 096, 099, 106, 107, 109, 110.
DEPUTADO JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA	059, 083, 085, 094, 104.
DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY	086.
SENADOR PAULO HARTUNG	064, 082, 087, 089.

SACM.

Emendas Convalidadas: 45
Emendas Adicionadas: 65

TOTAL DE EMENDAS: 110

RELATOR INDICADO:





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Dê-se ao art. 1º da mencionada MP a seguinte redação:

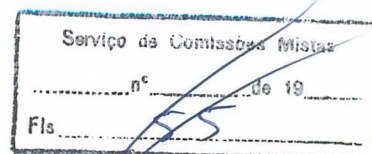
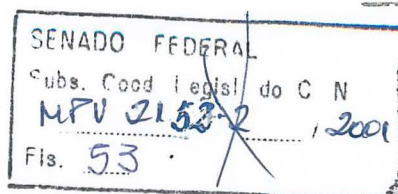
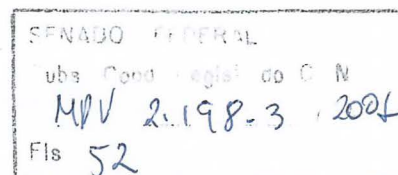
"art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções de seu suprimento.

Justificativa

Há que se afastar a idéia de que a atual crise de desabastecimento de energia elétrica é decorrente dos desígnios da natureza. Estão fartamente documentados os diagnósticos e análises que apontavam, há mais de dois anos, para o esgotamento da atual matriz energética. O que houve foi falta de planejamento estratégico e falta de investimentos.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar, ouvido o Congresso Nacional, medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

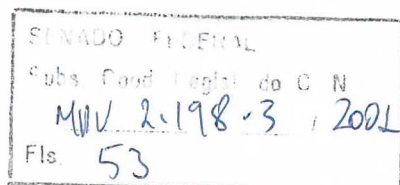
Parágrafo único. A Câmara de Gestão da Crise de Energia encaminhará, semanalmente, ao Congresso Nacional, relatório de acompanhamento das medidas dispostas no *caput* deste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe que o Congresso Nacional seja incluído nas decisões referentes à crise energética pela qual passa a população brasileira.

SALA DAS SESSÕES, em 28/05/2001

x ju *Batista Olívia de Araújo*
Rep. Babé PTR





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, o seguinte artigo como 1º, renumerando-se os demais:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.491, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

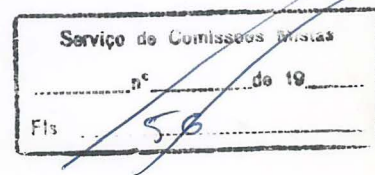
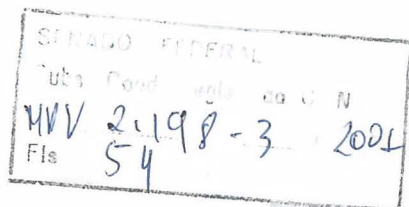
"Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A, à Caixa Econômica Federal, à FURNAS Centrais Elétricas S.A, à Companhia Energética do São Francisco – CHESF, à Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do artigo 21 e a alínea "c" do inciso I do artigo 159 e o artigo 177 da CF, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por estas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

JUSTIFICAÇÃO

No momento de crise e redefinição do setor energético brasileiro, não cabe desestatizar o patrimônio brasileiro e seus órgãos financiadores.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

Assinatura
Zatith Oliveira de Araújo
Rep. Babá PT/PC



MP 2148-1

000049



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

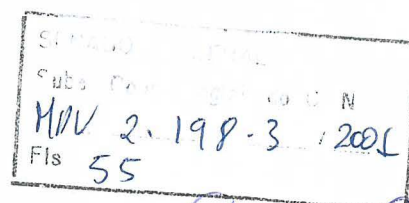
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do inciso I do art. 2º a seguinte expressão:

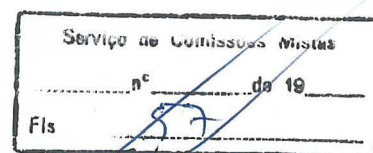
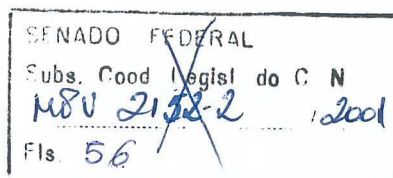
“regulamentar e”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



DATA	PARLAMENTAR	ASSINATURA
------	-------------	------------





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000050

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

--

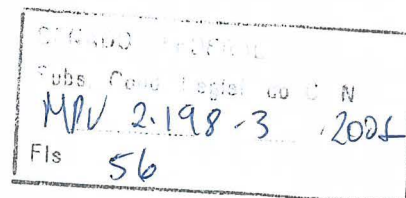
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do inciso II do art. 2º a seguinte expressão:

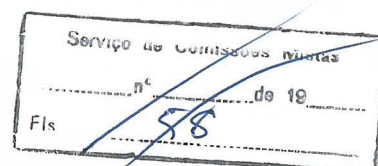
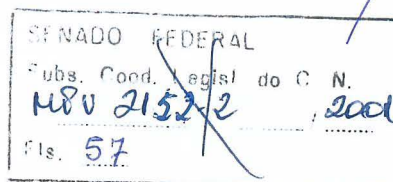
Estabelecer e"

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



DATA	PARLAMENTAR	ASSINATURA
------	-------------	------------



MP 2148-1

000051



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

--

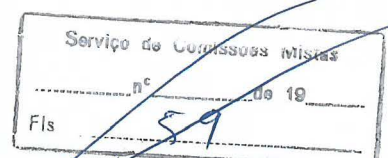
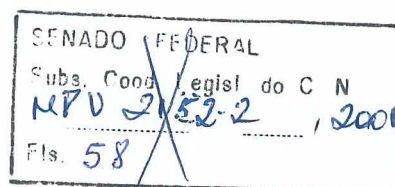
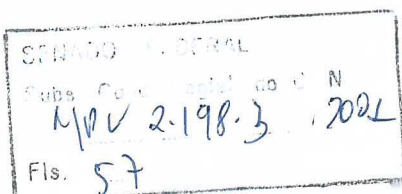
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do inciso VII do art. 2º a expressão “compulsórias”.

JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de medidas compulsórias de redução de energia deve ser precedido de estudos concretos prévios e em setores específicos, sob pena de inviabilizar a devida assistência à saúde, o abastecimento de alimentos, entre outros setores de importância crucial não pode comprometer a sobrevivência da população.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------



MP 2148-1

000052



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

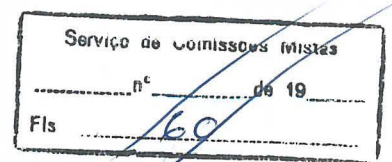
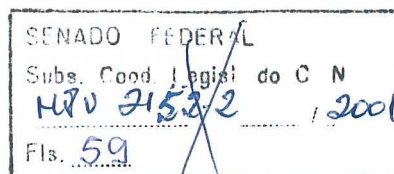
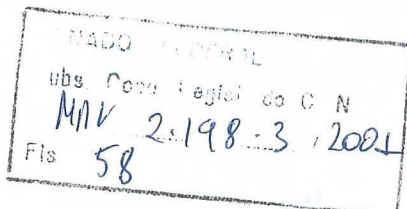
Suprima-se do inciso IX do art. 2º a seguinte expressão:

“e suspensão individual e coletiva”

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que intentamos suprimir tratam da suspensão de fornecimento de energia elétrica para o consumidor individual, residencial, o que não se justifica, ainda mais de forma aleatória e discriminatória que o governo vem adotando – o não cumprimento de metas que o estudo caso a caso poderá até a demonstrar impossível a redução, como o aumento do número de membros da família, por exemplo, ou o caso de mudança de moradores de uma mesma habitação, com número maior de membros.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000053

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o inciso IX do art. 2º da mencionada MP.

Justificativa

Não há como se delegar à GCE a competência para decidir, unilateralmente, sobre a suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2148-1, 2001
Fls. 59

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 2152-2, 2001
Fls. 60

Serviço de Comissões Mistas
.....n.º..... de 19.....
Fls. 61

MP 2148-1

000054



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVA

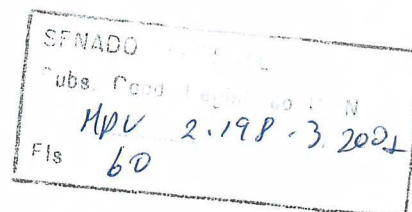
--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

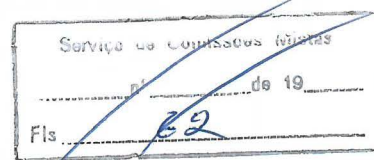
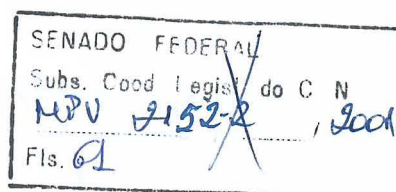
Suprima-se o inciso XIII do art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país evidenciou o rumo totalmente errado da política econômica do atual governo, que só apostou na questão do equilíbrio financeiro, de fazer caixa, para principalmente pagar juros de dívidas e se manteve refém dos interesses voláteis dos investimentos privados no setor. Nesse sentido, o investimento estatal no setor não pode ficar submetido aos limites de uma lei de responsabilidade fiscal que tem uma única verdade e uma única meta – o controle de gastos a qualquer preço, mesmo que seja o de aniquilar a população e o país. Isso deve ser invertido imediatamente.



DATA	ARLAMENTAR	ASSINATURA
------	------------	------------





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Dê-se ao inciso VI do art. 2º da mencionada MP a seguinte redação:

"art. 2º ...

.....

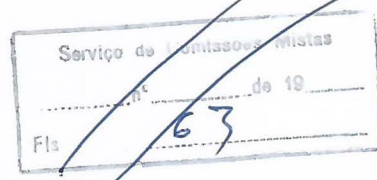
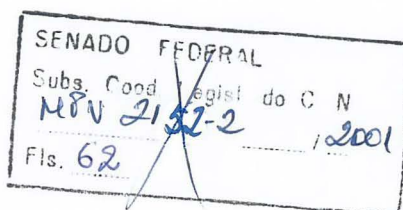
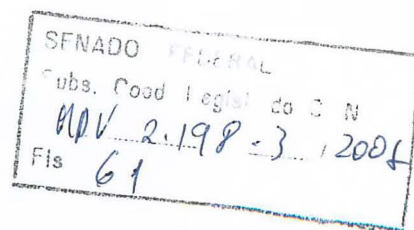
VI - propor limites de uso de energia elétrica, pactuados com os representantes dos consumidores, dos institutos de pesquisa e universidades e do Congresso Nacional "

Justificativa

A proposta para limitação do uso de energia tem que ser pactuado entre os agentes envolvidos e não decididos unilateralmente pela Câmara de Gestão.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000056

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☒ MODIFICATIVA

--

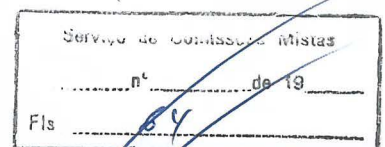
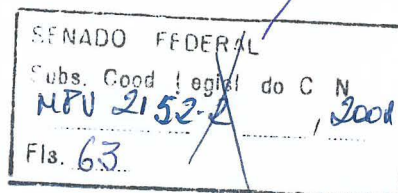
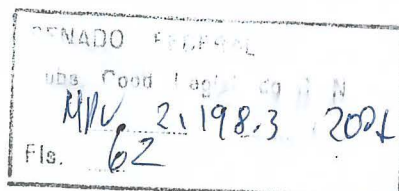
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

No inciso VI do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	 _____ ASSINATURA
------------------------	-------------	-------------------------





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000057

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

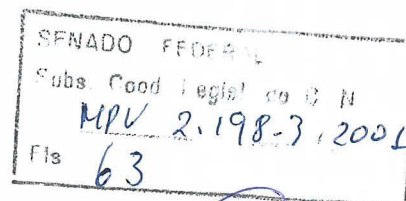
--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

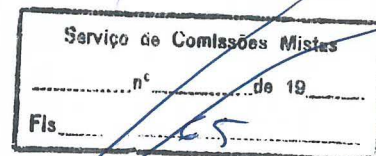
No inciso VII do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



DATA	PARLAMENTAR	ASSINATURA
------	-------------	------------



MP 2148-1

000058



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☒ MODIFICATIVA

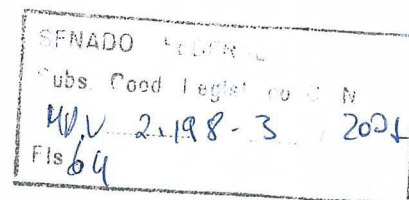
--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

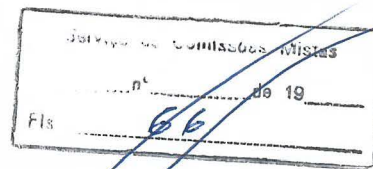
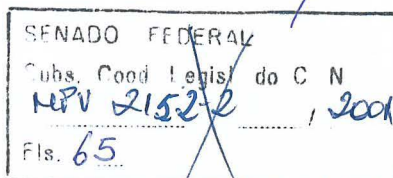
No inciso XII do art. 2º, onde se lê “impor”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	 ASSINATURA
------------------------	-------------	----------------





CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000059

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 26/05/01

Proposição: MP 2.148-01/01

Autor: Deputado JOSÉ ANTONIO ALMEIDA

Nº Prontuário: 076

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 2º

Parágrafo:

Inciso: VIII

Alínea:

O inciso VIII do art. 2º da MP passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

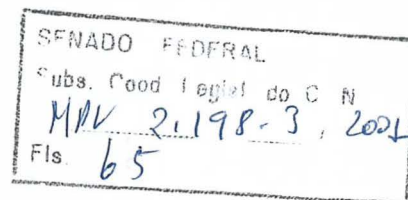
VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia e reduzir a zero pontos percentuais a alíquota de:

- a) imposto de importação para produtos estrangeiros geradores de energia;
- b) imposto sobre produtos industrializados para produtos fabricados no território nacional.

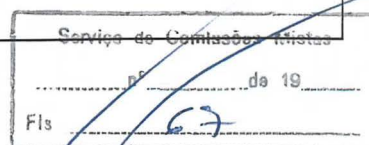
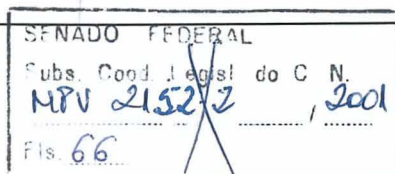
§ 2º As alíquotas incidentes sobre os impostos previstos nas alíneas a e b do inciso VIII vigorão pelo período de junho a novembro de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

O aumento da oferta de energia elétrica passa, sem dúvida, pelo aumento de produtos que, de forma apoiadora, tragam aumentos das cargas. Alíquotas zeradas do IPI e do II para produtos domésticos e importados, respectivamente, possibilitarão esse incremento.



Assinatura



MP 2148-1

000060



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☒ MODIFICATIVA

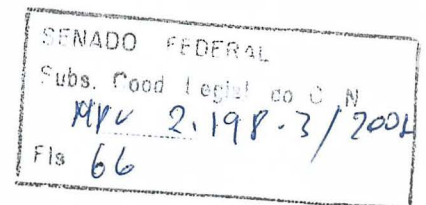
--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

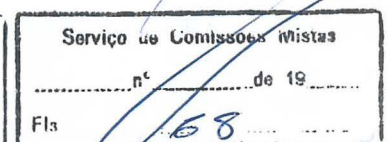
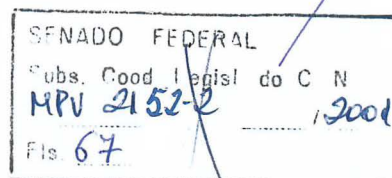
No inciso XIV do art. 2º, onde se lê “adotar”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição desses programas.



PARLAMENTAR	
DATA: ____/____/____	ASSINATURA: _____



MP 2148-1

000061



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

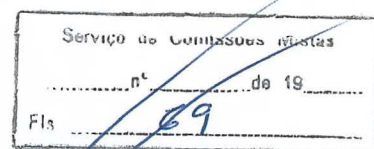
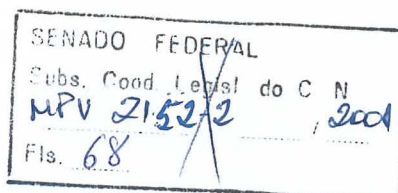
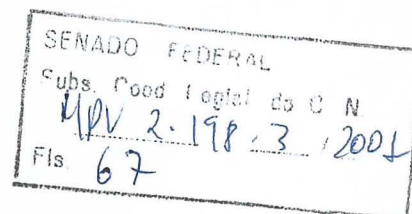
☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Acrescente-se ao Inciso XVI do art. 2º, após a partícula “MAE”, a seguinte expressão:
”inclusive a sua suspensão”.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------



MP 2148-1

000062



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

UF
RJ

PÁGINA
01/01

Suprima-se o parágrafo 5º do art. 3º.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode admitir que uma única pessoa decida em questões tão importantes para o povo e a nação.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.148-1, 2001
Fls. 68

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2148-2, 2001
Fls. 69

Serviço de Comparações Mistas

nº de 19
Fls. 70



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 3º, da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

"Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Congresso Nacional

- a) Presidente do Senado Federal;
- b) Presidente da Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal;
- c) Presidente da Câmara dos Deputados e
- d) Presidente da Comissão Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

II - Poder Judiciário

- a) Presidente do STF;
- b) Presidente do STJ.

III - Ministros de Estado:

- a) de Minas e Energia, que será o seu presidente;
- b) do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) da Fazenda;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- e) do Meio Ambiente;
- f) Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

IV - Dirigentes máximos das seguintes entidades:

- a) Centrais Elétricas do Brasil S.A
- b) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- b) Agência Nacional de Águas - ANA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2148-1, 2001
Fls. 69

Handwritten signature: J. Moura

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2, 2001
Fls. 70

Serviço de Comissões Mistas
nº 06 19
Fls. 71



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e
- c) Agência Nacional do Petróleo - ANP;
- d) Fórum de Secretários de Energia;
- e) Um representante de cada Unidade da Federação;
- f) Um representante por classe de consumidores;
- g) Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- h) Comitês de Bacias Hidrográficas; e
- i) OAB Nacional.

V - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

VI - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional;

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", e III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.


§ 4º O Plenário da GCE estabelecerá sua forma de organização.

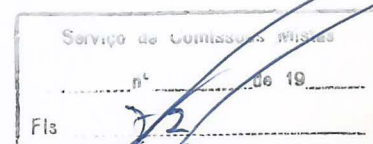
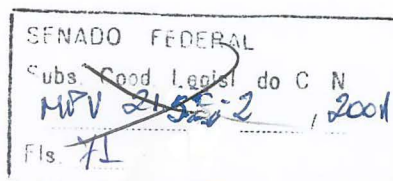
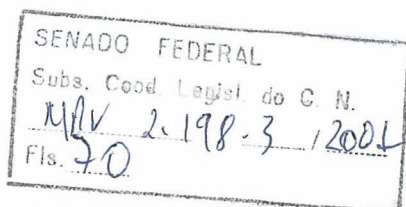
§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos no art. 2º **ad referendum** da Câmara."

JUSTIFICAÇÃO

Dada o caráter excepcional da situação, mister se faz garantir a devida representação de todos os Poderes Constitucionais e dos setores organizados da sociedade, visto que as medidas de caráter emergencial causarão profundo impacto na vida nacional.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

 Batista Oliveira de Araújo
Dep. Babá PT/PA





EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001.

Altere-se a redação do art. 3º da medida provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, passando a ter o seguinte texto:

“Art. 3º

.....

V- um membro da comunidade científica nacional, escolhido pelo Presidente da República;

VI – 9 (nove) representantes da sociedade, eleitos pelas respectivas comunidades que representam, sendo:

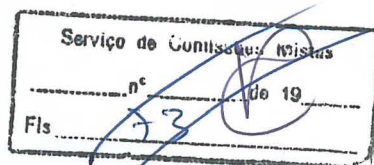
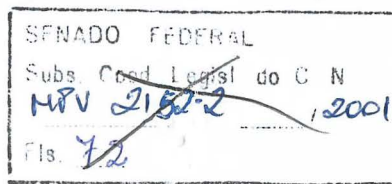
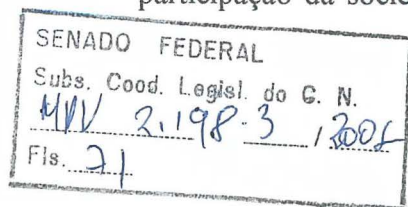
- a) um membro da comunidade científica nacional, ligado a universidade federal na área de energia elétrica;
- b) um membro da Confederação Nacional da Indústria;
- c) um membro da Confederação Nacional do Comércio;
- d) um membro da Confederação Nacional da Agricultura;
- e) um membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria;
- f) um membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio;
- g) um membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura;
e
- h) um membro do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, devendo a escolha recair sobre um Engenheiro eletricista; e
- i) um membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

VII – 5 representantes dos Governadores de Estado, sendo um por região geográfica, cada qual escolhido pelo conjunto dos governadores dos Estados que compõem a região geográfica a que pertencem;

VIII – um representante dos prefeitos de capital, escolhido pelo conjunto dos prefeitos de capital; e

JUSTIFICAÇÃO

A grave crise energética que se abateu sobre a população brasileira exige ampla participação da sociedade que, aliás, chamada a colaborar, imediatamente deu resposta





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO HARTUNG

passando a adotar medidas concretas que, segundo informações oficiais, ainda em maio começaram a surtir efeito na economia de energia.

Ainda que o problema tenha sido gerado, claramente, por uma política equivocada do governo de contingenciamento dos recursos para investimento no setor de geração e transmissão de energia elétrica, em clara imprevidência, no mínimo, do atual governo, o problema afeta a toda a sociedade de maneira drástica, razão pela qual, independentemente de posicionamento político-partidário, todos temos que colaborar para o enfrentamento da crise, inclusive representantes dos setores produtivos, dos trabalhadores, da comunidade científica, enfim, da sociedade civil organizada.

É este o propósito da emenda. Buscar ainda mais a adesão da sociedade, dando-lhe voz e voto nas deliberações que serão adotadas.

Em 25 de maio de 2001.


Senador PAULO HARTUNG

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3, 2001
Fls. 72

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2183-2, 2001
Fls. 73

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 77



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 4º do art. 3º da Medida Provisória nº 2148-1 de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

“
Art. 3º. ...

.....
§ 4º O Plenário da GCE estabelecerá sua forma de organização.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo de dispor sobre a forma de funcionamento da GCE, a qual deverá ser estabelecida pelo seu Plenário.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

*x ju Batist Olivi. de Araujo
Rep. Babé PT/R*

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl do C N.
MPV 2.148-3 / 2001
Fls. 73

GER 3.17.23.004-2 (JUN/00)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl do C N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 74

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 75



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 5º do art. 3º da Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

“.....

Art. 3º. ...


.....

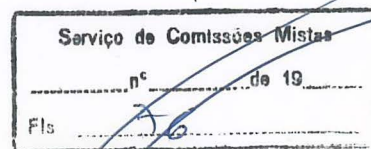
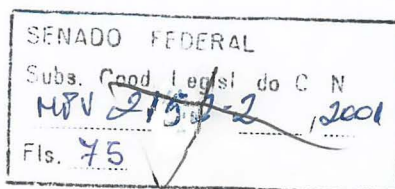
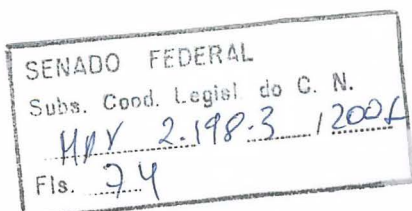
§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos no art. 2º ad referendum da Câmara.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem consonância com a emenda que estabelece que caberá ao Plenário da GCE dispor sobre o seu funcionamento.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

x  Zé Roberto de Araújo
Dep. Zé Roberto PT/R





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000067

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

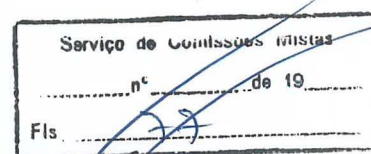
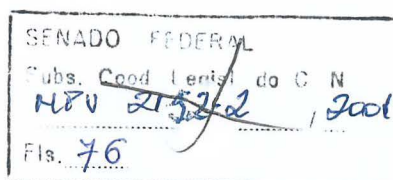
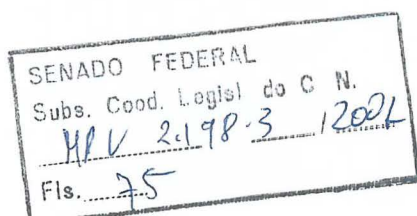
Acrescente-se ao inciso V do art. 3º a seguinte expressão:

“e aprovados pelo Congresso Nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de apenas de garantir a participação do Congresso na definição da composição da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

DATA	PARLAMENTAR	ASSINATURA
------	-------------	------------





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

“Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto prazo que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.”

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que cabe ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, órgão colegiado vinculado à Presidência da República, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, formular as políticas e diretrizes para o setor energético. Assim, não se pode permitir que o planejamento a médio e longo prazo seja elaborado por uma Câmara que tem o objetivo específico de gerenciar uma crise.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

x ju *Batista Oliveira de Araujo*
Rep. Babá P.T/R

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legial do C. N.
MPV 2148-1 / 2001
Fls. 76

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legial do C. N.
MPV 2148-1 / 2001
Fls. 77

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 78

MP 2148-1



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

000069

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☒ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

UF
RJ

PÁGINA
01/01

No inciso V do art. 5º, onde se lê “fixar”, leia-se “propor a fixação de”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, já que apresentamos também emenda obrigando o envio de projetos de lei para a definição desses Programas.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.148-3 / 2001

Fls. 77

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.148-3 / 2001

Fls. 78

Serviço de Atendimento ao Cidadão

Nº _____ de 19 ____

Fls. 79

MP 2148-1

000070



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

Suprima-se do inciso V do art. 5º a seguinte expressão:

“fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como”

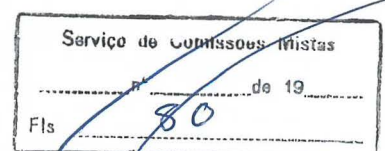
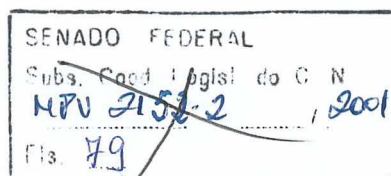
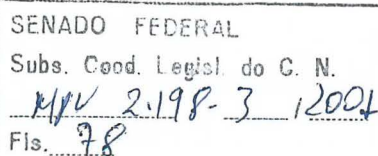
JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a tarifação progressiva adotada pelo governo é excessiva e insuportável para a maioria dos consumidores, além de inócua, pois não servirá para aumentar a oferta de energia, mas sim para compensar as concessionárias da redução do consumo que inevitavelmente se dará. O governo não pode jogar nas costas do consumidor de energia, da população em geral o ônus de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país nesse setor.

PARLAMENTAR

/ /
DATA

ASSINATURA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000071

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Inclua-se a expressão “na forma da lei” logo após a expressão “definindo” contida no inciso I do § 1º do art. 5º da mencionada MP.

Justificativa

Somente a lei tem o condão de estabelecer as medidas necessárias à implementação do plano emergencial para o setor elétrico e não meras resoluções da GCE.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3 2001
Fls. 79

GER 3.17.23.004-2 (JUN/00)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2 2001
Fls. 80

Serviço de Contas e Prestações
Fls. 81

MP 2148-1

000072



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

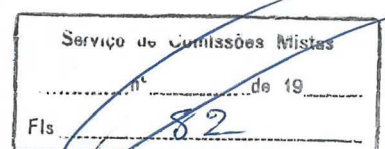
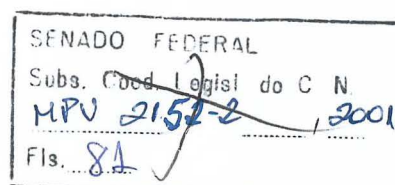
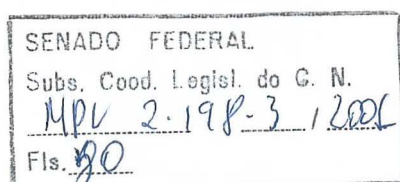
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se o inciso I do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Não há porquê transferir à Câmara de Gestão a competência da ANEEL de assegurar a implementação do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000073

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.


EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os art. 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa compatibilização com a nossa emenda já apresentada que dispõe que o CNPE, em conjunto com os órgãos planejadores da Eletrobrás, elaborará o Plano Estratégico Nacional de Energia.

SALA DAS SESSÕES, 28/05/2001

x  **Batistinha Oliveira de Araújo**
Dep. Zé Batistinha PT/PA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1 / 2001
Fls. 81

GER 3.17.23.004-2 (JUN/00)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-2 / 2001
Fls. 82

Serviço de Comissões Mistas
.....n.º..... de 19.....
Fls. 83

MP 2148-1

000074



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO☐ SUBSTITUTIVO☐ ADITIVA☐ AGLUTINATIVA☐ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

Suprimam-se os parágrafos 2º e 3º do art. 8º.

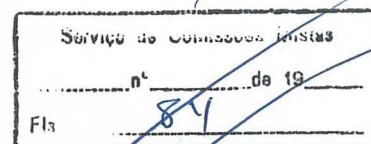
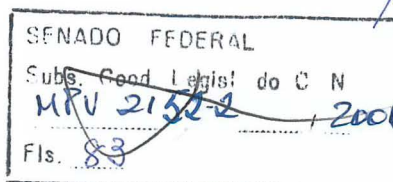
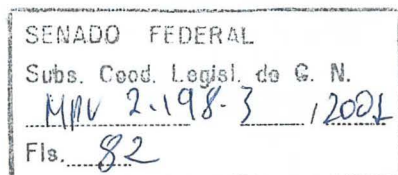
JUSTIFICAÇÃO

A supressão de procedimentos ou a redução aleatória de prazos para os estudos técnicos sobre os riscos ambientais advindos de instalação de hidrelétricas ou de usinas com fontes alternativas de energia poderão vir a causar prejuízos incalculáveis que inclusive poderão até anular os prováveis benefícios. Há que se buscar outras soluções que preservem todos os procedimentos de estudos de impacto ambiental, principalmente – como por exemplo a contratação de mais especialistas nessa área.

PARLAMENTAR

/ /
DATA

ASSINATURA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000075

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, a seguinte redação:

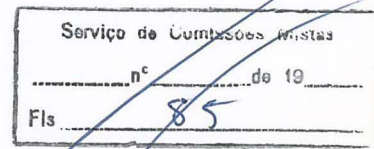
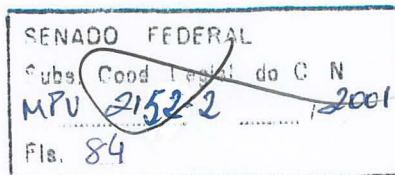
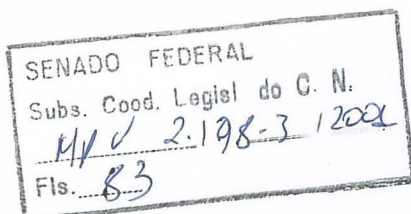
“Art. 12 A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República em 1º de dezembro de 2001.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa estabelecer prazo para o funcionamento da GCE.

SALA DAS SESSÕES, 28/05/2001

x *[assinatura]* Batista Oliveira de Araújo
Dep. Batista PTR





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000076

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

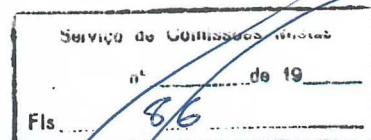
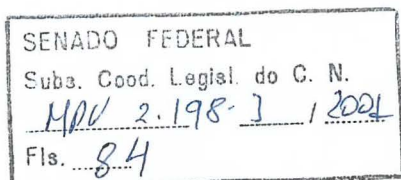
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do art. 13, caput, a expressão "*os regimes especiais de tarifação*", e por consequência, suprimam-se o art. 15, os parágrafos 1º a 5º do art. 16, a expressão "*que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas*", constante do caput do art. 17, os parágrafos 1º e 2º do art. 18 e o art. 20.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a tarifação progressiva adotada pelo governo é excessiva e insuportável para a maioria dos consumidores, além de inócua, pois não servirá para aumentar a oferta de energia, mas sim para compensar as concessionárias da redução do consumo que inevitavelmente se dará. O governo não pode jogar nas costas do consumidor de energia, da população em geral o ônus de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país nesse setor.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------



MP 2148-1

000077



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

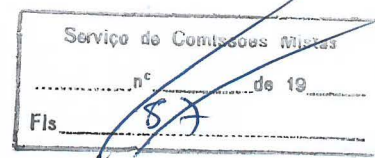
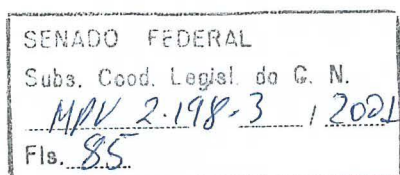
AUTOR DEPUTADO (A):	PARTIDO	UF	PÁGINA
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	01/01

Suprimam-se os parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 14 e os arts. 21, 22, 23 e 27.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a suspensão do fornecimento de energia é medida injusta e incoerente – deve-se incentivar a redução do consumo, através de medidas positivas, como a concessão de bônus e não de forma negativa e retaliatória por parte do governo. O governo não pode simplesmente punir a população por um erro que é só seu, resultado de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país no setor de energia.

PARLAMENTAR	
DATA: ____/____/____	ASSINATURA:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1
000078

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprimam-se os §§ 2º, 3º e 4º do art. 14 da mencionada MP.

Justificativa

As medidas contidas nos parágrafos mencionados, que se inter-relacionam, são de uma truculência inaceitável com o consumidor. Impõem a suspensão, a começar num prazo de 48 horas da entrega da conta que demonstre não ter havido a redução de consumo desejada, podendo perdurar por um período de três dias, aumentando para um limite máximo de seis dias em caso de reincidência.

Busca-se compelir o consumidor a reduzir, a todo o custo, seu consumo, ameaçando-lhe com a suspensão de um serviço público essencial amparado no princípio da continuidade em sua prestação.

Não admitimos esta imposição, razão pela qual apresentamos a presente emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3/2001
Fls. 86

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2/2001
Fls. 67

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2/2001
Fls. 67



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000079

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

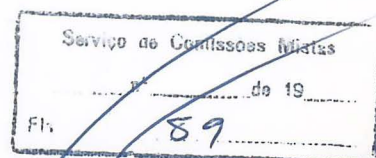
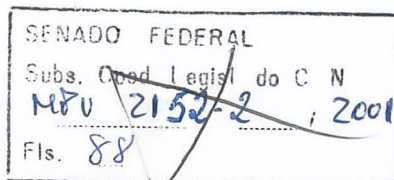
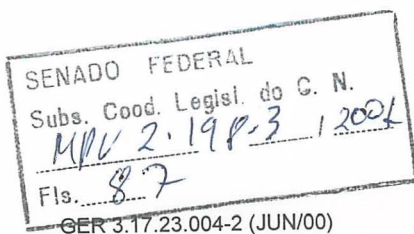
Inclua-se a expressão “utilizando, sempre, critérios mais benéficos ao consumidor” na parte final do § 1º do art. 14., logo após a expressão “até três meses”.

Justificativa

Os casos extraordinários - em que os critérios adotados pelo Poder Executivo não se apliquem - devem ser solucionados utilizando-se como parâmetro critérios mais benéficos ao consumidor.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprimam-se as seguintes expressões:

- a) “acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor”, contida na parte final do inciso II do art. 15 da mencionada MP;
- b) “acrescida de duzentos por cento do respectivo valor”, contida na parte final do inciso III do art. 15 da mencionada MP.

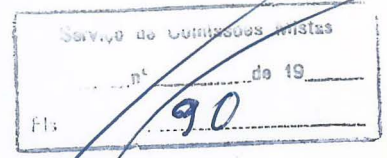
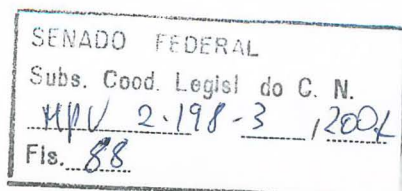
Justificativa

Objetiva-se , com as supressões, eliminar-se do texto da MP verdadeira aberração jurídica . Na verdade, o acréscimo pretendido, nos dois incisos, é desprovido de natureza jurídica. Sim, pois não há falar em sanção ou multa de ato lícito; nem de taxa quando se trata de tarifa fixada contratualmente; tampouco de imposto, já que esta espécie tributária criada por medida provisória violaria inúmeros dispositivos constitucionais.

Logo, a vulgarmente denominada “sobretaxa” é um nada jurídico que sequer pode ser admitido em nosso ordenamento, razão pela qual propomos sua supressão.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprimam-se os §§ 3º e 4º do art. 16 da mencionada MP.

Justificativa

As medidas contidas nos parágrafos mencionados, que se inter-relacionam, são de uma truculência inaceitável com os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outra atividades enquadradas no grupo B, constante do inciso XXIII do art. 2º da resolução ANEEL, já que impõem a suspensão do fornecimento de energia elétrica àqueles consumidores que não se adequarem às metas.

Não admitimos esta imposição, razão pela qual apresentamos a presente emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2148-1 / 2001
Fls. 89

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 90

Serviço de Comissões Mistas
Nº _____ de 10
Fls. 91



EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001.

Suprimam-se da Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, os seguintes dispositivos: os § 2º, 3º e 4º do art. 14; o § 3º do art. 15; o § 5º do art. 16; o art. 25 e o art. 28.

JUSTIFICAÇÃO

A grave crise energética que se abateu sobre a população brasileira exige ampla participação da sociedade que, aliás, chamada a colaborar, imediatamente deu resposta passando a adotar medidas concretas que, segundo informações oficiais, ainda em maio começaram a surtir efeito na economia de energia.

Ainda que o problema tenha sido gerado, claramente, por uma política equivocada do governo - de contingenciamento dos recursos para investimento no setor de geração e transmissão de energia elétrica - em clara imprevidência, no mínimo, do atual governo, o problema afeta a toda a sociedade de maneira drástica, razão pela qual, independentemente de posicionamento político-partidário, todos os segmentos da sociedade têm que colaborar para o enfrentamento da crise.

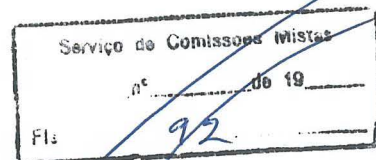
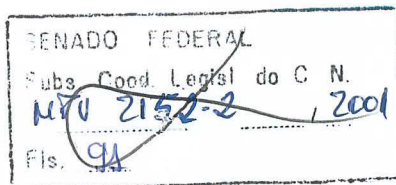
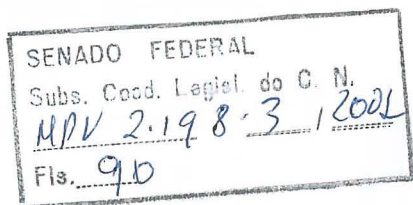
Propõe-se, basicamente, a revogação dos dispositivos que permitem o corte de fornecimento, dos que dão poderes arbitrários à GCE, do dispositivo que afasta a aplicação do CDC e do dispositivo que prevê compensação financeira para as concessionárias em face do contingenciamento.

Este último, por sinal, absolutamente desnecessário, visto que as concessionárias poderão solicitar a revisão do equilíbrio econômico-financeiro administrativamente, ou mesmo judicialmente, se for o caso.

É este o propósito da emenda.

Em 25 de maio de 2001.


Senador **PAULO HARTUNG**





CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000083

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/05/2001

Proposição: MP nº 2.148-01/01

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 15

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 15 e seus parágrafos e incisos da Medida Provisória 2.148-01/01.

JUSTIFICATIVA:

As regras contidas no artigo em questão, que se pretende suprimir, são manifestamente inconstitucionais.

Com efeito, para o mesmo serviço (fornecimento de energia elétrica) essas regras impõem três preços diferenciados: até 200 kw/h, a tarifa é a atualmente estabelecida; acima de 200 e até 500 kw/h, há uma sobretaxa de 50%; e acima de 500 kw/h, há outra sobretaxa, cumulativa com a anterior, de 200%.

Não há dúvida, por se tratar do mesmo serviço, que os acréscimos correspondem à modalidade **taxa** do gênero **tributo**. Tanto que a explicação oficial é que o serviço se tornou mais raro e a contraprestação dele ao consumidor exige agora a incidência de um tributo que remunere tal contraprestação.

Ora o artigo 150, item IV da Constituição proíbe a utilização de tributo com efeito de confisco. E uma taxa que seja maior que o próprio valor do serviço certamente caracteriza confisco.

Assinatura

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.148-3, 2001

Fls. 91

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2152-2, 2001

Fls. 92

Serviço de Comissões Mistas

nº de 19

FI

93



EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do art. 18 da mencionada MP.

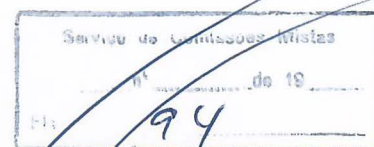
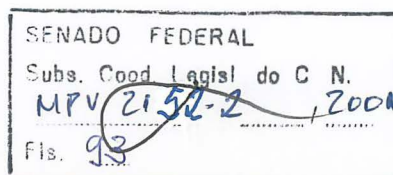
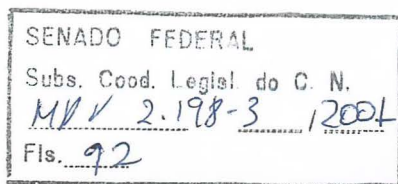
Justificativa

As medidas contidas nos parágrafos mencionados, que se inter-relacionam, são de uma truculência inaceitável com os consumidores rurais, já que impõem a suspensão do fornecimento de energia elétrica àqueles consumidores que não se adequarem às metas.

Não admitimos esta imposição, razão pela qual apresentamos a presente emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000085

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/05/2001

Proposição: MP nº 2.148-01/01

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 25

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 25 e seu parágrafo da Medida Provisória 2.148-01/01

JUSTIFICATIVA:

Como se verifica do texto do artigo que se pretende suprimir, ele suspende a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, em especial seus artigos 12, 14, 22 e 42, "às situações decorrentes ou execução do disposto nesta Medida Provisória". Sucede que referido Código tem acento constitucional (art. 5º, inciso XXXII), outorgando o constituinte previsão para que o Estado promova a defesa do consumidor. E a norma em questão, na verdade, se destinaria a virar lei **contra o consumidor**.

Por outro lado, conforme esclarecido pelo Advogado Geral da União, tido como o possível redator desta e de muitas outras Medidas Provisórias, o objetivo do Executivo ao incluir esse artigo 25 foi alterar a responsabilidade dos fornecedores do serviço relacionados com energia elétrica para a responsabilidade subjetiva, ou seja, impondo ao consumidor o ônus de provar a culpa do fornecedor, nesse caso.

Ora, essa interpretação viola flagrantemente o texto constitucional, especificadamente no § 6º do artigo 37, que consagra a responsabilidade objetiva tanto para o Estado (no caso concreto, a União, da qual a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica é ente despersonalizado) como para "as prestadoras de serviços públicos". Na hipótese, sendo o fornecimento de energia elétrica um serviço público, claro está ser objetiva a responsabilidade.

Por isso, manifesta a necessidade da supressão desse artigo 25 e seu parágrafo único.

Assinatura

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1 12006
Fls. 93

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2, 2001
Fls. 94

Serviço de Comissões Mistas
p. 5 de 19
Fls. 95



CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000086

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 2148-1

autor	nº do prontuário
Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY	

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o artigo 25 da Medida Provisória em epígrafe.

Justificativa

A não aplicação do Código de Defesa do Consumidor, em especial de seus artigos 12, 14, 22 e 42, às situações decorrentes ou à execução do disposto na MP supra citada, ou de decisões do GCE, vai de encontro ao disposto no artigo 5º, incisos XXXII e XXXV de nossa Carta Magna, que, como clausula pétrea, nos ensina que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Diante do exposto, apresento esta emenda supressiva por entender que o artigo 25 é flagrantemente inconstitucional.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de maio de 2001.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1 / 2001
Fls. 94

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 95

Serviço de Controle Interno
nc de 19
Fls. 96



EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001.

Altere-se a redação do art. 15, revogando o atual § 3º, da Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, passando a ter o seguinte texto:

Art. 15.

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 400kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de vinte por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 400 kWh e inferior ou igual a 600kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de quarenta por cento do respectivo valor;

IV - para a parcela do consumo mensal superior a 600 kWh e inferior ou igual a 800kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de sessenta por cento do respectivo valor;

VI - para a parcela do consumo mensal superior a 800 kWh e inferior ou igual a 1.000kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de oitenta por cento do respectivo valor;

VII - para a parcela do consumo mensal superior a 1.000 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cem por cento do respectivo valor.

§ 3º (revogado)

§ 4º

§ 5º Os consumidores que na data da publicação desta Medida Provisória já adotavam equipamentos econômicos e procedimentos racionalizadores da utilização da energia elétrica, poderão solicitar à concessionária distribuidora para, *in loco*, proceder à vistoria e atestar o grau de racionalização e as medidas que possam ser adotadas, bem como a parcela de economia gerada com a adoção das medidas propostas, passando a ser esta a meta da residência, servindo o laudo como prova.

§ 6º Até que seja fornecido o laudo de que trata o parágrafo anterior, é vedado o corte da energia da residência.

JUSTIFICAÇÃO

A grave crise energética que se abateu sobre a população brasileira exige ampla participação da sociedade que, aliás, chamada a colaborar, imediatamente deu resposta passando a adotar medidas concretas que, segundo informações oficiais, ainda em maio começaram a surtir efeito na economia de energia.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1, 2001
Fls. 95

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2148-1, 2001
Fls. 96

Serviço de Contas Mistas
de 19
Fls.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO HARTUNG

Ainda que o problema tenha sido gerado, claramente, por uma política equivocada do governo - de contingenciamento dos recursos para investimento no setor de geração e transmissão de energia elétrica - em clara imprevidência, no mínimo, do atual governo, o problema afeta a toda a sociedade de maneira drástica, razão pela qual, independentemente de posicionamento político-partidário, todos os segmentos da sociedade têm que colaborar para o enfrentamento da crise.

O tarifaço que se pretende seja imposto à sociedade é insuportável e tem contra si a jurisprudência dos tribunais pátrios.

De outro lado, diante do pronunciamento do Presidente da República em cadeia de rádio e televisão, configura propaganda enganosa, já que Sua Excelência afirmou que não admitiria multas e o tarifaço não passa da multa disfarçada.

Não obstante, entendemos que a progressividade da tarifa de energia, por faixas de consumo, é medida incentivadora da participação da população, sobretudo da classe média.

Portanto, alternativamente às três faixas propostas pelo governo, estamos propondo a gradação do aumento da tarifa em face do consumo em sete faixas, com acréscimo de 20 pontos percentuais de uma para outra no valor da tarifa.

Assim, a primeira faixa - até 200 kWh - teria a tarifa básica, enquanto que a última faixa, acima de 1000 kWh, pagaria a 100% a mais.

A revogação do § 3º é óbvia, sob pena de investir-se a GCE de poderes tais que eliminem a segurança que a emenda propõe ao cidadão.

Propõe-se, ainda, medida que assegure que os cidadãos que adotaram a previdência que faltou ao governo, utilizando-se de meios e recursos racionalizadoras, não sejam, agora, apenados.

É este o propósito da emenda.

Em 25 de maio de 2001.


Senador PAULO HARTUNG

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.198-3 / 2001
Fls. 96

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 97

Serviço de Comissões Mistas
n.º de 10
Fls. 97



MP 2148-1

000088

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 24 /05/2001		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1	
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/02	8 ARTIGO Art.15 e 16	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Os caputs dos artigos 15 e 16 da mencionada Medida Provisória passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 15 – Aplicam-se aos consumidores residenciais de unidades autônomas, a partir de 4 de junho de 2.001, as seguintes tarifas : "

"Art. 16 – Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2.000, bem como os condomínios residenciais, assim entendidos os conjunto de áreas e serviços comuns, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média de consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2.000.

Justificativa

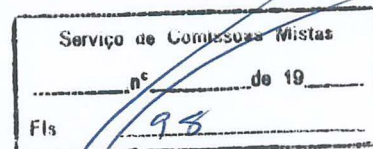
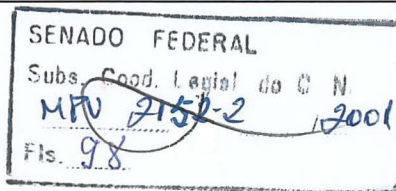
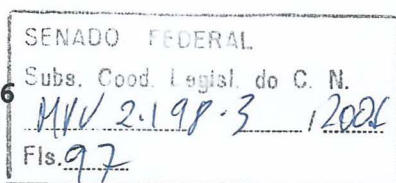
As mudanças no plano de racionamento de energia elétrica do governo federal contidas na presente Medida Provisória, estabelecem, em resumo, medidas mais drásticas para punir eventuais aumentos de consumo, inclusive com a imposição da cobrança de uma sobretaxa que pode chegar a 200%.

Para o consumidor residencial as principais alterações serão as seguintes:

- Serão cortados primeiro os que menos economizarem;
- Os cortes por reincidência vão durar de quatro a seis dias;
- Tais cortes serão efetuados até 48 horas depois do recebimento da conta de energia elétrica posterior a 30 de junho;
- Os consumidores terão que arcar com a taxa de religação.

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - SP

12836
20

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 24 /05/2001		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1	
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA		2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	
3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA		4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	
9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 02/02	8 ARTIGO Art.15 e 16	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

O problema é tão grave para a economia do país e, sobretudo, para o dia-a-dia do cidadão, que tão logo eclodiu nas machetes dos jornais e revistas, apresentamos requerimento de criação de uma comissão externa para avaliar as eventuais repercussões da crise energética, e o Congresso, que não pode deixar de participar das decisões sobre ela, decidiu criar uma comissão temporária para acompanhar e também avaliar as ações do Executivo.

As metas de economia, nesta reedição, foram mantidas, ou seja, de 10% para consumidores rurais; de 20% para residências e consumidores de baixa tensão; de 15 a 25% para consumidores de alta tensão; e de 35% para serviços públicos e outros consumidores.

Muitas vozes têm abordado o assunto, seja para criticar os motivos que nos levaram a nos defrontar com a presente crise, seja para apontar soluções alternativas para a superação da mesma.

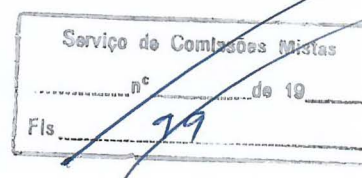
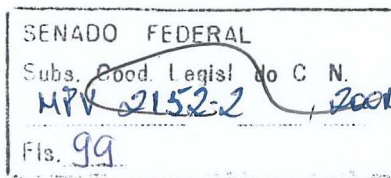
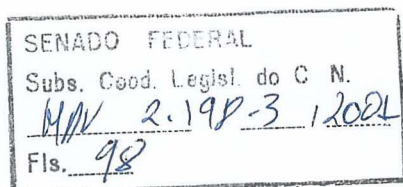
No tocante aos condomínios residenciais temos conhecimento de que muitos deles, sobretudo em São Paulo, têm adotado medidas efetivas para racionalizar o consumo. Mas não é só por este fato que entendemos devam ficar excluídos da cobrança de sobretaxas, mas porque elas recairão duplamente sobre os que vivem nos mesmos, já onerados em suas unidades autônomas com os acréscimos das tarifas, conforme estatuído no artigo 15 da Medida Provisória sob exame, cuja redação pretendemos alterar.

Por uma questão de isonomia e de justiça, entendemos que aos condomínios residenciais (assim definido apenas o conjunto das áreas e serviços comuns e não destas e das unidades autônomas), vez que têm CGC e, portanto, podem, em certa medida, ser equiparados aos entes que têm personalidade jurídica, deve ser dispensado o mesmo tratamento dado aos consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outros, que deverão observar metas de consumo de energia elétrica, mas sobre os quais não incidirão as referidas sobretaxas.

A presente emenda intenta modificar dois dispositivos, vez que se configura a hipótese do art. 230, c, do RISF, ou seja, de modificações correlatas.

Não fora assim, a aprovação pura e simples da alteração proposta para o art. 15, isentaria os condomínios da necessidade de observar qualquer meta de redução de consumo prevista no caput do artigo seguinte, o que, também não seria aconselhável.

10 ASSINATURA
Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - SP

12836
20

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO HARTUNG

EMENDA Nº

MP 2148-1**000089****À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2148-1, DE 22**

Altere-se a redação do *caput* do art. 16, revogando o atual § 5º, da Medida Provisória nº 2148-1, de 22 de maio de 2001, passando a ter o seguinte texto:

“Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado no trimestre civil de maior consumo do ano de 2000 ou do primeiro trimestre de 2001

§ 5º (revogado).

JUSTIFICAÇÃO

A grave crise energética que se abateu sobre a população brasileira exige ampla participação da sociedade que, aliás, chamada a colaborar, imediatamente deu resposta passando a adotar medidas concretas que, segundo informações oficiais, ainda em maio começaram a surtir efeito na economia de energia.

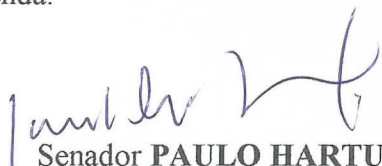
Ainda que o problema tenha sido gerado, claramente, por uma política equivocada do governo - de contingenciamento dos recursos para investimento no setor de geração e transmissão de energia elétrica - em clara imprevidência, no mínimo, do atual governo, o problema afeta a toda a sociedade de maneira drástica, razão pela qual, independentemente de posicionamento político-partidário, todos os segmentos da sociedade têm que colaborar para o enfrentamento da crise.

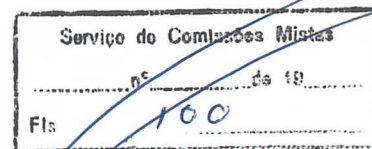
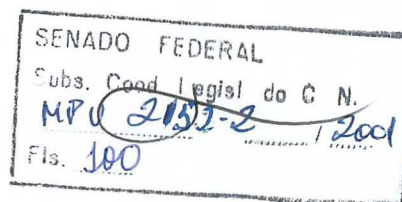
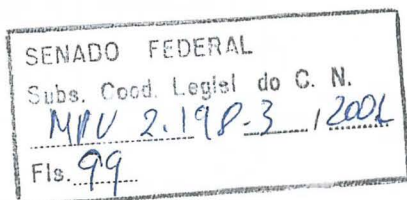
Propõe-se, basicamente, que se respeite eventuais aumentos da capacidade instalada que foram, por certo, estimulados pelo próprio discurso do governo de recuperação da atividade econômica neste ano, sob pena de, no futuro, pesar sobre a União a responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das medidas.

A revogação do § 3º é óbvia, sob pena de investir-se a GCE de poderes tais que eliminem a segurança que a emenda propõe ao cidadão.

É este o propósito da emenda.

Em 25 de maio de 2001.


Senador PAULO HARTUNG





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 20 da mencionada MP.

Justificativa

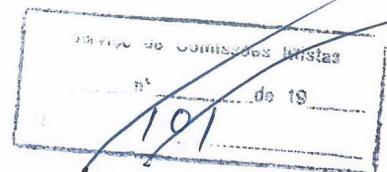
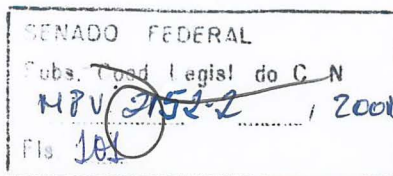
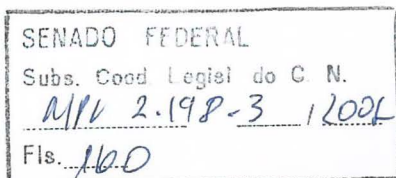
Apresentamos emenda anterior que objetiva suprimir as partes finais dos incisos II e III do art. 15 da MP na medida em que o acréscimo pretendido, nos dois incisos, é desprovido de natureza jurídica. Sim, pois não há falar em sanção ou multa de ato lícito; nem de taxa quando se trata de tarifa fixada contratualmente; tampouco de imposto, já que esta espécie tributária criada por medida provisória violaria inúmeros dispositivos constitucionais.

Logo, a vulgarmente denominada “sobretaxa” é um nada jurídico que sequer pode ser admitido em nosso ordenamento, razão pela qual propusemos, em outra emenda, sua supressão.

Ora, se admitidos que a dita “sobretaxa” é um nada jurídico, não podemos admitir que os recursos dela decorrentes, tenham sua destinação definida neste outro artigo, razão pela qual propugnamos pela sua supressão.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000091

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 21 da mencionada MP.

Justificativa

Mencionado artigo trata da suspensão do fornecimento de energia elétrica para os consumidores classificados no grupo B da Resolução nº 456 da ANEEL.

Somos contrários aos atos unilaterais adotados pela GCE, ainda mais quando dizem respeito à suspensão de serviço público essencial, razão pela qual apresentamos emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.198-3 / 2001
Fls. 101

GER 3.17.23.004-2 (JUN/00)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2152-2 / 2001
Fls. 102

Serviço de Comissões Mistas
Nº _____ de 19 ____
Fls. 102



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000092

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 22 da mencionada MP.

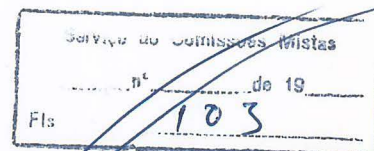
Justificativa

Mencionado artigo trata da suspensão do fornecimento de energia elétrica para os consumidores classificados no grupo A da Resolução nº 456 da ANEEL, cuja demanda contratada é superior a 2,5 MW.

Somos contrários aos atos unilaterais adotados pela GCE, ainda mais quando dizem respeito à suspensão de serviço público essencial, razão pela qual apresentamos emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1
000093

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 23 da mencionada MP.

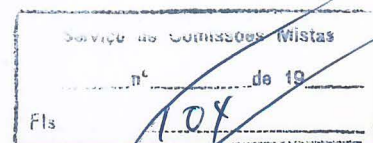
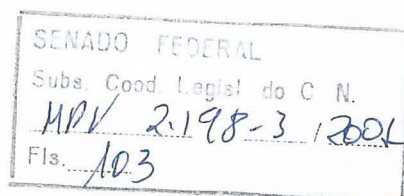
Justificativa

Mencionado artigo trata da suspensão do fornecimento de energia elétrica para os consumidores classificados no grupo A da Resolução nº 456 da ANEEL, cuja demanda contratada é igual ou inferior a 2,5 MW.

Somos contrários aos atos unilaterais adotados pela GCE, ainda mais quando dizem respeito à suspensão de serviço público essencial, razão pela qual apresentamos emenda supressiva.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/05/2001

Proposição: MP nº 2.148-01/01

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 24

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

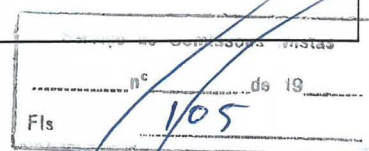
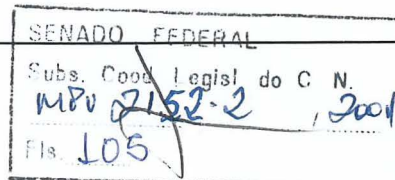
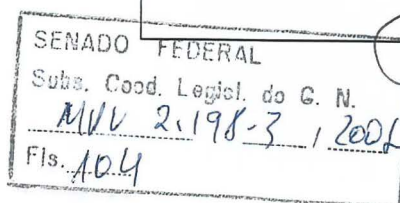
SUPRIMA-SE o artigo 24 da Medida Provisória 2.148-01/01

JUSTIFICATIVA:

Como se verifica do texto do artigo que se pretende suprimir, as normas ali consignadas tratam de direito processual civil, estabelecendo litisconsórcio necessário em ações propostas contra a aplicação da presente Medida Provisória.

Sucede que o Congresso Nacional, por suas duas Casas, em dois turnos de votação, já aprovou o texto da Emenda Constitucional n. 2-B (da Câmara) e 472-A (do Senado Federal), pelo menos na parte em que considerada vedada a edição de Medida Provisória dispor sobre direito processual civil (nova redação dada ao artigo 62, § 1º, letra **b** da Constituição). De fato, em relação a esse dispositivo, as duas Casas, em votação praticamente unânime, já se pronunciaram, em dois turnos, pela sua aprovação.

Assinatura





EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 25 da mencionada MP.

Justificativa

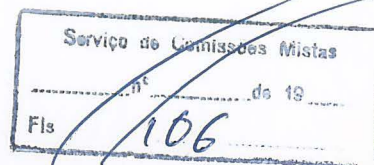
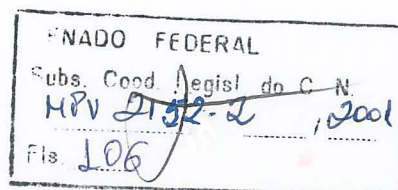
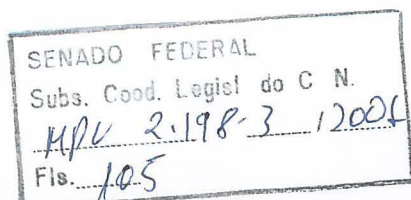
Se for possível, no universo de aberrações instituído pela presente Medida Provisória, eleger a mais truculenta e inconstitucional esta há de ser a proposta contida no art. 25 que suspende a aplicação do Código de Defesa do Consumidor para as situações decorrentes da execução desta MP. Trata-se de verdadeiro retrocesso social inadmitido pelo direito constitucional pátrio, além de violar cláusula pétrea expressa que propugna pela atuação do Estado na defesa do consumidor.

Lembre-se, por oportuno, que os partidos de oposição protocolaram, no dia 25.05.2001, ação direta de inconstitucionalidade no STF para suspender a eficácia deste dispositivo.

Estas são as razões que justificam a supressão deste artigo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1
000096

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

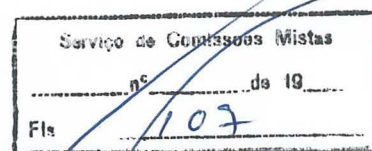
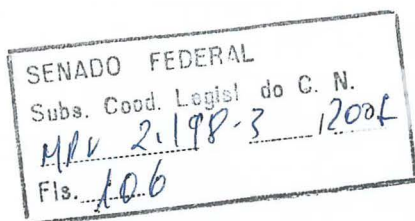
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se o art. 25.

JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de redução do consumo de energia elétrica não pode servir de pretexto para o Governo descumprir a Constituição, que determina ser o Estado responsável pela defesa do consumidor. Há um Código em vigor e ele deve ser respeitado em todas as circunstâncias, sob pena de instaurarmos um procedimento de exceção, incompatível com a legalidade. Além disso, o governo não pode, mais uma vez, eximir-se da responsabilidade única por essa situação grave a que levou o país.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

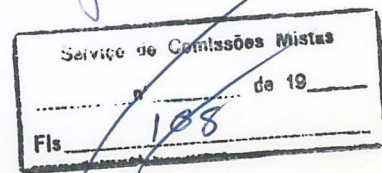
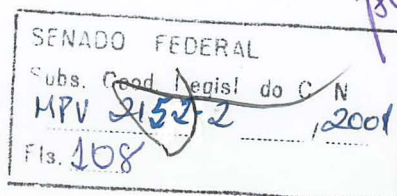
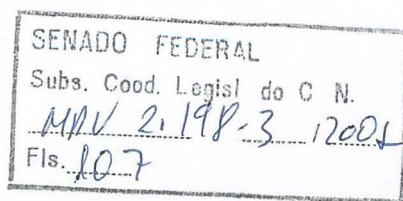
Suprima-se o art. 25 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001.:

JUSTIFICATIVA

O art. 25 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, que ora buscamos suprimir, busca afastar a aplicação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – o Código de Defesa do Consumidor - para as situações decorrentes da execução das disposições contidas na Medida Provisória, em especial nos seus arts. 12, 14, 22 e 42, que versam sobre direito a ressarcimento em caso de dano causado por fabricante, produtor ou construtor, informações insuficientes ou inadequadas sobre o risco do produto, define que os órgãos públicos, diretos ou suas empresas, concessionárias ou permissionários são obrigados a obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, e ainda, que o consumidor não será submetido a constrangimento quando da cobrança de um débito.

Outrossim, os incisos **XXXV** e **LIV** do art. 5º da Constituição Federal consolidam o devido processo legal, na medida que expressa que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito e, ainda, que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Ora, ao suprir legislação que versa exatamente sobre a defesa de lesão ou ameaça a direito, caso específico direito enquanto consumidor, em alguma medida o Estado está privando o cidadão da completa prestação jurisdicional, restringindo o devido processo legal, na medida em que as reclamações a serem protegidas pela legislação que se tenta afastar a aplicabilidade versa sobre privação de um bem, posto ser a energia um bem, caracterizado como essencial à vida.

A cláusula do devido processo legal não logrou ser reduzida a nenhuma fórmula precisa e acabada nos sistemas constitucionais que a adotam, seja de maneira explícita ou implícita, essa garantia acabou se transformando num postulado genérico de legalidade a exigir que os atos do Poder Público se compatibilizem com a noção de um direito justo, isto é, consentâneo com o conjunto de valores incorporados à ordem





CÂMARA DOS DEPUTADOS

jurídica democrática segundo a evolução do sentimento constitucional quanto à organização do convívio social.

Portanto, se o presente artigo for mantido na MP, configurar-se-á uma agressão aos dispositivos constitucionais, aos direitos individuais mais comezinhos e, em especial, à segurança quanto à integral proteção jurisdicional, quando violentado em seus direitos, com o afastamento da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.

SAUA DAS SESSÕES, em 25/05/2001

* *João Batista Oliveira de Araujo*
Rep. Babá PT/R

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3 12001
Fls. 108

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152/2 2001
Fls. 109

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 109



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000098

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 26 da mencionada MP.

Justificativa

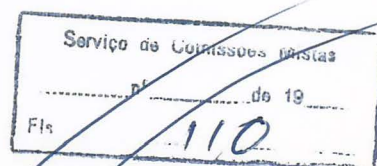
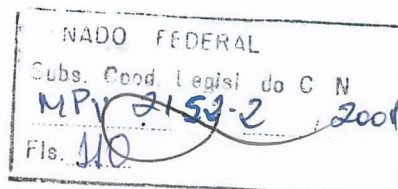
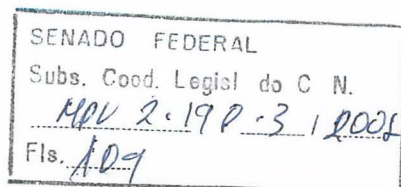
Este artigo afasta a aplicação da lei geral que dispõe sobre a concessão de serviços públicos quando – passem Srs. Parlamentares – suas normas se opuserem às decisões da GCE.

Caracteriza-se, desta forma, a expressa violação do princípio da legalidade, fundamento do Estado Democrático de Direito, sobrepondo-se decisões meramente administrativas às disposições de lei, legitimamente elaborada e aprovada pelos representantes do povo.

Estas são as razões que justificam a supressão deste artigo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)



MP 2148-1

000099



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se o art. 26

JUSTIFICAÇÃO

A legislação em vigor que protege o consumidor nos contratos com as concessionárias deve ser mantida e respeitada em todas as circunstâncias, sob pena de instaurarmos um procedimento de exceção, incompatível com a legalidade.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do G. N.
MPV 2.148-3 / 2004
Fls. 110

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do G. N.
MPV 2152-2 / 2004
Fls. 111

Serviço de Comissões Mistas
... de 19 ...
Fls. 111



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 26 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001.:


JUSTIFICATIVA

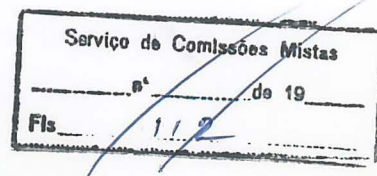
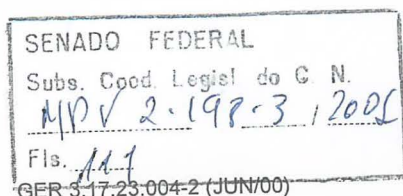
O art.26 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, que ora buscamos suprimir, busca afastar a aplicação das Leis nº 8.987 e 9.427, naquilo que conflitam com a Medida Provisória e com as decisões da GCE.

Trata-se de uma excrescência jurídica, não podendo permanecer no universo jurídico, sob pena de total inversão do ordenamento vigente, posto que uma decisão de uma Câmara de Gerenciamento de Crise terá mais força do que Leis aprovadas pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Por contrariar frontalmente a hierarquia das leis, deve ser de pronto suprimido.

SALA DAS SESSÕES, em 28/05/2001

 Batista Otávio de Araújo
Rep. Babá PT/R





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1
000101

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 27 da mencionada MP.

Justificativa

Este artigo objetiva única e exclusivamente criar pretextos para afastar a obrigatoriedade de prestação contínua e adequada de serviço público essencial, como é a energia elétrica.

Estas são as razões que justificam a supressão deste artigo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-3, 2001
Fls. 112

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2152-2, 2001
Fls. 113

Serviço de Comissões Mistas
____ de 19____
Fls. 113



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 27 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001.:

JUSTIFICATIVA

O art. 27 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001, que ora buscamos suprimir, define como sendo situações de emergência as decisões da GCE, para fins do enquadramento no disposto no § 3º do art. 6º da Lei 8987, que estabelece que não será considerado descontinuidade dos serviços a interrupção decorrente de emergência ou após prévio aviso.

Ora, trata-se também da supressão de um direito individual, na medida em que generaliza as competências e decisões da GCE, passando seus atos a terem o caráter de emergência previsto no § 3º do art. 6º da Lei 8.987.

Por medida de justiça e proteção dos direitos individuais esculpidos na Constituição Federal, também este artigo deve ser suprimido do universo jurídico.

SALA DAS SESSÕES, em 25/05/2001

rgm Zatut Olívia de Araújo
Dep. Zózimo PT/PE

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1, 2001
Fls. 113

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.148-1, 2001
Fls. 114

Serviço de Comissões mistas
de 19
Fls. 114



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000103

EMENDA À MP Nº 2148-1, DE 22.05.2001

Suprima-se o art. 28 da mencionada MP.

Justificativa

O Governo busca com o presente artigo assegurar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro dos contratos, nem que para isso tenha que sobrecarregar o consumidor com o aumento das tarifas.

Significa dizer que nem o Governo assume a sua única e exclusiva responsabilidade pela crise energética, nem as concessionárias privadas arcam com os riscos do empreendimento.

Somente o consumidor pagará – com a suspensão do serviço, com a sobretaxa e com o aumento das tarifas - pela incúria governamental aliada à completa falta de planejamento estratégico para o setor.

Visando afastar mais esta distorção, apresentamos esta emenda.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2001

Dep. Fernando Coruja (PDT/SC)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
0.198-3 2001
Fls. 114

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2152-2 2001
Fls. 115

Serviço de Comissão Mista
de 10
Fls. 115



CONGRESSO NACIONAL

MP 2148-1

000104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/05/2001

Proposição: MP nº 2.148-01/01

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 28

Parágrafo:

Inciso:

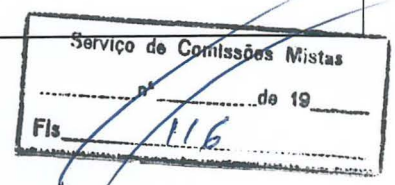
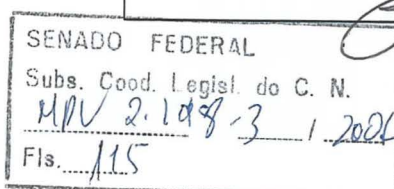
Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 28 da Medida Provisória 2.148-01/01

JUSTIFICATIVA:

As regras contidas no artigo em questão, que se pretende suprimir, são verdadeiramente inócuas, porque já é possível chegar à sua finalidade pela aplicação da própria Lei 8.987/1995, cuja observância pretende manter, sem qualquer necessidade.

Assinatura





CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2148-1

000105

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 28 da Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001.:

JUSTIFICAÇÃO

Visa o presente dispositivo criar condições discricionárias para que a ANEEL possa proceder à revisão tarifária com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro. Assim, este dispositivo é absolutamente desnecessário, posto que a matéria já está disciplinada nas Lei de Licitações e de Concessões.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

João Batista Oliverio de Araujo
Dep. Babá PT/PR

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2.148-1 / 2001
Fls. 116

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2.152-2 / 2001
Fls. 117

Serviço de Comissões Mistas
_____ de 19 _____
Fls. 118

MP 2148-1

000106



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☐ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO

PCdoB

UF
RJ

PÁGINA

01/01

Suprima-se o art. 28.

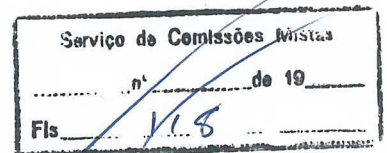
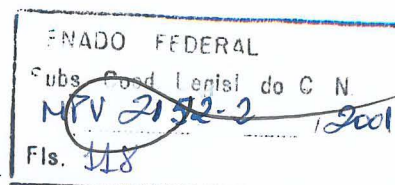
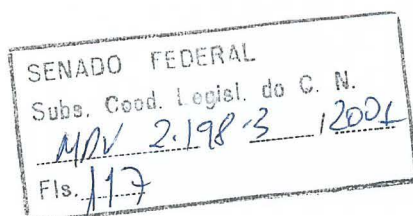
JUSTIFICAÇÃO

A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão não pode ser preocupação do governo nessa situação – de emergência – conforme ele mesmo reconhece.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000107

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

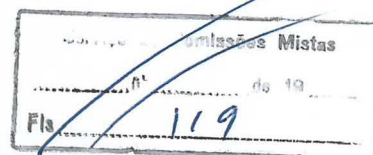
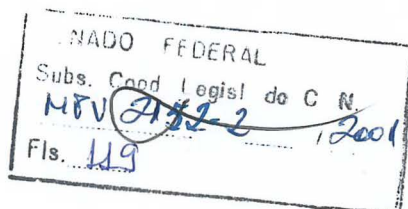
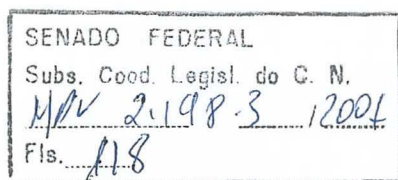
Dê-se ao art. 30 a seguinte redação:

“Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Presidente da República submeter ao Congresso todas as medidas propostas para o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e para o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica de que tratam os artigos 5º e 6º, bem como as suas alterações.”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Esta emenda visa que seja ouvido o Congresso na definição de todas as medidas a serem adotadas pelo rograma Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e pelo Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	_____ ASSINATURA
------------------------	-------------	---------------------





MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2148-1, DE 22 DE MAIO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 2.148-1, de 22 de maio de 2001:

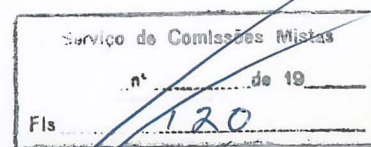
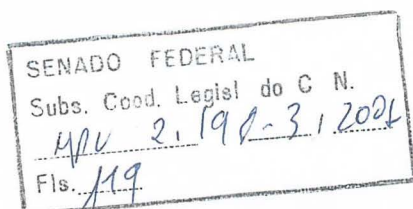
"Art. O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, na forma do art. 2º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, regulamentado pelo Decreto 3 520 de 21 de junho de 2000, em conjunto com os órgãos de planejamento da ELETROBRÁS e da PETROBRÁS, submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 dias (cento e oitenta dias), o Plano Estratégico Nacional de Energia, o qual definirá as diretrizes de médio e longo prazos do Modelo Energético Brasileiro."

JUSTIFICATIVA

O Plano Estratégico Nacional de Energia não poderá ser substituído por programas emergenciais, nem elaborado por instâncias provisórias como é o caso da GCE. Sua elaboração deverá ser fruto de um trabalho sistemático e criterioso dos órgãos competentes.

SALA DAS SESSÕES, EM 28/05/2001

Batist Olívia de Araújo
Dep. Babi PT/PC





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.147

MP 2148-1

000109

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO

☐ SUBSTITUTIVO

☒ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

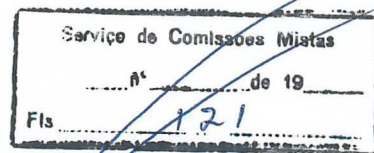
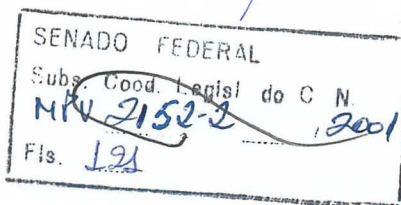
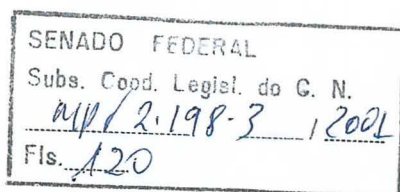
Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. Enquanto durarem os efeitos do programa excepcional de contenção de consumo de energia elétrica, a jornada semanal de trabalho no comércio, indústria, serviços e administração pública será reduzida em 10% (dez por cento), sem redução salarial e sem redução de postos de trabalho.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de resguardar os interesses dos trabalhadores, evitando que sejam os mais prejudicados pela crise energética.

____/____/____ DATA	PARLAMENTAR	 ASSINATURA
------------------------	-------------	----------------





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.148

MP 2148-1

000110

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☒ ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Acrescente-se à Medida Provisória, onde couber, o seguinte artigo:

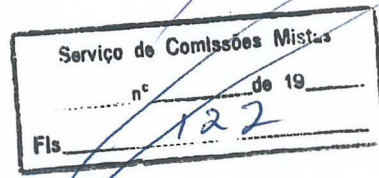
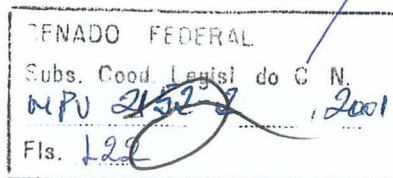
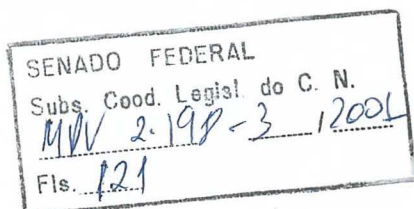
“Art. O art.3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, aos serviços de produção e distribuição de energia elétrica e abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, abrangendo as atividades e respectivas infra-estruturas e instalações operacionais de captação, adução e tratamento de água bruta, reservação e distribuição de água tratada, coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, bem como a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21, a alínea "c" do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode conceber que seja dada continuidade ao Programa de Desestatização no setor de águas e energia elétrica, pois a crise que ora se abate sobre o nosso país é consequência direta do modelo econômico adotado pelo atual governo e de sua política de privatizações irresponsáveis realizadas açodadamente e em setores essenciais para a população e o país. Daí a emenda proposta, que retira do PND esses setores estratégicos de nossa economia.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA <u> </u>



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

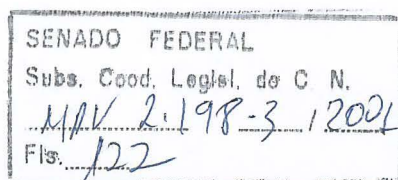
EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.152-2**, ADOTADA, EM 1º DE JUNHO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 4 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA E INSTALA A CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA, DO CONSELHO DE GOVERNO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputada JANDIRA FEGHALI	111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134
Deputado AIRTON DIPP	130, 131
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	132
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	135
Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES	136, 137, 138, 139, 140, 141

SACM

Convalidadas – 110
Adicionadas - 031

TOTAL DE EMENDAS – 141



MP-2152-2

000111



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

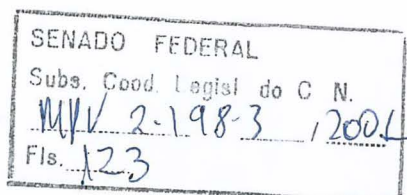
AUTOR DEPUTADO (A):	PARTIDO	UF	PÁGINA
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	01/01

Suprima-se o art. 26

JUSTIFICAÇÃO

A legislação em vigor que protege o consumidor nos contratos com as concessionárias deve ser mantida e respeitada em todas as circunstâncias, sob pena de instaurarmos um procedimento de exceção, incompatível com a legalidade.

PARLAMENTAR	
DATA 1 / 1	ASSINATURA



MP-2152-2

000112



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO
ADITIVA

☐ SUBSTITUTIVO

☐

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

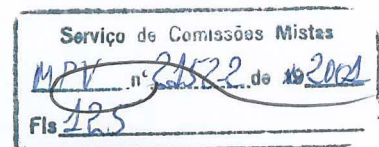
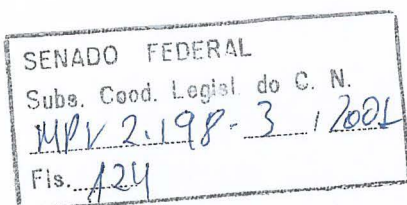
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprimam-se os parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 14 e os arts. 21, 22,23 e 27.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a suspensão do fornecimento de energia é medida injusta e incoerente – deve-se incentivar a redução do consumo, através de medidas positivas, como a concessão de bônus e não de forma negativa e retaliatória por parte do governo. O governo não pode simplesmente punir a população por um erro que é só seu, resultado de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país no setor de energia.

PARLAMENTAR	
DATA _ / _ / _	ASSINATURA



MP-2152-2**000113**

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

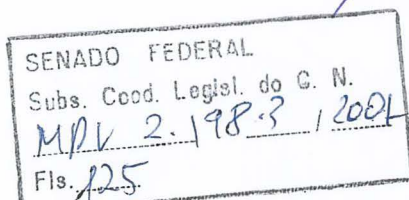
Suprima-se do inciso I do art. 2º a seguinte expressão:

“regulamentar e”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

MP-2152-2

000114

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

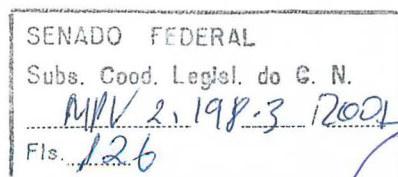
AUTOR DEPUTADO (A):	PARTIDO	UF	PÁGINA
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	01/01

Suprima-se do inciso II do art. 2º a seguinte expressão:

Estabelecer e"

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.



MP-2152-2

000115



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

EMENDA Nº

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

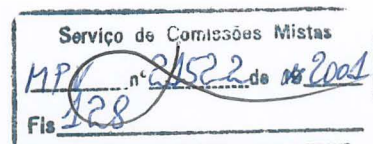
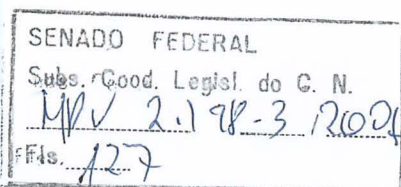
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do inciso VII do art. 2º a expressão “compulsórias”.

JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de medidas compulsórias de redução de energia deve ser precedido de estudos concretos prévios e em setores específicos, sob pena de inviabilizar a devida assistência à saúde, o abastecimento de alimentos, entre outros setores de importância crucial não pode comprometer a sobrevivência da população.

____/____/____ DATA	<p>PARLAMENTAR</p> 	_____ ASSINATURA
------------------------	---	---------------------



MP-2152-2

000116



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

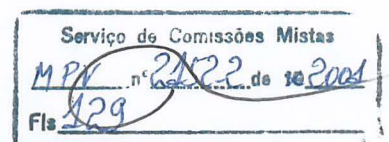
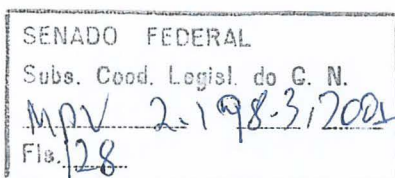
Suprima-se do inciso IX do art. 2º a seguinte expressão:

“e suspensão individual e coletiva”

JUSTIFICAÇÃO

Os dispositivos que intentamos suprimir tratam da suspensão de fornecimento de energia elétrica para o consumidor individual, residencial, o que não se justifica, ainda mais de forma aleatória e discriminatória que o governo vem adotando – o não cumprimento de metas que o estudo caso a caso poderá até a demonstrar impossível a redução, como o aumento do número de membros da família, por exemplo, ou o caso de mudança de moradores de uma mesma habitação, com número maior de membros.

_____ DATA	PARLAMENTAR ASSINATURA
---------------	-------------------------------



MP-2152-2

000117



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

EMENDA Nº

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se o inciso XIII do art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país evidenciou o rumo totalmente errado da política econômica do atual governo, que só apostou na questão do equilíbrio financeiro, de fazer caixa, para principalmente pagar juros de dívidas e se manteve refém dos interesses voláteis dos investimentos privados no setor. Nesse sentido, o investimento estatal no setor não pode ficar submetido aos limites de uma lei de responsabilidade fiscal que tem uma única verdade e uma única meta – o controle de gastos a qualquer preço, mesmo que seja o de aniquilar a população e o país. Isso deve ser invertido imediatamente.

ARLAMENTAR	
DATA <u>1 / 1 /</u>	ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.198-3, 2001

Fls. 129

Serviço de Comissões Mistas

MPV n.º 2152-2 de 10/2001

Fls. 130

MP-2152-2

000118



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

EMENDA Nº

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

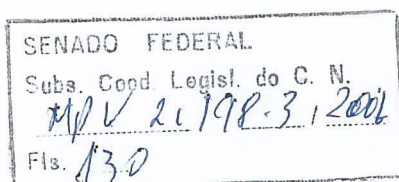
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se o parágrafo 5º do art. 3º.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode admitir que uma única pessoa decida em questões tão importantes para a o povo e a nação.

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA



MP-2152-2

000119



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

--

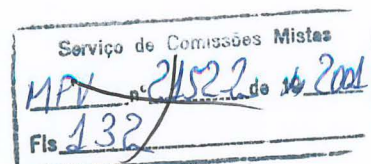
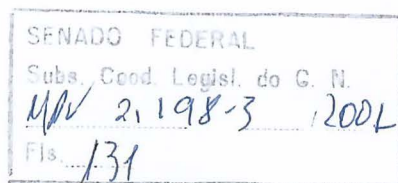
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprimam-se os parágrafos 2º e 3º do art. 8º.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão de procedimentos ou a redução aleatória de prazos para os estudos técnicos sobre os riscos ambientais advindos de instalação de hidrelétricas ou de usinas com fontes alternativas de energia poderão vir a causar prejuízos incalculáveis que inclusive poderão até anular os prováveis benefícios. Há que se buscar outras soluções que preservem todos os procedimentos de estudos de impacto ambiental, principalmente – como por exemplo a contratação de mais especialistas nessa área.

PARLAMENTAR	
<u> / / </u> DATA	 ASSINATURA



MP-2152-2

000120



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01

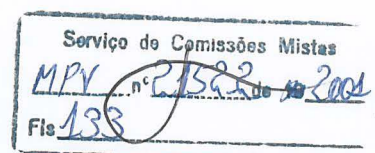
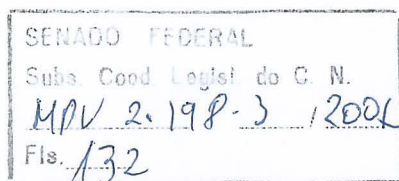
Suprima-se do inciso V do art. 5º a seguinte expressão:

“fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como”

JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a tarifação progressiva adotada pelo governo é excessiva e insuportável para a maioria dos consumidores, além de inócua, pois não servirá para aumentar a oferta de energia, mas sim para compensar as concessionárias da redução do consumo que inevitavelmente se dará. O governo não pode jogar nas costas do consumidor de energia, da população em geral o ônus de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país nesse setor.

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA



MP-2152-2

000121



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

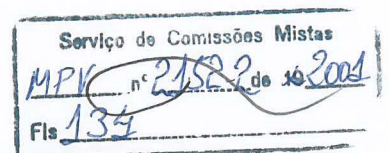
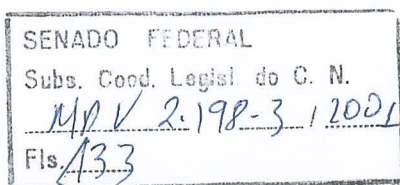
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

Suprima-se o inciso I do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

Não há porquê transferir à Câmara de Gestão a competência da ANEEL de assegurar a implementação do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público.

PARLAMENTAR	
____/____/____ DATA	 ASSINATURA



MP-2152-2**000122**

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

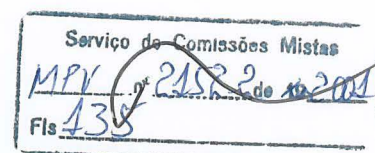
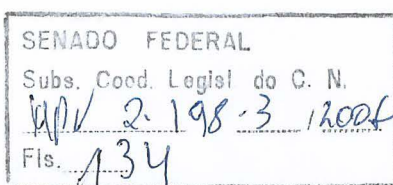
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

Suprima-se do art. 13, caput, a expressão “*os regimes especiais de tarifação*”, e por consequência, suprimam-se o art. 15, os parágrafos 1º a 5º do art. 16, a expressão “*que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas*”, constante do caput do art. 17, os parágrafos 1º e 2º do art. 18 e o art. 20.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão sugerida é decorrente do entendimento de que a tarifação progressiva adotada pelo governo é excessiva e insuportável para a maioria dos consumidores, além de inócua, pois não servirá para aumentar a oferta de energia, mas sim para compensar as concessionárias da redução do consumo que inevitavelmente se dará. O governo não pode jogar nas costas do consumidor de energia, da população em geral o ônus de sua política deliberada de retirar-se da responsabilidade de prover o atendimento das necessidades do país nesse setor.

PARLAMENTAR	
DATA _ / _ / _	ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MP-2152-2

000123

EMENDA Nº

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

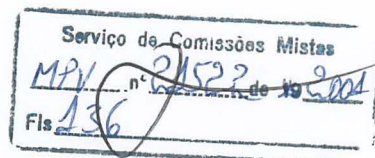
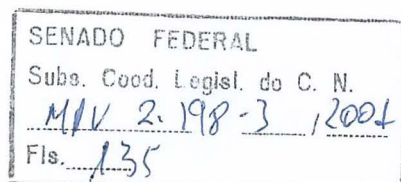
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

Suprima-se o art. 28.

JUSTIFICAÇÃO

A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão não pode ser preocupação do governo nessa situação – de emergência – conforme ele mesmo reconhece.

PARLAMENTAR	
<u> 1 / 1 / </u> DATA	 ASSINATURA



MP-2152-2

000124



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

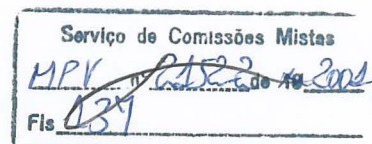
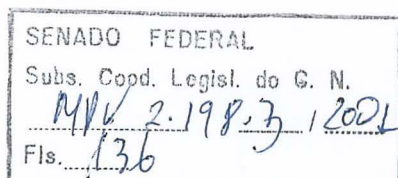
Dê-se ao art. 30 a seguinte redação:

“Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Presidente da República submeter ao Congresso todas as medidas propostas para o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e para o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica de que tratam os artigos 5º e 6º, bem como as suas alterações.”

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Esta emenda visa que seja ouvido o Congresso na definição de todas as medidas a serem adotadas pelo Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e pelo Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica.

PARLAMENTAR	
DATA	ASSINATURA



MP-2152-2**000125**

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

--

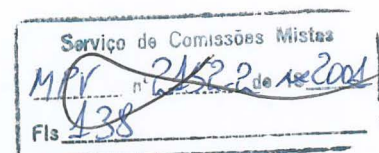
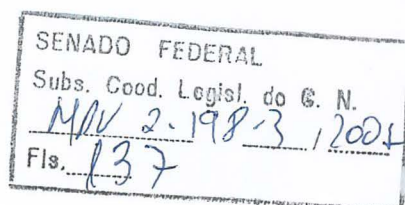
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

No inciso V do art. 5º, onde se lê “fixar”, leia-se “propor a fixação de”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, já que apresentamos também emenda obrigando o envio de projetos de lei para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR	
DATA _ / _ / _	ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

MP-2152-2

000126

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

AUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALI

PARTIDO
PCdoB

UF
RJ

PÁGINA
01/01

No inciso XIV do art. 2º, onde se lê “adotar”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.198-3, 2001

Fls. 138

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2152-2 de 2001
Fls. 139

MP-2152-2

000127



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO
ADITIVA☐ SUBSTITUTIVO☐☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVAAUTOR
DEPUTADO (A):
JANDIRA FEGHALIPARTIDO
PCdoBUF
RJPÁGINA
01/01

No inciso XII do art. 2º, onde se lê “impor”, leia-se “propor”.

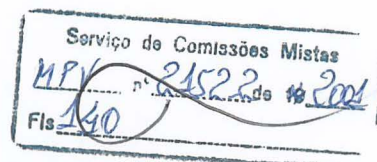
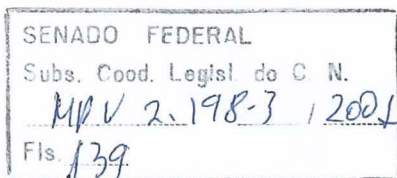
JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA



MP-2152-2**000128**

CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

--

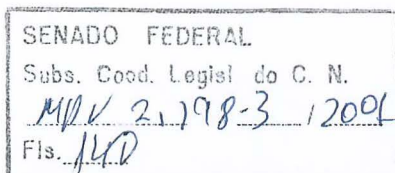
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
---	------------------	----------	-----------------

No inciso VII do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se “propor”.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA 



MP-2152-2

000129



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☐
ADITIVA
☐ AGLUTINATIVA ☒ MODIFICATIVA

--

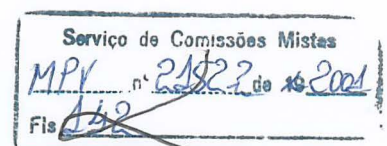
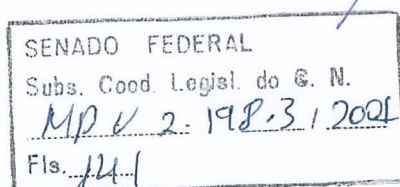
AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

No inciso VI do art. 2º, onde se lê “estabelecer”, leia-se ”propor” .

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade de crise energética em nosso país atingiu proporções alarmantes, com reflexos que podem comprometer, além dos interesses da população em geral, também os interesses nacionais e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, não pode deixar o Congresso de participar efetivamente na busca de medidas e alternativas para essa crise. Estamos, portanto, retirando de todos os dispositivos que tratam da questão de definição do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica a competência exclusiva da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Ao mesmo tempo, apresentamos emenda que obriga o envio de projeto de lei ao Congresso para a definição de todas as medidas adotadas nesses programas.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA 





MP-2152-2

000130

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 07/06/01		Proposição:		
Autor: Deputado AIRTON DIPP			Prontuário nº 488	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página:

O § 2º, do inciso II, do Artigo 20, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, passa a ter a seguinte redação :

"Art. 20

II -

§ 1º-

§ 2º- O saldo positivo, em favor da concessionária, da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, tão logo permitido pela conjuntura energética, na forma a ser definida pela ANEEL. "

JUSTIFICATIVA

Os saldos positivos apurados na conta especial devem ser repassados, via tarifa, imediatamente aos consumidores.

Esses saldos, oriundos da cobrança da sobretaxa aos consumidores, não podem servir de reforço para o capital de giro das concessionárias.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2001


Deputado AIRTON DIPP

**MP-2152-2****000131****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data: 07/06/01		Proposição:		
Autor: Deputado AIRTON DIPP			Prontuário nº 488	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página:

O § 1º, do Artigo 16, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, passa a ter a seguinte redação :

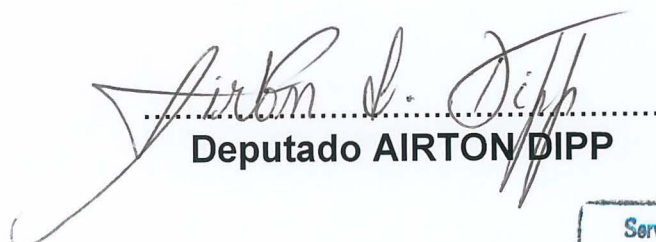
"Art. 16

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do **caput**, o saldo em kWh será acumulado para eventual uso futuro."

JUSTIFICATIVA

A redação atual da MP dá ensejo a que os consumidores, enquadrados no Grupo B, reduzam a sua atividade econômica de forma a obter maiores ganhos com a venda dos excedentes de energia, obtidos com a redução forçada do consumo e que , provavelmente, serão comercializados aos preços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2001.


.....
Deputado AIRTON DIPP

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.152-2 de 1.2001
Fls. 143

Serviço de Comissões Mistas
MPV n.º 2152-2 de 1º de 2001
Fls. 143



MP-2152-2

000132

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 07/06/2001		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2152-2/2001	
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/2	8 ARTIGO Art.15 e 16	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Os caputs dos artigos 15 e 16 da mencionada Medida Provisória passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 15 – Aplicam-se aos consumidores residenciais de unidades autônomas, a partir de 4 de junho de 2.001, as seguintes tarifas : "

"Art. 16 – Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2.000, bem como os condomínios residenciais, assim entendidos os conjunto de áreas e serviços comuns, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média de consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2.000.

Justificativa

As mudanças no plano de racionamento de energia elétrica do governo federal contidas na presente Medida Provisória, estabelecem, em resumo, medidas mais drásticas para punir eventuais aumentos de consumo, inclusive com a imposição da cobrança de uma sobretaxa que pode chegar a 200%.

Para o consumidor residencial as principais alterações serão as seguintes:

- Serão cortados primeiro os que menos economizarem;
- Os cortes por reincidência vão durar de quatro a seis dias;
- Tais cortes serão efetuados até 48 horas depois do recebimento da conta de energia elétrica posterior a 30 de junho;
- Os consumidores terão que arcar com a taxa de religação.

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal - SP

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP 2.198-3 1202.1
Fls. 144

Serviço de Comissões Mistas

MPV nº 2152-2 de 19 2001
Fls. 145

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1

2	DATA 07/06/2001	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2152-2/2001
4	AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	5	Nº PRONTUÁRIO 337
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA 2/2	8	ARTIGO Art.15 e 16
		PARÁGRAFO	INCISO
		ALÍNEA	

TEXTO

O problema é tão grave para a economia do país e, sobretudo, para o dia-a-dia do cidadão, que tão logo eclodiu nas machetes dos jornais e revistas, apresentamos requerimento de criação de uma comissão externa para avaliar as eventuais repercussões da crise energética, e o Congresso, que não pode deixar de participar das decisões sobre ela, decidiu criar uma comissão temporária para acompanhar e também avaliar as ações do Executivo.

As metas de economia, nesta reedição, foram mantidas, ou seja, de 10% para consumidores rurais; de 20% para residências e consumidores de baixa tensão; de 15 a 25% para consumidores de alta tensão; e de 35% para serviços públicos e outros consumidores.

Muitas vozes têm abordado o assunto, seja para criticar os motivos que nos levaram a nos defrontar com a presente crise, seja para apontar soluções alternativas para a superação da mesma.

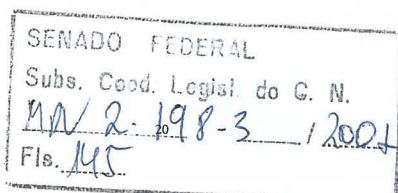
No tocante aos condomínios residenciais temos conhecimento de que muitos deles, sobretudo em São Paulo, têm adotado medidas efetivas para racionalizar o consumo. Mas não é só por este fato que entendemos devam ficar excluídos da cobrança de sobretaxas, mas porque elas recairão duplamente sobre os que vivem nos mesmos, já onerados em suas unidades autônomas com os acréscimos das tarifas, conforme estatuído no artigo 15 da Medida Provisória sob exame, cuja redação pretendemos alterar.

Por uma questão de isonomia e de justiça, entendemos que aos condomínios residenciais (assim definido apenas o conjunto das áreas e serviços comuns e não destas e das unidades autônomas), vez que têm CGC e, portanto, podem, em certa medida, ser equiparados aos entes que têm personalidade jurídica, deve ser dispensado o mesmo tratamento dado aos consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outros, que deverão observar metas de consumo de energia elétrica, mas sobre os quais não incidirão as referidas sobretaxas.

A presente emenda intenta modificar dois dispositivos, vez que se configura a hipótese do art. 230, c, do RISF, ou seja, de modificações correlatas.

Não fora assim, a aprovação pura e simples da alteração proposta para o art. 15, isentaria os condomínios da necessidade de observar qualquer meta de redução de consumo prevista no caput do artigo seguinte, o que, também não seria aconselhável.

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - SP

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

MP-2152-2

000133



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO
☒ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

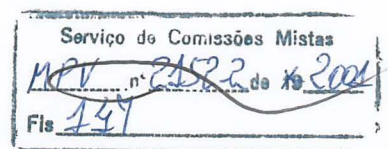
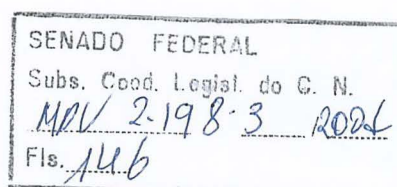
Acrescente-se ao inciso V do art. 3º a seguinte expressão:

“e aprovados pelo Congresso Nacional.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de apenas de garantir a participação do Congresso na definição da composição da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA 



MP-2152-2

000134



CONGRESSO NACIONAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº
2.152-2

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVO ☐ SUBSTITUTIVO ☒ ADITIVA

☐ AGLUTINATIVA ☐ MODIFICATIVA

AUTOR DEPUTADO (A): JANDIRA FEGHALI	PARTIDO PCdoB	UF RJ	PÁGINA 01/01
--	----------------------	----------	---------------------

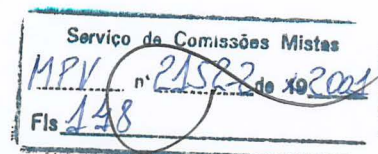
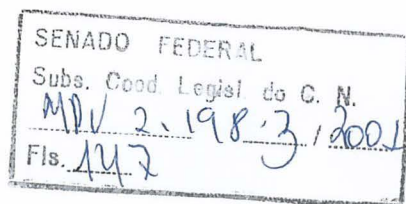
Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. Enquanto durarem os efeitos do programa excepcional de contenção de consumo de energia elétrica, a jornada semanal de trabalho no comércio, indústria, serviços e administração pública será reduzida em 10% (dez por cento), sem redução salarial e sem redução de postos de trabalho.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de resguardar os interesses dos trabalhadores, evitando que sejam os mais prejudicados pela crise energética.

PARLAMENTAR	
DATA <u> / / </u>	ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1
MP-2152-2
000135

2	DATA
	07/06/2001

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 2.152-2, de 1 de junho de 2001

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

5	N.º PRONTUÁRIO

6									
1- <input type="checkbox"/>	SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	9- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	01/01	ARTIGO	5º	PARÁGRAFO	1º	INCISO	ALÍNEA
---	-------	--------	----	-----------	----	--------	--------

TEXTO
EMENDA ADITIVA
Acrescente-se ao § 1º do art. 5º da MP nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, o inciso X, com a seguinte redação:
"Art. 5º
§ 1º
X - incentivar e apoiar a criação de comissões municipais de controle do desperdício de energia e busca de alternativas".
JUSTIFICATIVA:
A crise de energia que o País atravessa exige a disseminação de esforços para superá-la, sendo oportuna e conveniente a criação de órgãos municipais, a exemplo do Comitê Gestor criado pelo Exmº Sr. Presidente da República.
Tal sugestão por mim difundida e já transmitida ao Ministro Pedro Parente, encontrou eco na Câmara Municipal de Londrina, Estado do Paraná, que aprovou a criação do Comitê Municipal de Gestão Energética.
Essas razões levam-me a confiar na acolhida da emenda pelo Sr. Relator, e em sua aprovação pelo soberano Plenário.

ASSINATURA
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR



MP-2152-2

000136

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 11/06/01	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.152-2, DE 1 DE JUNHO DE 2001
4	AUTOR DEP. VIRGÍLIO GUIMARÃES	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

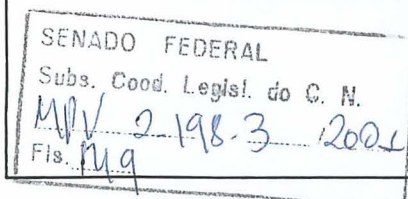
Acrescente-se ao art. 9º, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, o seguinte §2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

"Art. 9º

§2º O BNDES financiará prioritariamente obras e serviços empreendidos pelas concessionárias de energia elétrica sob controle acionário da União, Estado ou do Distrito Federal."

JUSTIFICAÇÃO

Visa esta proposta estabelecer que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possa financiar a expansão do sistema elétrico, tanto no nível da geração, quanto transmissão e distribuição, das empresas sob controle estatal, as quais estão impedidas de receberem recursos desse agente financeiro.



DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

(PT-MG)

Serviço de Comissões Mistas

10	ASSINATURA Virgílio Guimarães	MPV 2152-2 de 1º de 2001 Fls. 150
----	----------------------------------	--------------------------------------



MP-2152-2

000137

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 11/06/01 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.152-2, DE 1 DE JUNHO DE 2001

4 AUTOR DR. Virgílio Guimarães 5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 17, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, o seguinte parágrafo:

"Art. 17

Parágrafo único A meta de consumo de energia disposta nos termos deste artigo adotará em 2001, a média móvel trimestral, dos meses correspondentes em 2000."

JUSTIFICAÇÃO

Visa a presente emenda estabelecer procedimentos para a adoção de média móvel do consumo energia, estabelecida para os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades, os quais possam refletir a média do consumo no mesmo período, contemplando, inclusive, os aspectos por ventura existentes de sazonalidade.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.198-3, 2001
Fls. 150

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

(PT-MG)

10 ASSINATURA Virgílio Guimarães

Serviço de Comissões Mistas
MPV 2152-2 de 11/06/01
Fls. 151



MP-2152-2

000138

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 11/06/01

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.152-2, DE 1 DE JUNHO DE 2001

4 AUTOR DUP. Virgílio Guimarães

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 3 ARTIGO PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA

9 TEXTO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §2º do art. 5º, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, a seguinte redação:

"Art. 5º

§2º Caberá aos Estados e ao Distrito Federal, em conjunto com as concessionárias de energia elétrica, elaborar seus Programas Emergenciais Redução de Consumo de Energia Elétrica, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa estabelecer condições para que os Estados e o Distrito Federal, em conjunto com as concessionárias estaduais de energia elétrica possam elaborar seus planos estaduais de redução de consumo, em função das efetivas condições que possuem de gerir o sistema elétrico, nesse nível. Visamos assim, dar aos Estados e o Distrito Federal, as condições para estabelecerem, em conjunto com as concessionárias e os demais segmentos da sociedade, os termos e condições de uso contingenciado do consumo da energia elétrica, em função da respectiva energia disponível para a população.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

Virgílio Guimarães

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2152-2 de 2001
Fls. 152SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2-198-3 12004
Fls. 151



MP-2152-2

000139

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA
11/06/013 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.152-2, DE 1 DE JUNHO DE 20014 AUTOR
DEP. VIRGÍLIO GUIMARÃES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO

PARÁGRAFO

INCIS.

ALÍNEA

9 TEXTO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 14, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, o seguinte parágrafo:

"Art. 14

.....
§ 6º A meta de consumo de energia disposta nos termos do inciso I e II, deste artigo, adotará em 2001, a média móvel trimestral, dos meses correspondentes em 2000."

JUSTIFICAÇÃO

Visa a presente emenda estabelecer procedimentos para a adoção de média móvel do consumo energia, estabelecida para os consumidores residenciais, os quais possam refletir a média do consumo no mesmo período, contemplando, inclusive, os aspectos por ventura existentes de sazonalidade.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MPV 2.198-3 1202L

Fls. 152

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

(PT-MG)

ASSINATURA

Virgílio Guimarães

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2.152-2 de 2001
Fls. 153



MP-2152-2

000140

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 11/06/01	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.152-2 DE 1 DE JUNHO DE 2001.
4 AUTOR DEP. VIRGÍLIO GUIMARÃES	5 Nº PRONTUÁRIO
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA	8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 2152-2, de 1 de junho de 01 de 2001, o seguinte artigo:

"Art. O art. 3º da Lei nº 9.491, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei à FURNAS Centrais Elétricas S.A, à Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, à Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE."

JUSTIFICAÇÃO

Visa a presente proposta excluir do Plano Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997, as empresas geradoras de energia elétrica, em um momento de crise e redefinição do setor energético brasileiro, onde o modelo adotado tem sido colocado como um dos principais causadores do colapso energético que se avizinha.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

(PT-MG)

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do G. N.MPV 2.152-2 de 01/06/01
Fls. 153

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

MPV 2.152-2 de 01/06/01
Fls. 154



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 11/06/01 3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.152-2, DE 1 DE JUNHO DE 2001

4 AUTOR Dep. Virgílio Guimarães 5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 16, da Medida Provisória nº 2.152-2, de 1 de junho de 2001, o seguinte parágrafo:

"Art. 16

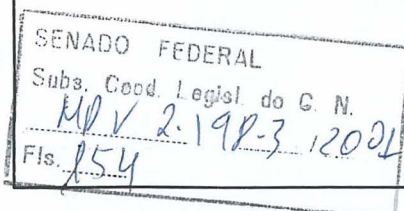
.....
§ 6º A meta de consumo de energia disposta nos termos deste artigo adotará em 2001, a média móvel trimestral, dos meses correspondentes em 2000. "

JUSTIFICAÇÃO

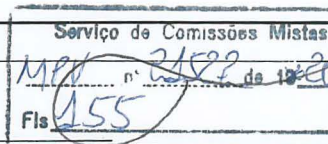
Visa a presente emenda estabelecer procedimentos para a adoção de média móvel do consumo energia, estabelecida para os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades, os quais possam refletir a média do consumo no mesmo período, contemplando, inclusive, os aspectos por ventura existentes de sazonalidade.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES

(PT-MG)



10 ASSINATURA Virgílio Guimarães



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-3**, ADOTADA EM 28 DE JUNHO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO QUE "CRIA E INSTALA A CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA, DO CONSELHO DE GOVERNO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	142 144 147 148 149
Senador WALDECK ORNELAS	143 145 146

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 149

Convalidadas – 141

Adicionadas - 008



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000142

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/07/01

Proposição: MP 2.198-03/01

Autor: Deputado JOSÉ ANTONIO ALMEIDA

Nº Prontuário: 076

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 2º

Parágrafo:

Inciso: VIII

Alínea:

O inciso VIII do art. 2º da MP passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia e reduzir a zero pontos percentuais a alíquota de:

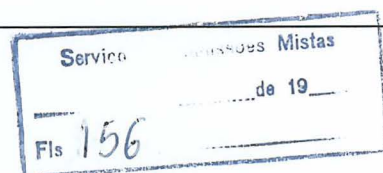
- a) imposto de importação para produtos estrangeiros geradores de energia;*
- b) imposto sobre produtos industrializados para produtos fabricados no território nacional.*

§ 2º As alíquotas incidentes sobre os impostos previstos nas alíneas a e b do inciso VIII vigorarão pelo período de junho a novembro de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

O aumento da oferta de energia elétrica passa, sem dúvida, pelo aumento de produtos que, de forma apoiadora, tragam aumentos das cargas. Alíquotas zeradas do IPI e do II para produtos domésticos e importados, respectivamente, possibilitarão esse incremento.

Assinatura





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.198-3

000143

data
03/07/2001

proposição
Medida Provisória nº 2198-3

autor
SENADOR WALDECK ORNÉLAS

nº do prontuário
033

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 04

Artigo 8º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no art. 08 da Medida Provisória nº 2198-3, de 28 de junho de 2001, o seguinte parágrafo :

“ § Será automaticamente concedido o licenciamento ambiental, caso os prazos referidos no parágrafo 2º não sejam cumpridos . ”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 2198-3 não cuidou de estabelecer a sanção justa para a inobservância dos prazos para concessão de licenciamento ambiental dos empreendimentos destinados à geração de energia elétrica, que, face o princípio da celeridade que a crise energética exige seja observado, seria a aprovação automática de qualquer ato burocrático pendente . Com efeito, a presente emenda se presta a corrigir essa distorção, e estabelecer explicitamente a aprovação sumária, em caso de atrasos indevidos, da referida concessão .

-----*-----
-
-
-
-
-
-
-
-

PARLAMENTAR

Brasília, 03 de julho de 2001


Senador **Waldeck Ornélas**

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19____
Fls. 157



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000144

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/07/2001

Proposição: MP nº 2.198-03

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 15

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 15 e seus parágrafos e incisos da Medida Provisória 2.198-03.

JUSTIFICATIVA:

As regras contidas no artigo em questão, que se pretende suprimir, são manifestamente inconstitucionais.

Com efeito, para o mesmo serviço (fornecimento de energia elétrica) essas regras impõem três preços diferenciados: até 200 kw/h, a tarifa é a atualmente estabelecida; acima de 200 e até 500 kw/h, há uma sobretaxa de 50%; e acima de 500 kw/h, há outra sobretaxa, cumulativa com a anterior, de 200%.

Não há dúvida, por se tratar do mesmo serviço, que os acréscimos correspondem à modalidade **taxa** do gênero **tributo**. Tanto que a explicação oficial é que o serviço se tornou mais raro e a contraprestação dele ao consumidor exige agora a incidência de um tributo que remunere tal contraprestação.

Ora o artigo 150, item IV da Constituição proíbe a utilização de tributo com efeito de confisco. E uma taxa que seja maior que o próprio valor do serviço certamente caracteriza confisco.

Assinatura

Serviço de Comissões Mistas

Fls. 158 de 19



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000145

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
03/07/2001

proposição
Medida Provisória nº 2198-3

autor
SENADOR WALDECK ORNÉLAS

nº do prontuário
033

1 ☐ Supressiva 2. ☒ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 08

Artigo 20

Parágrafo 2º

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao parágrafo 2º do art. 20 da Medida Provisória nº 2198-3, de 28 de junho de 2001, a seguinte redação :

“ § 2º - O saldo da conta especial, inclusive a sua remuneração, deverão ser recolhidos à Eletrobrás para investimentos na geração e transmissão de energia elétrica .”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 2198-3 reservou o saldo da conta especial que contabiliza os valores provenientes da progressão de tarifa definidas nos incisos II e III do art. 15 da presente MP para *compensação integral nas tarifas na forma a ser definida pela ANEEL* . A bom termo, a referida compensação não atende os interesses de longo prazo do País, e, portanto, deverá ser substituída pela destinação desses recursos para a causa da crise energética, qual seja a carência de investimentos no setor .

-----*

-
-
-
-
-
-
-
-

PARLAMENTAR

Brasília, 03 de julho de 2001


Senador Waldeck Ornêlas

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19____
Fls. 159



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000146

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
03/07/2001

Proposição
Medida Provisória nº 2.198-3

Autor
SENADOR WALDECK ORNÉLAS

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 07	Artigo 20	Parágrafo	Inciso	alínea
------------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 20 da Medida Provisória nº 2.198-3 , de 28 de junho de 2001, o seguinte inciso III:

" III - custear as medidas emergenciais de atendimento às populações em estado de emergência ou calamidade nas bordas dos reservatórios."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 20 da Medida Provisória nº 2.148 trata do destino a ser dado aos valores faturados em decorrência das sobretaxas a serem cobradas dos consumidores residenciais com consumo superior a 200 kWh. A redação original prevê a destinação desses recursos unicamente para cobrir os custos adicionais das concessionárias com o racionamento e pagar os bônus.

Seria justo, contudo, que parte desses recursos fosse usada para aliviar as dificuldades das populações que vivem nas bordas dos reservatórios e que passam por situações de calamidade. Com a baixa do nível dos reservatórios, essas populações estão sofrendo muito e precisam de um apoio imediato.

PARLAMENTAR

Brasília, 03 de julho de 2001


Senador **Waldeck Ornelas**

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19 ____

Fis. **160**



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000147

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/07/2001

Proposição: MP nº 2.198-03

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 24

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

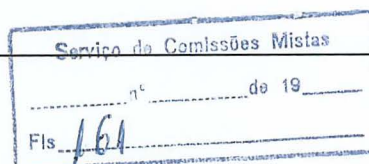
SUPRIMA-SE o artigo 24 da Medida Provisória 2.198-03

JUSTIFICATIVA:

Como se verifica do texto do artigo que se pretende suprimir, as normas ali consignadas tratam de direito processual civil, estabelecendo litisconsórcio necessário em ações propostas contra a aplicação da presente Medida Provisória.

Sucedde que o Congresso Nacional, por suas duas Casas, em dois turnos de votação, já aprovou o texto da Emenda Constitucional n. 2-B (da Câmara) e 472-A (do Senado Federal), pelo menos na parte em que considerada vedada a edição de Medida Provisória dispor sobre direito processual civil (nova redação dada ao artigo 62, § 1º, letra **b** da Constituição). De fato, em relação a esse dispositivo, as duas Casas, em votação praticamente unânime, já se pronunciaram, em dois turnos, pela sua aprovação.

Assinatura





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000148

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/07/2001

Proposição: MP nº 2.198-03

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 25

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 25 e seu parágrafo da Medida Provisória 2.148-01/01

JUSTIFICATIVA:

Como se verifica do texto do artigo que se pretende suprimir, estabelece distinção entre pessoas físicas e pessoa jurídicas, como, respectivamente, fossem **consumidores** e **não consumidores**. Ora, essa distinção é absurda, dado que consumidor pode ser pessoa física ou jurídica, sendo relevante para a caracterização da relação de consumo a circunstância de receber o produto ou o serviço como destinatário final.

Por outro lado, conforme esclarecido pelo Advogado Geral da União, tido como o possível redator desta e de muitas outras Medidas Provisórias, o objetivo do Executivo ao incluir esse artigo 25 foi alterar a responsabilidade dos fornecedores do serviço relacionados com energia elétrica para a responsabilidade subjetiva, ou seja, impondo ao consumidor o ônus de provar a culpa do fornecedor, nesse caso. Isso está bem claro, aliás, quando se observa a referência, no texto que se pretende suprimir, ao Código Civil.

Ora, essa interpretação viola flagrantemente o texto constitucional especificamente no § 6º do artigo 37, que consagra a responsabilidade objetiva tanto para o Estado (no caso concreto, a União, da qual a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica é ente despersonalizado) como para "as prestadores de serviços públicos". Na hipótese, sendo o fornecimento de energia elétrica um serviço público, claro está ser objetiva a responsabilidade.

Por isso, manifesta a necessidade da supressão desse artigo 25.

Assinatura

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19 ____
Fls. 162



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.198-3

000149

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/07/2001

Proposição: MP nº 2.198-03

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

1. ☒ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 28

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

SUPRIMA-SE o artigo 28 da Medida Provisória 2.198-03

JUSTIFICATIVA:

As regras contidas no artigo em questão, que se pretende suprimir, são verdadeiramente inócuas, porque já é possível chegar à sua finalidade pela aplicação da própria Lei 8.987/1995, cuja observância pretende manter, sem qualquer necessidade.

Assinatura

Serviço de Comissões Mistas

nº _____ de 19____
Fls. 163

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198 -3, DE 28 DE JUNHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as conseqüências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

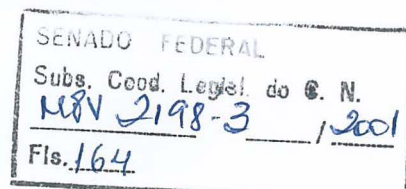
VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;

XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;



XIII - propor, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento dos limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, visando a adequada divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela assinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado:

- a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;
- b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;
- c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) da Fazenda;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) do Meio Ambiente;
- g) da Ciência e Tecnologia;
- h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e
- i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

- a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- b) Agência Nacional de Águas - ANA
- c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e
- d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

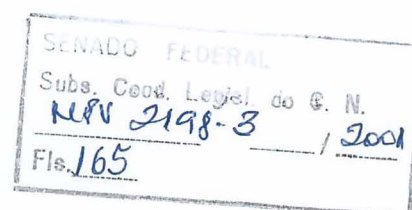
V - outros membros designados pelo Presidente da República.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas “a” e “b”, II, alínea “a”, e III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.



§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º **ad referendum** da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o **caput**, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;

IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o **caput**.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazo que deverão:

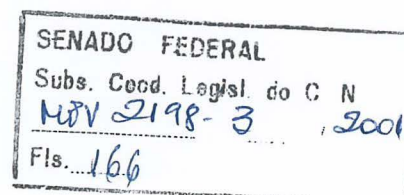
I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;



VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no **caput**.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no **caput** compreendem, dentre outros:

- I - linhas de transmissão de energia;
- II - gasodutos e oleodutos;
- III - usinas termoeletricas;
- IV - usinas hidroelétricas;
- V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e
- VI - importação de energia.

§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

- I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;
- II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e V do § 1º; e
- III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no **caput**, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no **caput** poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o **caput** deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legisl. do C. N.	
MPV 2198-3	2001
Fls. 167	

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

Parágrafo único. Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

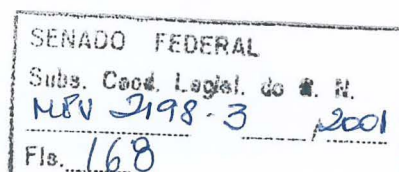
§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do **caput**;

III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:



- a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e
- b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subseqüentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, $Bn=2(Tn-Tc)$, onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) $CR=s/S$, onde s é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

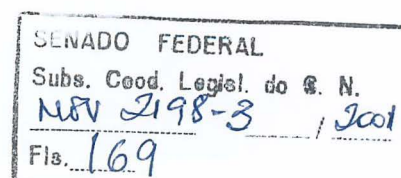
c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do **caput** não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.

§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.



Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do **caput**, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do **caput**, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e oitenta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;

II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no **caput** assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A União, na qualidade de poder concedente, e a ANEEL, na qualidade de agência reguladora do setor de energia elétrica, serão citadas como litisconsortes passivos em todas as ações

judiciais em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE.

Art. 25. Às relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se as disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitarem com esta Medida Provisória e com as decisões da GCE.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

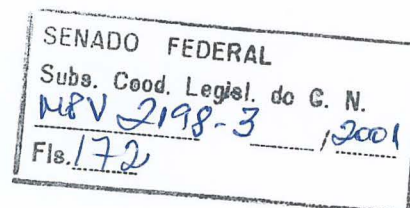
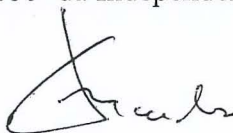
Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.152-2, de 1º de junho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Fica revogada a Medida Provisória nº 2.152-2, de 1º de junho de 2001.

Brasília, 28 de junho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



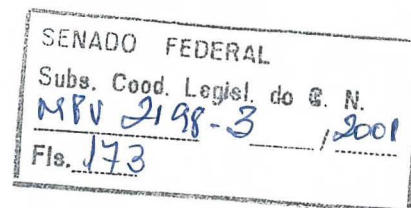
Referenda eletrônica - Pedro Parente

Mensagem nº 688

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.198 -3, de 28 de junho de 2001, que “Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências”.

Brasília, 28 de junho de 2001.



E.M. nº 00313

Em 28 de junho de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica.

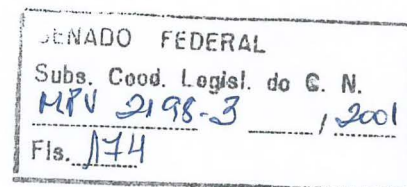
A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Registro, por oportuno, que o texto em apreço possui idêntico conteúdo normativo constante de proposta anteriormente formulada pelo signatário, pelos Senhores Ministros de Estado de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Meio Ambiente, pelo Advogado-Geral da União e pelos Chefes do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e, se acolhido por Vossa Excelência, conterà referenda na forma do Decreto nº 3.723, de 10 de janeiro de 2001.

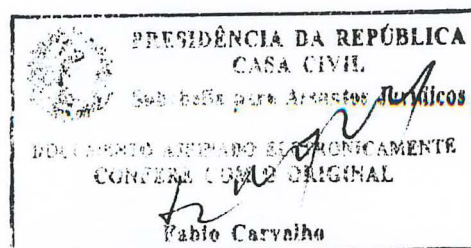
Respeitosamente,

PEDRO PARENTE

Chefe da Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente
EM-2152 REVOGA(L)



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.

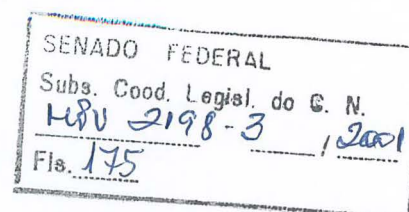
Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.



LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda de obras e serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultânea ou sucessivamente;

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

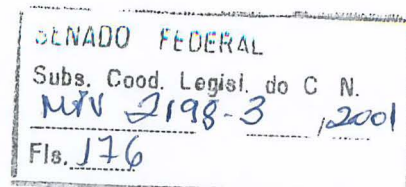
V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII - quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, exceto se houver empresas privadas ou de economia mista que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que ficarão sujeitas à licitação;

IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;



- X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- XII - nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, em centro de abastecimento ou similar, realizadas diretamente com base no preço do dia;
- XIII - na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional;
- XIV - para a aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional, desde que o Brasil seja membro e nos termos de acordo específico, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público;
- XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
-
-

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2198-3 / 2001
Fls. 177

.....
Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

SEÇÃO II

Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;

II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

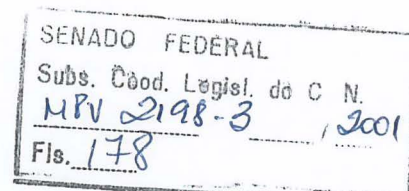
§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I - que não colocou o produto no mercado;

II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:



I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

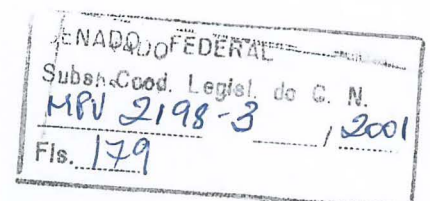
§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

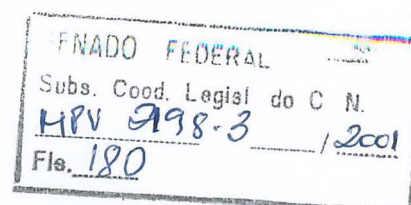
Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.152-2, DE 1º DE JUNHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.



Aviso nº 749 - C. Civil.

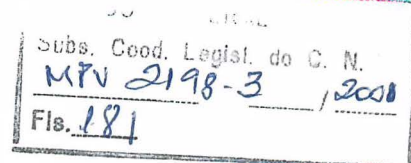
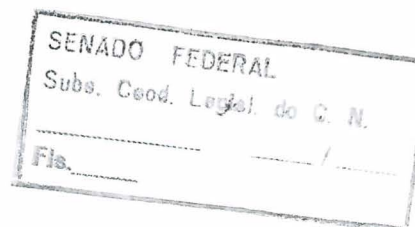
Brasília, 28 de junho de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.198-3, de 28 de junho de 2001.


PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-42, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Será admitida, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, a celebração de contratos de financiamento com planos de reajustamento do encargo mensal diferentes daqueles previstos na Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Parágrafo único. Nas operações de financiamento habitacional realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o Conselho Curador do FGTS poderá definir os planos de reajustamento do encargo mensal a serem nelas aplicados.

Art. 2º Os agentes financeiros do SFH poderão contratar financiamentos onde a cobertura securitária dar-se-á em apólice diferente do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, desde que a operação preveja, obrigatoriamente, no mínimo, a cobertura relativa aos riscos de morte e invalidez permanente.

Art. 3º O art. 25 da Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Nos financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano." (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação quanto a garantias, juros, prazos, limites de risco e valores máximos de financiamento e de aquisição dos imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação." (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS.

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão desviados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria." (NR)

"Art. 20.

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde reside, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH.

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procuração especialmente constituído para esse fim." (NR)

"Art. 23.

§ 1º

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18

desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

....." (NR)

"Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador." (NR)

"Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS." (NR)

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.197-41, de 28 de junho de 2001.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o § 1º do art. 9º e o art. 14 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e o art. 23 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Silvano Gianni

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-4, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as consequências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;

XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;

XIII - propor, observado o disposto na Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, sendo a adequada divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela sinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado:

a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;

b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;

c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

d) da Fazenda;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) do Meio Ambiente;

g) da Ciência e Tecnologia;

h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e

i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Agência Nacional de Águas - ANA

c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e

d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

V - outros membros designados pelo Presidente da República.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.

§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º ad referendum da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

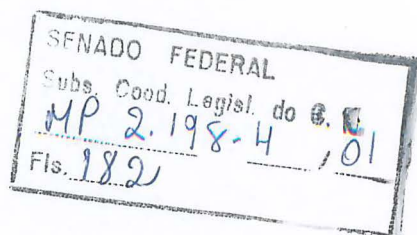
Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o caput, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;



IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o caput.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazo que deverão:

I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;

VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no caput.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à contratação, por órgãos da Administração Federal direta e indireta, de obras, serviços e compras destinados a planejar, subsidiar, implementar e avaliar ações relevantes em face da atual situação hidrológica crítica.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no caput compreendem, dentre outros:

I - linhas de transmissão de energia;

II - gasodutos e oleodutos;

III - usinas termoeletricas;

IV - usinas hidroelétricas;

V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e

VI - importação de energia.

§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;

II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e

V do § 1º; e

III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no caput, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no caput poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o caput deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

Parágrafo único. Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do caput;

III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:

a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e

b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subsequentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, Bn=2(Tn-Tc), onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) CR=S/S', onde S é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S' é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do caput não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.

§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.

Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do caput, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

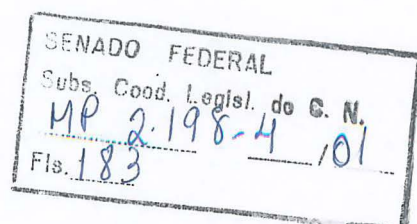
§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do caput, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica



correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e oitenta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do caput do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

- I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;
- II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no caput assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Caso a comarca em que domiciliado o interessado não seja sede de vara do juízo federal, as ações em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE poderão, sem prejuízo da citação obrigatória da União e da ANEEL, ser propostas na justiça estadual, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 25. As relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se às disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitam com esta Medida Provisória.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.198-3, de 28 de junho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan,
Aldes Lopes Tápia
José Jorge
Maurício Tavares
José Carlos Carvalho
Silvano Gianni
Alberto Mendes Cardoso
Gilmar Ferreira Mendes
A. Andrea Matarazzo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.199-13, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no caput dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da fruição.

§ 2º Na hipótese de expedição de laudo constitutivo após a data referida no § 1º, a fruição do benefício dar-se-á a partir do ano-calendário da expedição do laudo.

§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal é igual ao período compreendido entre o ano de início de fruição e 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a dez anos.

§ 4º Para os fins deste artigo, a diversificação e a modernização total de empreendimento existente serão consideradas implantação de nova unidade produtora, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 5º Nas hipóteses de ampliação e de modernização parcial do empreendimento, o benefício previsto neste artigo

fica condicionado ao aumento da capacidade real instalada na linha de produção ampliada ou modernizada em, no mínimo:

I - vinte por cento, nos casos de empreendimentos de infra-estrutura (Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) ou estruturadores, nos termos e nas condições estabelecidos pelo Poder Executivo; e

II - cinquenta por cento, nos casos dos demais empreendimentos prioritários.

§ 6º O disposto no caput não se aplica aos pleitos aprovados ou protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior, até 24 de agosto de 2000, para os quais continuará a prevalecer a disciplina introduzida pelo caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 7º As pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior a 24 de agosto de 2000, que venham a ser aprovados com base na disciplina introduzida pelo caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 1997, e cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, poderão pleitear a redução prevista neste artigo pelo prazo que remanescer para completar o período de dez anos.

§ 8º O laudo a que se referem os §§ 1º e 2º será expedido em conformidade com normas estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 9º O laudo de que trata o § 1º poderá, exclusivamente no ano de 2001, ser expedido até o último dia útil do mês de outubro.

Art. 2º Fica extinto, relativamente ao período de apuração iniciado a partir de 1º de janeiro de 2001, o benefício fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, de que trata o art. 14 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o art. 22 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, exceto para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2013, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Art. 4º Os arts. 3º, 9º e 21 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Os Fundos de Investimentos aplicarão os seus recursos, a partir de 24 de agosto de 2000, sob a forma de subscrição de debêntures conversíveis em ações, de emissão das empresas beneficiárias, observando-se que a conversão somente ocorrerá:

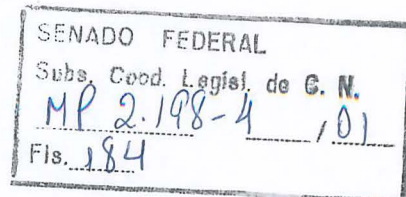
§ 1º A partir de 1º de setembro de 2000, só haverá aprovação de projeto que tenha comprovada viabilidade econômico-financeira, atestada por estudos atualizados, e que esteja devidamente enquadrado nas diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo respectivo, ficando a emissão das debêntures condicionada a adequada constituição das garantias previstas no § 4º deste artigo.

§ 2º Os Bancos Operadores ficam responsáveis pela conversão de que trata o caput, a qual deverá efetivar-se, integralmente, no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), nos termos do § 12 deste artigo, não admitida a colocação secundária das debêntures.

§ 3º Vencido o prazo estabelecido para conversão, nos termos do § 2º, permanecerá a obrigação de resgate das debêntures, no respectivo vencimento, a ser realizada pela empresa emissora.

§ 4º As debêntures a serem subscritas com os recursos dos Fundos deverão ter garantia real ou fluante, cumulativamente ou não, admitida, em relação à primeira, sua constituição em concorrência com outros créditos, a critério do Banco Operador, além de fiança prestada pelos acionistas controladores.

§ 5º Na hipótese de debêntures com garantia fluante, a empresa emissora deverá assumir, na escritura de emissão, a obrigação de não alienar ou onerar bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade que faça parte do projeto, sem a prévia e expressa autorização do Ministério da Integração Nacional, o que deverá ser averbado no competente registro.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-4, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as consequências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;

XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;

XIII - propor, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento dos limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, visando a adequada divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela assinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado:

- a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;
- b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;
- c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) da Fazenda;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) do Meio Ambiente;
- g) da Ciência e Tecnologia;
- h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e
- i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

- a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- b) Agência Nacional de Águas - ANA
- c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e
- d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

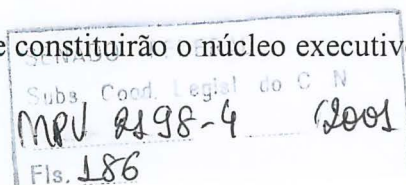
V - outros membros designados pelo Presidente da República.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.



§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º **ad referendum** da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o **caput**, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;

IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o **caput**.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazo que deverão:

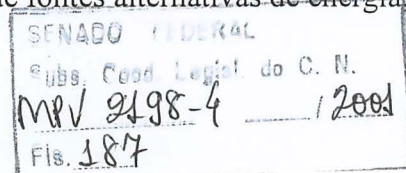
I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;



VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no **caput**.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à contratação, por órgãos da Administração Federal direta e indireta, de obras, serviços e compras destinados a planejar, subsidiar, implementar e avaliar ações relevantes em face da atual situação hidrológica crítica.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no **caput** compreendem, dentre outros:

- I - linhas de transmissão de energia;
- II - gasodutos e oleodutos;
- III - usinas termoeletricas;
- IV - usinas hidroeletricas;
- V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e
- VI - importação de energia.

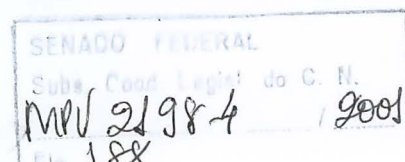
§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

- I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;
- II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e V do § 1º; e
- III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no **caput**, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no **caput** poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.



Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o **caput** deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

Parágrafo único. Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

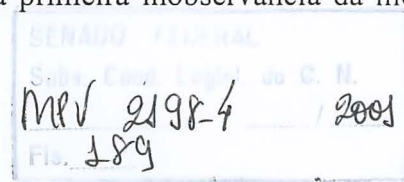
§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do **caput**;



III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:

- a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e
- b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subseqüentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, $Bn=2(Tn-Tc)$, onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) $CR=s/S$, onde s é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

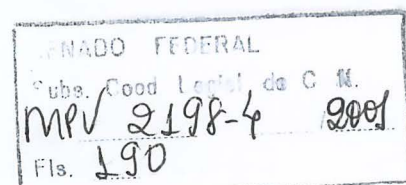
b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do **caput** não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.



§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.

Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do **caput**, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do **caput**, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e oitenta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

MPV 2198-4 2001
Fls. 195

I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;

II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no **caput** assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

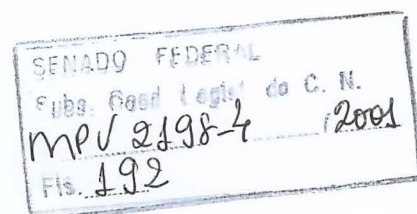
§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.



CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Caso a comarca em que domiciliado o interessado não seja sede de vara do juízo federal, as ações em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE poderão, sem prejuízo da citação obrigatória da União e da ANEEL, ser propostas na justiça estadual, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 25. Às relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se as disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitarem com esta Medida Provisória.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

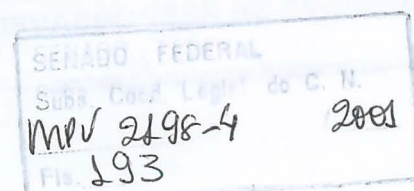
Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.198-3, de 28 de junho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

Referenda eletrônica: Silvano Gianni, José Jorge de Vasconcelos Lima, Alcides Lopes Tápias, Pedro Sampaio Malan, Martus Tavares, José Sarney Filho, Alberto Mendes Cardoso, Angelo A. Matarazzo, Gilmar Ferreira Mendes

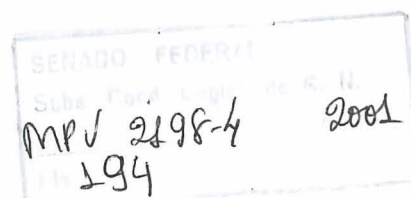
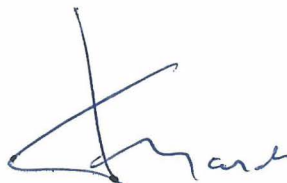


Mensagem nº 808

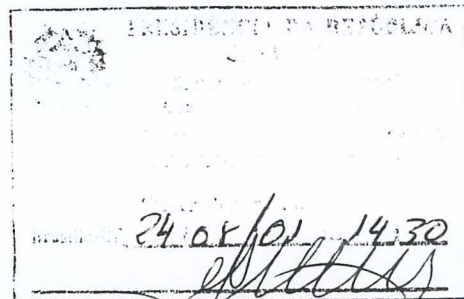
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.198-4, de 27 de julho de 2001, que “Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências”.

Brasília, 27 de julho de 2001.



E. M. nº 00352-A



Em 27 de julho de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de alteração da Medida Provisória nº 2.198-3, de 27 de junho de 2001, que cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

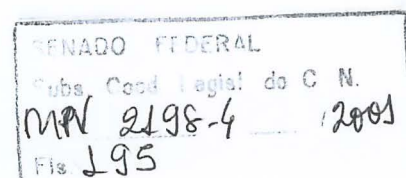
O mencionado instrumento normativo veio disciplinar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

A alteração ora proposta, com a inclusão do § 3º no art. 7º, apenas vem precisar o alcance deste dispositivo, estabelecendo que as contratações que forem dispensadas de licitação, por meio do reconhecimento, por parte da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, do caráter emergencial, alcançará somente os órgãos da Administração Federal direta e indireta.

Este acréscimo ao mencionado dispositivo decorre da necessidade de se eliminar qualquer dúvida acerca do alcance normativo, pois o art. 7º destina-se ao reconhecimento de situações tópicas e para atos da Administração Pública Federal, não se eliminando a atribuição semelhante e inerente à autonomia dos Estados-membros da Federação.

Quanto ao novo teor normativo contido no art. 24, ressalta-se que apenas se objetiva dar maior acesso a Justiça, garantindo, assim, efetiva prestação da tutela jurisdicional a todo cidadão que se sentir lesado ou ameaçado em seu direito.

Dessa forma, amplia-se o acesso ao Poder Judiciário, pois não só a Justiça Federal, como também a Justiça Estadual, poderão apreciar as ações em que se pretenda obstar ou impedir a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE.



Assim, a nova redação dada ao art. 24 estará em plena consonância com o art. 109, § 3º, da Constituição Federal, que disciplina que a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça Estadual.

Com referência ao art. 26, o último dispositivo a ser alterado, busca-se, com a reedição da Medida Provisória, harmonizar o seu texto normativo à decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2473-6, que suspendeu a eficácia no art. 26 da expressão “e com as decisões da GCE”.

Diante desta decisão, faz-se necessária a exclusão do texto do referido artigo a expressão “e com as decisões da GCE”, visando, assim, dar cumprimento à ordem judicial.

Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância de que se reveste a matéria, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a presente proposta de alteração da Medida Provisória nº 2.198-3, de 2001, por ocasião de sua reedição.

Respeitosamente,

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil da Presidência
da República

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

BENJAMIN BENZAQUEN SICSÚ
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
Ministro de Estado de Minas e Energia

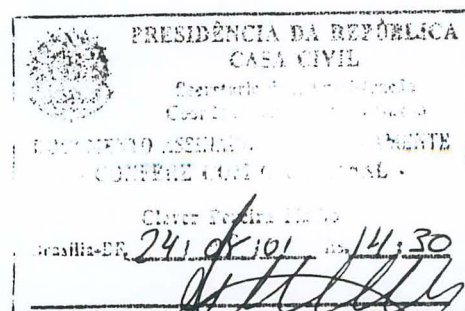
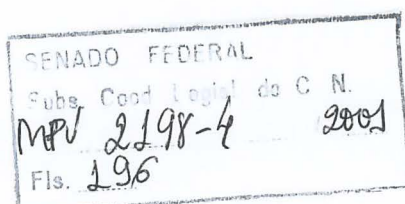
JOSÉ SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ALBERTO MENDES CARDOSO
Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República

GILMAR FERREIRA MENDES
Advogado-Geral da União

ANGELO ANDREA MATARAZZO
Chefe da Secretaria de Comunicação Social
da Presidência da República

(Documento assinado eletronicamente)



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

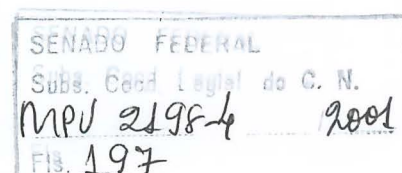
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda de obras e serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultânea ou sucessivamente;

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se



refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII - quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, exceto se houver empresas privadas ou de economia mista que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que ficarão sujeitas à licitação;

IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

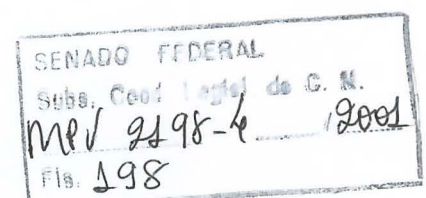
XII - nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, em centro de abastecimento ou similar, realizadas diretamente com base no preço do dia;

XIII - na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional;

XIV - para a aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional, desde que o Brasil seja membro e nos termos de acordo específico, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público;

XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

.....



LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

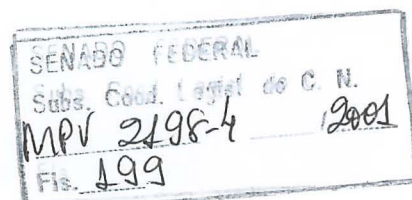
SEÇÃO II

Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;



II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I - que não colocou o produto no mercado;

II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:

I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

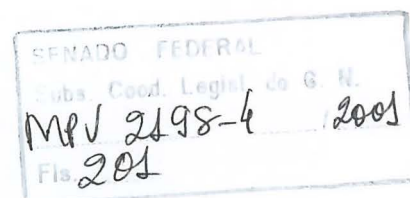
Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-3, DE 28 DE JUNHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.



Aviso nº 883 - C. Civil.

Brasília, 27 de julho de 2001.

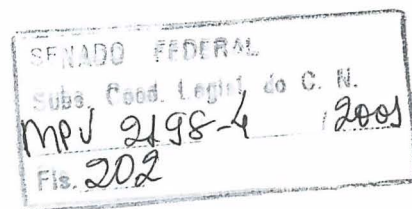
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.198-4, de 27 de julho de 2001.



SILVANO GIANNI
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interino

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



ISSN 1415-1537

TABELA V - AUXÍLIO-INVALIDEZ

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a O militar, que necessitar de internação especializada - militar ou não - ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatada por Junta Militar de Saúde.	Sete quotas e meia de soldo.	Art. 2º e art. 3º, inciso XV
b O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.	Sete quotas e meia de soldo.	

TABELA VI - AUXÍLIO-FUNERAL

SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a Morte do cônjuge, companheira(o) ou dependente.	Uma vez a remuneração percebida, não podendo ser inferior ao soldo de Suboficial.	Art. 2º e art. 3º, inciso XVI.
b Na morte do militar pago ao beneficiário da pensão militar.		

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.197-43, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Será admitida, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, a celebração de contratos de financiamento com planos de reajustamento do encargo mensal diferentes daqueles previstos na Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Parágrafo único. Nas operações de financiamento habitacional realizadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, o Conselho Curador do FGTS poderá definir os planos de reajustamento do encargo mensal a serem nelas aplicados.

Art. 2º Os agentes financeiros do SFH poderão contratar financiamentos onde a cobertura securitária dar-se-á em apólice diferente do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, desde que a operação preveja, obrigatoriamente, no mínimo, a cobertura relativa aos riscos de morte e invalidez permanente.

Art. 3º O art. 25 da Lei nº 8.692, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Nos financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, a taxa efetiva de juros será de, no máximo, doze por cento ao ano." (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - estabelecer as condições gerais a que deverão satisfazer as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação quanto a garantias, juros, prazos, limites de risco e valores máximos de financiamento e de aquisição dos imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação." (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS.

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão destacados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria." (NR)

"Art. 20.

I - despoída sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

§ 7º Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde reside, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH.

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim." (NR)

"Art. 23.

§ 1º

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

"Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador." (NR)

"Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS." (NR)

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.197-42, de 27 de julho de 2001.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o § 1º do art. 9º e o art. 14 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e o art. 23 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Francisco Dornelles

Martus Tavares

Gilmar Ferreira Mendes

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-5, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as consequências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e sua pensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;

XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;

XIII - propor, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento dos limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, visando a adequada divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela assinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado:

a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;

b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;

c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

d) da Fazenda;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) do Meio Ambiente;

g) da Ciência e Tecnologia;

h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e

i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Agência Nacional de Águas - ANA

c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e

d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

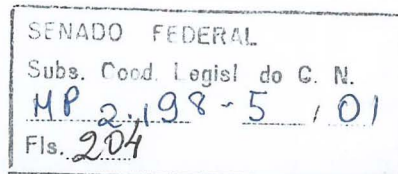
V - outros membros designados pelo Presidente da República.

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legisl. do C. N.

MP 2.198-5 / 2001

Fls. 203



§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.

§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º **ad referendum** da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o **caput**, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;

IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o **caput**.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazos que deverão:

I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;

VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no **caput**.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à contratação, por órgãos da Administração Federal direta e indireta, de obras, serviços e compras destinados a planejar, subsidiar, implementar e avaliar ações relevantes em face da atual situação hidrológica crítica.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no **caput** compreendem, dentre outros:

- I - linhas de transmissão de energia;
- II - gasodutos e oleodutos;
- III - usinas termoeletricas;
- IV - usinas hidroelétricas;
- V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e
- VI - importação de energia.

§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

- I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;
- II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e V do § 1º; e
- III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no **caput**, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no **caput** poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais terão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o **caput** deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

§ 1º Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

§ 2º Enquanto durar o Programa disciplinado neste Capítulo, a parcela do consumo mensal excedente à meta definida para os consumidores de que tratam os arts. 16 e 17 poderá ser adquirida, na forma estabelecida pela GCE, diretamente de qualquer produtor independente de energia ou autoprodutor que venha a agregar ao sistema energia nova e proveniente de centrais geradoras com potência instalada compatível com limite estabelecido pela GCE.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do **caput**;

III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:

- a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e
- b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subsequentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, $Bn=2(Tn-Tc)$, onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) $CR=s/S$, onde s é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do **caput** não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.



§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.

Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do caput, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do caput, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do caput ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do caput do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;

II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no caput assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Caso a comarca em que domiciliado o interessado não seja sede de vara do juízo federal, as ações em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE poderão, sem prejuízo da citação obrigatória da União e da ANEEL, ser propostas na justiça estadual, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 25. As relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se as disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitam com esta Medida Provisória.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.198-4, de 27 de julho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Sérgio Silva do Amaral

José Jorge

Martius Tavares

José Sarney Filho

Pedro Parente

Alberto Mendes Cardoso

A. Andrea Matarazzo

Gilmar Ferreira Mendes

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.199-14, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000 e até 31 de dezembro de 2013, as pessoas jurídicas que tenham projeto apro-

vado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação em quadro em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

§ 1º A fruição do benefício fiscal referido no caput dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto de instalação, modernização, ampliação ou diversificação entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da fruição.

§ 2º Na hipótese de expedição de laudo constitutivo após a data referida no § 1º, a fruição do benefício dar-se-á a partir do ano-calendário da expedição do laudo.

§ 3º O prazo de fruição do benefício fiscal é igual ao período compreendido entre o ano de início de fruição e 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a dez anos.

§ 4º Para os fins deste artigo, a diversificação e a modernização total de empreendimento existente serão consideradas implantação de nova unidade produtora, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 5º Nas hipóteses de ampliação e de modernização parcial do empreendimento, o benefício previsto neste artigo fica condicionado ao aumento da capacidade real instalada na linha de produção ampliada ou modernizada em, no mínimo:

I - vinte por cento, nos casos de empreendimentos de infra-estrutura (Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) ou estruturadores, nos termos e nas condições estabelecidos pelo Poder Executivo; e

II - cinquenta por cento, nos casos dos demais empreendimentos prioritários.

§ 6º O disposto no caput não se aplica aos pleitos aprovados ou protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior, até 24 de agosto de 2000, para os quais continuará a prevalecer a disciplina introduzida pelo caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 7º As pessoas físicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação protocolizados no órgão competente e na forma da legislação anterior a 24 de agosto de 2000, que venham a ser aprovados com base na disciplina introduzida pelo caput do art. 3º da Lei nº 9.532, de 1997, e cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, poderão pleitear a redução prevista neste artigo pelo prazo que remanescer para completar o período de dez anos.

§ 8º O laudo a que se referem os §§ 1º e 2º será expedido em conformidade com normas estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

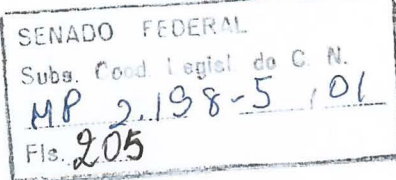
§ 9º O laudo de que trata o § 1º poderá, exclusivamente no ano de 2001, ser expedido até o último dia útil do mês de outubro.

Art. 2º Fica extinto, relativamente ao período de apuração iniciado a partir de 1º de janeiro de 2001, o benefício fiscal de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, de que trata o art. 14 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o art. 22 do Decreto-Lei nº 156, de 11 de agosto de 1969, exceto para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus.

Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2013, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Art. 4º Os arts. 5º, 9º e 21 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Os Fundos de Investimentos aplicam os seus recursos a partir de 24 de agosto de 2000, sob a forma de subscrição de debêntures conversíveis em ações, de emissão das empresas beneficiárias, observando-se que a conversão somente ocorrerá:



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-5, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I
DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 1º Fica criada e instalada a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Art. 2º À GCE compete:

I - regulamentar e gerenciar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, observado o disposto nesta Medida Provisória;

II - estabelecer e gerenciar o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica;

III - acompanhar e avaliar as conseqüências macro e microeconômicas da crise de energia elétrica e das medidas adotadas para o seu enfrentamento;

IV - propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda;

V - propor o reconhecimento de situação de calamidade pública;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia elétrica;

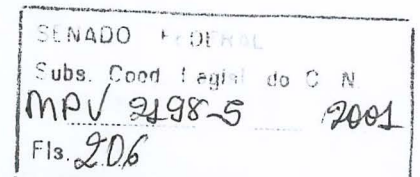
VII - estabelecer medidas compulsórias de redução do consumo e de suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica;

VIII - propor a alteração de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzam ou consumam energia;

IX - decidir quanto à implantação de racionamento e suspensão individual e coletiva do fornecimento de energia elétrica;

X - definir o órgão ou a entidade responsável pela implantação e execução das medidas determinadas;

XI - articular-se com os Poderes da União e dos demais entes federados objetivando a implantação de programas de enfrentamento da crise de energia elétrica;



XII - impor restrições ao uso de recursos hídricos não destinados ao consumo humano e que sejam essenciais ao funcionamento de usinas hidroelétricas;

XIII - propor, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o ajustamento dos limites de investimentos do setor elétrico estatal federal;

XIV - adotar outras medidas para a redução do consumo e ampliação da transmissão e da oferta de energia elétrica;

XV - estabelecer negociações com setores específicos de consumidores para maior economia de consumo de energia elétrica;

XVI - estabelecer procedimentos específicos para funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE em situações de emergência; e

XVII - estabelecer diretrizes para as ações de comunicação social dos órgãos e entidades do setor energético, visando a adequada divulgação dos programas de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. As solicitações e determinações da GCE aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal serão atendidas em caráter prioritário, no prazo por ela assinalado.

Art. 3º A GCE tem a seguinte composição:

I - Ministros de Estado:

- a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidirá;
- b) de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;
- c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- d) da Fazenda;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) do Meio Ambiente;
- g) da Ciência e Tecnologia;
- h) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República; e
- i) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - dirigentes máximos das seguintes entidades:

- a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- b) Agência Nacional de Águas - ANA
- c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e
- d) Agência Nacional do Petróleo - ANP;

III - Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

IV - Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e

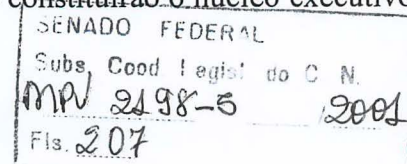
V - outros membros designados pelo Presidente da República.

§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da GCE técnicos, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º O assessoramento jurídico à GCE será prestado pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os membros a que se referem os incisos I, alíneas "a" e "b", II, alínea "a", III e IV deste artigo, dedicarão tempo integral aos trabalhos da GCE, sem prejuízo do exercício das atribuições privativas dos respectivos cargos.

§ 4º O Presidente da República designará os membros que constituirão o núcleo executivo da GCE.



§ 5º O Presidente da GCE poderá praticar os atos previstos nos arts. 2º e 5º **ad referendum** da Câmara, ouvidos os membros do núcleo executivo.

Art. 4º As medidas para a superação da crise de energia estarão disciplinadas em programas de curto, médio e longo prazos que seguirão as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 5º O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia.

§ 1º Para execução do Programa a que se refere o **caput**, competirá à GCE inclusive:

I - estabelecer plano de contingenciamento de carga, definindo os elementos e as medidas necessárias para redução compulsória da demanda de energia elétrica;

II - otimizar o consumo de energia, priorizando setores estratégicos;

III - deflagrar campanhas educativas com vistas a conscientizar a população para a necessidade da redução do consumo de energia;

IV - estimular a imediata substituição de aparatos, equipamentos e instalações tecnologicamente superadas em seus níveis de consumo energético;

V - fixar regimes especiais de tarifação ao consumidor segundo os seus níveis e limites de consumo, bem como propiciar a concessão de bônus por consumo reduzido de energia elétrica;

VI - estabelecer limites de uso e fornecimento de energia;

VII - estimular a autoprodução e a produção independente de energia;

VIII - estabelecer outras medidas que contribuam para consecução dos objetivos do Programa; e

IX - definir condições específicas de comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, bem como entre estes e os consumidores, objetivando a ampliação da oferta ou redução do consumo.

§ 2º A GCE poderá estabelecer os limites territoriais de aplicação do Programa de que trata o **caput**.

Art. 6º O Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, com reduzidos riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda, e compreenderá ações de médio e longo prazos que deverão:

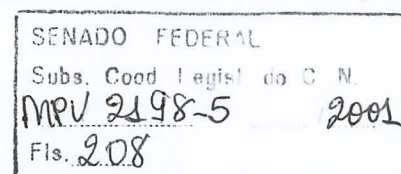
I - assegurar a implementação integral do regime econômico e financeiro das concessões de serviço público de energia elétrica, na forma das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.648, de 27 de maio de 1998;

II - expandir a oferta de energia;

III - diversificar a matriz energética, de modo a reduzir a dependência do regime hidrológico;

IV - fomentar pesquisas com vistas ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia;

V - otimizar a distribuição de energia;



VI - maximizar a produtividade das fontes geradoras instaladas e concluir os projetos em implantação; e

VII - instituir programas compulsórios de racionalização do uso de energia.

Art. 7º A GCE poderá reconhecer caráter de emergência para obras, serviços e compras necessários à implementação das medidas emergenciais para a superação da crise de energia elétrica, inclusive para os fins do disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Não se aplicam, nas hipóteses deste artigo, o prazo máximo de cento e oitenta dias para a conclusão das obras e serviços e a vedação de prorrogação estabelecidos no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º Poderá ser instituída sistemática de atribuição de prêmio ou bônus de performance a empresas contratadas, pela antecipação da conclusão de obras e serviços referidos no **caput**.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à contratação, por órgãos da Administração Federal direta e indireta, de obras, serviços e compras destinados a planejar, subsidiar, implementar e avaliar ações relevantes em face da atual situação hidrológica crítica.

Art. 8º Os órgãos competentes, nos processos de autorização ou de licença dos empreendimentos necessários ao incremento da oferta de energia elétrica do País, atenderão ao princípio da celeridade.

§ 1º Os empreendimentos referidos no **caput** compreendem, dentre outros:

- I - linhas de transmissão de energia;
- II - gasodutos e oleodutos;
- III - usinas termoelétricas;
- IV - usinas hidroelétricas;
- V - geração de energia elétrica por fontes alternativas; e
- VI - importação de energia.

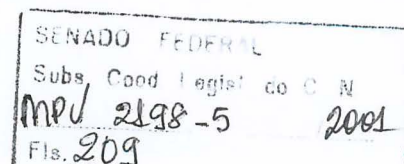
§ 2º Observado o disposto nos arts. 3º, inciso II, e 225 da Constituição, o licenciamento ambiental dos empreendimentos referidos neste artigo deverá ser decidido pelos órgãos competentes, com todas as suas formalidades, incluída a análise do relatório de impacto ambiental, quando for o caso, no prazo de até:

- I - três meses, no caso do inciso I do § 1º;
- II - quatro meses, nos casos dos incisos II, III e V do § 1º; e
- III - seis meses, no caso do inciso IV do § 1º.

§ 3º Até 30 de junho de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA estabelecerá procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação, para os empreendimentos, referidos no **caput**, de impacto ambiental de pequeno porte.

§ 4º Os estudos e pareceres necessários à autorização ou licenciamento referido no **caput** poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de notória especialidade, contratadas para este fim, pelos órgãos competentes.

Art. 9º Os financiamentos com recursos de fundos e programas, a cargo das instituições financeiras federais darão prioridade às ações compreendidas no âmbito dos programas de que tratam os arts. 5º e 6º desta Medida Provisória.



Parágrafo único. Os orçamentos dos fundos e programas de que trata o **caput** deverão ser revistos para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos da GCE serão providos pela Casa Civil da Presidência da República.

Art. 11. O Presidente da GCE poderá requisitar, de modo irrecusável, sem prejuízo dos direitos e das vantagens a que façam jus nos respectivos órgãos e entidades de origem, servidores e empregados públicos, da Administração Pública Federal, direta e indireta, para auxiliar os trabalhos da Câmara.

Art. 12. A GCE será extinta mediante ato do Presidente da República.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 13. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica compreende, sem prejuízo do disposto no art. 5º, os regimes especiais de tarifação, os limites de uso e fornecimento de energia elétrica e as medidas para redução de seu consumo descritas neste Capítulo.

§ 1º Para os fins deste Capítulo, adota-se a classificação de consumidores definida no art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000.

§ 2º Enquanto durar o Programa disciplinado neste Capítulo, a parcela do consumo mensal excedente à meta definida para os consumidores de que tratam os arts. 16 e 17 poderá ser adquirida, na forma estabelecida pela GCE, diretamente de qualquer produtor independente de energia ou autoprodutor que venha a agregar ao sistema energia nova e proveniente de centrais geradoras com potência instalada compatível com limite estabelecido pela GCE.

Art. 14. Os consumidores residenciais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a:

I - cem por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja inferior ou igual a 100 kWh; e

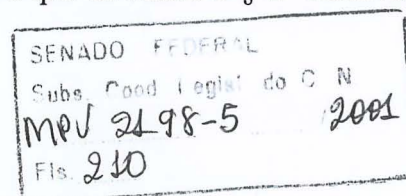
II - oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, para aqueles cuja média de consumo mensal seja superior a 100 kWh, garantida, em qualquer caso, a meta mensal mínima de 100 kWh.

§ 1º Na impossibilidade de caracterizar-se a efetiva média do consumo mensal referida neste artigo, fica a concessionária autorizada a utilizar qualquer período dentro dos últimos doze meses, observando, sempre que possível, uma média de até três meses.

§ 2º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta mensal fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos consumidores que, no mesmo período, apresentarem consumo mensal inferior ou igual a 100 kWh.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 2º observará as seguintes regras:



I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - será o consumidor advertido, por escrito, quando da primeira inobservância da meta fixada na forma do **caput**;

III - reiterada a inobservância da meta, far-se-á, após quarenta e oito horas da entrega da conta que caracterizar o descumprimento da meta e contiver o aviso respectivo, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, que terá a duração:

- a) máxima de três dias, quando da primeira suspensão do fornecimento; e
- b) mínima de quatro dias a máxima de seis dias, nas suspensões subseqüentes.

§ 5º A GCE poderá estabelecer prazo e procedimentos diversos dos previstos nos §§ 1º, 2º e 4º deste artigo.

Art. 15. Aplicam-se aos consumidores residenciais, a partir de 4 de junho de 2001, as seguintes tarifas:

I - para a parcela do consumo mensal inferior ou igual a 200 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - para a parcela do consumo mensal superior a 200 kWh e inferior ou igual a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de cinquenta por cento do respectivo valor;

III - para a parcela do consumo mensal superior a 500 kWh, a tarifa estabelecida em Resolução da ANEEL acrescida de duzentos por cento do respectivo valor.

§ 1º Aos consumidores residenciais cujo consumo mensal seja inferior à respectiva meta conceder-se-á bônus individual (Bn) calculado da seguinte forma:

I - para o consumo mensal igual ou inferior a 100 kWh, $Bn=2(Tn-Tc)$, onde:

a) Tn corresponde ao valor, calculado sobre a tarifa normal, da respectiva meta de consumo, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta; e

b) Tc corresponde ao valor tarifado do efetivo consumo do beneficiário, excluídos impostos, taxas e outros ônus ou cobranças incluídas na conta;

II - para o consumo mensal superior a 100 kWh, Bn será igual ao menor valor entre aquele determinado pela alínea "c" deste inciso e o produto de CR por V, sendo:

a) $CR=s/S$, onde s é a diferença entre a meta fixada na forma do art. 14 e o efetivo consumo mensal do beneficiário, e S é o valor agregado destas diferenças para todos os beneficiários;

b) V igual à soma dos valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo e destinados ao pagamento de bônus, deduzidos os recursos destinados a pagar os bônus dos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo;

c) o valor máximo do bônus por kWh inferior ou igual à metade do valor do bônus por kWh recebido pelos consumidores de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º O valor do bônus calculado na forma do § 1º não excederá ao da respectiva conta mensal do beneficiário.

§ 3º A GCE poderá alterar as tarifas, os níveis e limites de consumo e a forma do cálculo do bônus de que trata este artigo.

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legis. do C. N.	
MPJ 2198-5	2001
Fls. 211	

§ 4º Os percentuais de aumento das tarifas a que se referem os incisos II e III do **caput** não se aplicarão aos consumidores que observarem as respectivas metas de consumo definidas na forma do art. 14.

§ 5º Caberá às concessionárias distribuidoras, segundo diretrizes a serem estabelecidas pela GCE, decidir sobre os casos de consumidores residenciais sujeitos a situações excepcionais.

Art. 16. Os consumidores comerciais, industriais, do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo B constante do inciso XXIII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a oitenta por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Caso o consumo mensal seja inferior à meta fixada na forma do **caput**, o saldo em kWh, a critério do consumidor, será acumulado para eventual uso futuro ou a distribuidora poderá adquirir a parcela inferior à meta, através de mecanismo de leilões na forma a ser regulamentada pela GCE.

§ 2º Caso o consumo mensal seja superior à meta fixada na forma do **caput**, a parcela do consumo mensal excedente será adquirida junto às concessionárias distribuidoras ao preço praticado no MAE ou compensada com eventual saldo acumulado na forma do § 1º.

§ 3º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica, caso inviabilizada a compensação prevista no § 2º.

§ 4º A suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 3º terá como critério de aplicação de um dia para cada três por cento de ultrapassagem da meta.

§ 5º A GCE poderá alterar os critérios e parâmetros fixados neste artigo em razão de eventual modificação da situação hidrológica ou de outras circunstâncias relevantes.

Art. 17. Os consumidores comerciais, industriais e do setor de serviços e outras atividades enquadrados no grupo A constante do inciso XXII do art. 2º da Resolução ANEEL nº 456, de 2000, deverão observar metas de consumo de energia elétrica correspondentes a percentuais compreendidos entre setenta e cinco e oitenta e cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, na forma estabelecida pela GCE, que disporá inclusive sobre as hipóteses de regime especial de tarifação e de suspensão e interrupção do fornecimento de energia elétrica decorrentes do descumprimento das respectivas metas.

Art. 18. Os consumidores rurais deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a noventa por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000.

§ 1º Os consumidores que descumprirem a respectiva meta fixada na forma do **caput** ficarão sujeitos a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

§ 2º À suspensão de fornecimento de energia elétrica a que se refere o § 1º será aplicado o critério de um dia para cada seis por cento de ultrapassagem da meta.

Art. 19. Para os consumidores não mencionados nos artigos anteriores, a GCE fixará as respectivas metas de redução de consumo ou fornecimento de energia elétrica, até o limite de trinta e

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Leg. do C. N.
MPV 2198-5 2001
Fls. 212

cinco por cento da média do consumo mensal verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, observado o disposto no § 4º do art. 14.

Art. 20. Os valores faturados em decorrência da aplicação dos percentuais de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 15, deduzidos, se incidentes, os tributos e taxas, serão destinados a:

I - constituir provisão de dois por cento desses valores, para a cobertura dos custos adicionais das concessionárias distribuidoras com a execução das resoluções da GCE;

II - remunerar o bônus previsto no § 1º do art. 15.

§ 1º As concessionárias contabilizarão em conta especial os débitos ou créditos, os valores definidos no **caput** assim como os custos decorrentes da aplicação das medidas definidas pela GCE, na forma a ser definida pela ANEEL.

§ 2º O saldo da conta especial será compensado integralmente nas tarifas, na forma a ser definida pela ANEEL.

Art. 21. Para os consumidores não-residenciais classificados no grupo B, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

Art. 22. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja superior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - será realizada leitura do consumo em 31 de maio de 2001, a partir da qual será observada, na totalidade do mês respectivo, a meta de consumo;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.

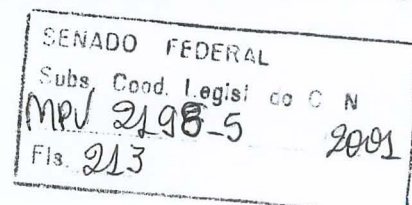
§ 1º A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

§ 2º Em razão da atual crise de energia elétrica decorrente de situação hidrológica crítica, os contratos de demanda contratada poderão, a critério do consumidor, ser revistos para acomodar a redução exigida.

Art. 23. Para os consumidores classificados no grupo A cuja demanda contratada seja igual ou inferior a 2,5 MW, a suspensão do fornecimento de energia elétrica observará as seguintes regras:

I - a meta fixada na forma de Resolução da GCE será observada a partir da leitura do consumo realizada em junho de 2001;

II - somente após 30 de junho de 2001, far-se-á a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inobservância da respectiva meta de consumo mensal.



Parágrafo único. A GCE poderá estabelecer prazos e procedimentos para a execução do disposto neste artigo.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Caso a comarca em que domiciliado o interessado não seja sede de vara do juízo federal, as ações em que se pretenda obstar ou impedir, em razão da aplicação desta Medida Provisória e da execução de normas e decisões da GCE, a suspensão ou interrupção do fornecimento de energia elétrica, a cobrança de tarifas ou a aquisição de energia ao preço praticado no MAE poderão, sem prejuízo da citação obrigatória da União e da ANEEL, ser propostas na justiça estadual, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 25. Às relações decorrentes desta Medida Provisória entre pessoas jurídicas ou consumidores não-residenciais e concessionárias aplicam-se as disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 26. Não se aplicam as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no que conflitarem com esta Medida Provisória.

Art. 27. O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, bem como as demais providências constantes ou autorizadas nesta Medida Provisória e nas normas e decisões da GCE são considerados situações de emergência para os fins previstos no § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.

Art. 28. Na eventual e futura necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devidamente comprovada na forma da legislação, esta far-se-á, observado o disposto no art. 20, na forma do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1995, mediante reconhecimento da ANEEL, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos, força maior e riscos inerentes à atividade econômica e ao respectivo mercado.

Art. 29. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.198-4, de 27 de julho de 2001.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.



Referenda eletrônica - Pedro Parente, José Jorge de Vasconcelos Lima, Benjamin Benzaquen Sicsú, Pedro Sampaio Malan, Martus Tavares, José Sarney Filho, Alberto Mendes Cardoso, Andrea Matarazzo, Gilmar Ferreira Mendes

MP-2198-5(L)

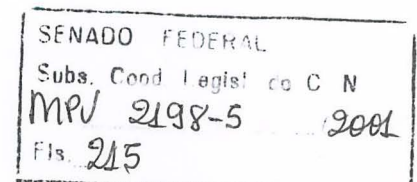
SENADO FEDERAL	
Subs. Cond. Legis. do C. N.	
MPV 2198-5	2001
Fls. 214	

Mensagem nº 910

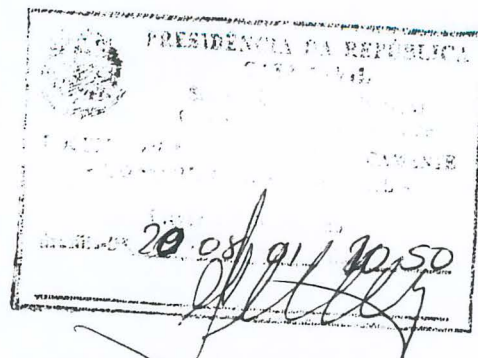
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, que “Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências”.

Brasília, 24 de agosto de 2001.



E.M. nº 355-CC/MME



Em 24 de agosto de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 2.198-4, de 27 de julho de 2001, que cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Ademais, foi acrescentado o § 2º ao art. 13, para se autorizar à GCE, enquanto durar o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a instituição da possibilidade de aquisição de parcela do consumo mensal excedente à meta definida para os consumidores de que tratam os arts. 16 e 17 da Medida Provisória, diretamente de qualquer produtor independente de energia ou autoprodutor que venha a agregar ao sistema energia nova e proveniente de centrais prestadoras com potência instalada com limite estabelecido pela GCE.

Assim, a relevância e urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente,

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil da Presidência
da República

JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
Ministro de Estado de Minas e Energia

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

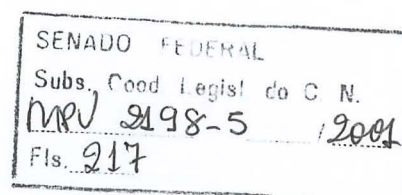
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....
Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda de obras e serviços da mesma natureza que possam ser realizados simultânea ou sucessivamente;

II - para outros serviços e compras de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se



refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII - quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, exceto se houver empresas privadas ou de economia mista que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que ficarão sujeitas à licitação;

IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

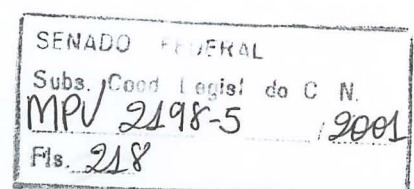
XII - nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, em centro de abastecimento ou similar, realizadas diretamente com base no preço do dia;

XIII - na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional;

XIV - para a aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional, desde que o Brasil seja membro e nos termos de acordo específico, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público;

XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

.....



LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

SEÇÃO II

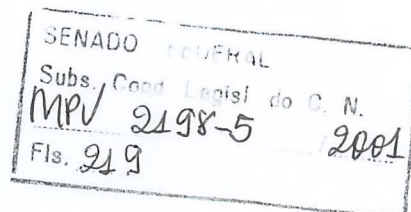
Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - sua apresentação;

II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;



III - a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

I - que não colocou o produto no mercado;

II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;

III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:

I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

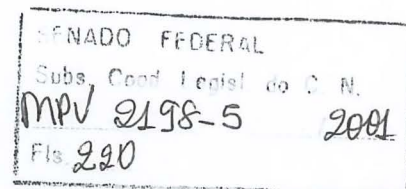
§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

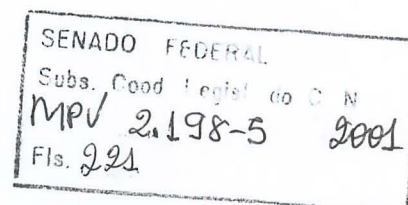
Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.198-4, DE 27 DE JULHO DE 2001.

Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Aviso nº 998 - C. Civil.

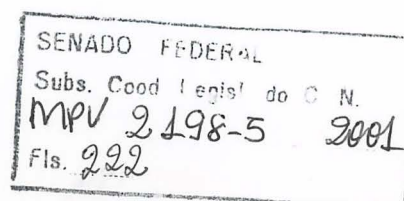
Brasília, 24 de agosto de 2001.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001.


PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Faça-se a substituição
solicitada

Em

7 11 /2001
[Assinatura]

Ofício nº 202/Plen

Brasília, em 06 de novembro de 2001

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Professor Luizinho, PT/SP, em substituição ao Deputado WALTER PINHEIRO, PT/BA, na Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 2.198-5.

Atenciosamente,

Deputado WALTER PINHEIRO
Líder do PT

Excelentíssimo Senhor
Senador RAMEZ TEBET
DD. Presidente do Congresso Nacional



OF.GLPMDB Nº 292/2001

Brasília, 23 de novembro de 2001

*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 28 / 11 /2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória n.º 2.198-5, de 24-8-2001 que “Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída.

TITULARES

Senador Gilvam Borges

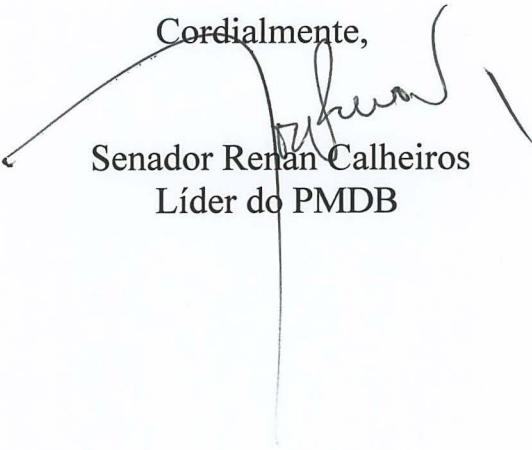
Senador Alberto Silva

SUPLENTES

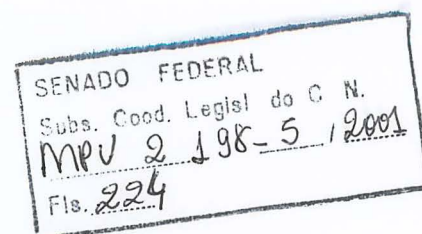
Senador Íris Rezende

Senador Amir Lando

Cordialmente,


Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Senador Ramez Tebet
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta



Em / /2003



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Líder do PPB

Ofício nº 275/03

Brasília, 20 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado **Vadão Gomes**, como titular, e o Deputado **José Janene**, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 2.198-5**, de 24 de agosto de 2001, que "Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências".

Cordialmente,

Deputado Pedro Henry
Líder

Excelentíssimo Senhor
Senador **José Sarney**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta





SENADO FEDERAL
GABINETE DO LÍDER DO PMDB

OF. GLPMDB nº 235/2003

Brasília, 13 de maio de 2003

À publicação.

Em 21/05/2003

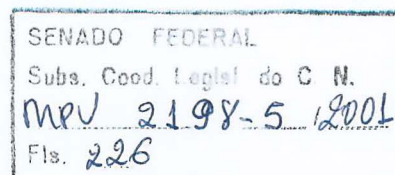
Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores João Alberto Souza e Hélio Costa, respectivamente, titular e suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2198-5, de 24/8/01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta



SF - 21-05-2001
14h30min

O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2001 e publicou no dia 27 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.198-5, que "Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PMDB

**João Alberto Silva

*Alberto Silva

PFL

Hugo Napoleão

Bello Parga

Bloco (PSDB/PPB)

*Teotônio Vilela Filho

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

PSB

Ademir Andrade

*PTB

Arlindo Porto

Suplentes

1. **Hélio Costa

2. Amir Lando

1. **Francelino Pereira**

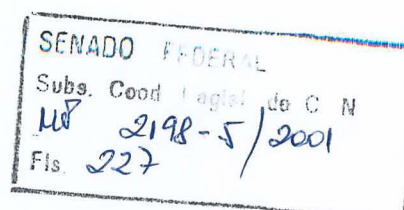
2. **Romeu Tuma**

1. *Ricardo Santos

1. **Paulo Hartung**

1. Roberto Saturnino

1.



Deputados

Titulares

Bloco (PSDB/PTB)

Jutahy Junior

Roberto Jefferson

Bloco (PFL/PST)

José Carlos Aleluia

Moreira Ferreira

PMDB

João Colaço

PT

*Professor Luizinho

PPB

**Vadão Gomes

*PTN

José de Abreu

Suplentes

1. Xico Graziano

2. João Almeida

1. Ivânio Guerra

2. Pedro Bittencourt

1. Aníbal Gomes

1. Aloizio Mercadante

1. **José Janene

1.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	21-5-2001	- designação da Comissão Mista**
Dia	- -2001	- instalação da Comissão Mista
Até	1º-9-2001	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	10-9-2001	- prazo final da Comissão Mista
Até	25-9-2001	- prazo no Congresso Nacional

***Comissão convalidada de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74*

*Substituições feitas em 20-6-2001 – **PPB (CD)**

*Substituições feitas em 5-11-2001 - **PSDB (SF)**

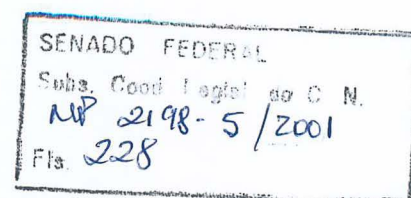
*Substituição feita em 7-11-2001 - **PT - (CD)**

*Substituições feitas em 28-11-2001 – **PMDB – (SF)**

Substituições feitas, em 26-03-2003 – **PPB – (CD)

Substituições feitas em 21-05-2003 – **PMDB – (SF)

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.



SGM/P nº 1481/02

Brasília, 07 de novembro de 2002.

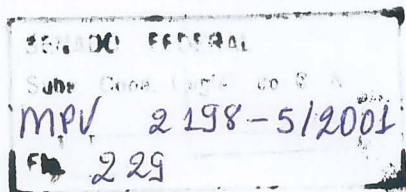
Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências que julgar pertinentes, Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, solicitando providências no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias editadas antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que "altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal e dá outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e distinta consideração.


Deputado **AÉCIO NEVES**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Senado Federal
N E S T A



Recebi em 07/11/02
14:18h. fls 4864

**AJUFE**

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL

WWW.AJUFE.ORG.BR

Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC

O alerta foi feito hoje à imprensa pela AJUFE, que afirma que as 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda 32, às quais estão apenas cerca de 1.500 reedições sucessivas, virarão o grande entulho da era FHC para seu sucessor se não votadas ou revogadas logo.

AJUFE alerta:**Medidas Provisórias antigas serão entulho da era FHC**

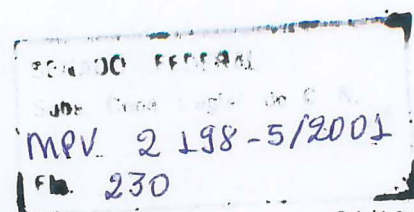
No momento em que o Congresso corre o risco de parar se não forem votadas as 25 Medidas Provisórias que já trancam a pauta da Câmara - e que chegarão a 31 caso os congressistas não se reúnam antes do Segundo Turno - a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) alerta que existe uma situação ainda pior em termos de segurança legislativa e que foi esquecida pelos parlamentares. Trata-se das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional nº 32, de 2001 - a que criou esse sistema que tranca a pauta de votação na Câmara e Senado toda vez que uma MP não for apreciada em até 45 dias, contados de sua publicação (parágrafo 6º do artigo 62 da Constituição, conforme a EMC 32).

De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, todas as medidas provisórias editadas antes de sua publicação continuam em vigor até que uma nova MP as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. "Ou seja, enquanto o Presidente da República não tomar a iniciativa de editar nova MP para revogá-las ou os presidentes da Câmara ou do Senado não as submeterem ao processo legislativo, elas continuam tendo força de lei, sem que tenham sido aprovadas pelo Poder competente", denuncia o presidente da AJUFE, juiz Paulo Sérgio Domingues.

Segundo Domingues, a situação é muito grave, pois essas 61 MPs englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições anteriores. Todas em vigor, de acordo com a Emenda 32. Figuram nessas MPs temas de extrema importância que deveriam ser discutidos pelo Congresso, tais como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

"O problema é que esse enorme pacote legislativo está hoje numa espécie de limbo, acima das leis comuns, o que nos impõe a situação patológica de convivemos no Brasil com Medidas Provisórias Permanentes", critica o juiz, lembrando que algumas dessas MPs já vigoram há cinco anos. A AJUFE acredita que, se quiserem garantir real segurança jurídica no país, os parlamentares precisam enfrentar a questão e começar a votar esse saldo de MPs. "O Ideal é que elas fossem avaliadas ainda este ano, para não se transformarem num lamentável entulho da era FHC".

21/10/2002





Associação dos Juizes Federais do Brasil

Entidade de âmbito nacional

Utilidade Pública Federal – Decreto de 08.08.1996 – (DOU de 09.08.1996 – pag. 150570)

AJUFE

OFÍCIO AJUFE N.333

Brasília, 23 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para alertar Vossa Excelência quanto à existência de 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32/2001. De acordo com o artigo 2º dessa Emenda, as Medidas antigas continuam tendo força de lei até que seja editada uma nova que as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Dessa forma, encontramos-nos na peculiar situação de haver Medidas Provisórias permanentes, o que reflete uma anomalia no sistema. Daí a urgência de se votar imediatamente as MP's necessárias para garantir uma real segurança jurídica no país.

Tendo em vista tal situação, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência a tomada das providências cabíveis no sentido de acelerar o processo de votação das 61 Medidas Provisórias anteriores à Emenda Constitucional n. 32, que englobam alterações legislativas estabelecidas em quase 1.500 reedições. Essas Medidas estão todas em vigor e se referem a temas importantes que deveriam ser amplamente discutidos pelo Congresso, como a definição das normas de regulação para o setor de medicamentos e da fórmula de reajuste de preços, o acréscimo do dispositivo da transcendência à Consolidação das Leis do Trabalho, o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a regulamentação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do acesso ao patrimônio genético do país e as relações financeiras entre a União e o Banco Central.

Na tentativa de evitar que persista o problema e que ele se torne crônico no âmbito do processo legislativo brasileiro é que fazemos as presentes considerações.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Paulo Sérgio Domingues
Presidente da AJUFE

Gabinete da Presidência

Em 28 / 10 / 02

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

Paulo Sérgio Domingues
Chefe do Gabinete

Exmº. Sr.

Deputado Aécio Neves

Presidente da Câmara dos Deputados